

FECOP

PRESTAÇÃO DE CONTAS E RELATÓRIO DE DESEMPENHO
DO FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*



Jan/Dez 2012

Volume I



CONSELHO CONSULTIVO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL – CCPIS

Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho
Presidente

Evandro Sá Barreto Leitão
Vice-Presidente

Secretaria do Planejamento e Gestão	Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho Suplente: Carlos Eduardo Pires Sobreira
Secretaria da Fazenda	Carlos Mauro Benevides Filho Suplente: João Marcos Maia
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Evandro Sá Barreto Leitão Suplente: Paulo Henrique Parente N. Santos
Casa Civil	Arialdo de Mello Pinho Suplente: Diogo Musy
Secretaria da Saúde	Raimundo José Arruda Bastos Suplente: Vera Maria Câmara Coelho
Secretaria da Educação	Maria Izolda Cela Arruda Coelho Suplente: Andréia Araújo Rocha
Secretaria da Cultura	Francisco José Pinheiro Suplente: Francisco Eduardo Fideles Dutra
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	José Nelson Martins de Sousa Suplente: Francisco Cristiano Maciel de Góes
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	René Teixeira Barreira Suplente: Ricardo Costa e Silva Lima
Secretaria das Cidades	Camilo Sobreira de Santana Suplente: Mario Fracalossi Júnior
Secretaria do Esporte	Esmerino Oliveira Arruda Coelho Júnior Suplente: Nelci Gadelha de Almeida
Conselho Estadual da Assistência Social	Francisco Elenilson Gomes do Nascimento Suplente: Michel Platiny Sousa de Moura
Cons. Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente	Mônica Araújo Gomes Suplente: Margarida Maria de Sousa Pinheiro
Conselho Estadual de Educação	Edgar Linhares Lima
Conselho Estadual de Saúde	Luís Carlos Schwinden Suplente: Francisco Luís Neto
Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará	Emanuel Barreto de Oliveira Suplente: Marta Maria Rebouças Albuquerque
Associação dos Prefeitos do Estado do Ceará	Frank Gomes Freitas Suplente: Cláudio Bezerra Saraiva



COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Marcos Medeiros de Vasconcellos
Flávia Roberta Bruno Teixeira
Naina Correia Lima

GERÊNCIA EXECUTIVA DO FECOP – GEF

Gerente Executivo	Flávia Roberta Bruno Teixeira Lara Maria Silva Costa
Assistentes Técnicos-Financeiro	João Batista Rolim Maria Afonsina Braga Barbosa Lima Samuel Alves de Oliveira Júnior Larisa Fátima Martins Bezerra
Apoio Técnico	Silvana Jereissati Pereira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 7

INTRODUÇÃO, 8

1. O FUNDO ESTADUAL DE COMBATE À POBREZA – FECOP: CONCEPÇÃO, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO, 8

- 1.1. Concepção, 8
- 1.2. Estratégia de Atuação do FECOP, 9
- 1.3. População Alvo, 11

2. ROL DOS RESPONSÁVEIS, 12

- 2.1. Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social, 12
- 2.2. Gerencia Executiva do FECOP, 22

3. DESEMPENHO FINANCEIRO DO FECOP, 24

- 3.1. Arrecadação, 24
- 3.2. Liberação dos Recursos, 25
- 3.3. Aplicação dos Recursos, 30
- 3.4. Relatório Financeiro, 33
- 3.5. Alocação dos Recursos por Setorial, 35
- 3.6. Aplicação dos Recursos por Função de Governo, 36
- 3.7. Aplicação dos Recursos por Macrorregião, 39
- 3.8. Aplicação dos Recursos por Programa de Governo, 42

4. ANÁLISE DE DESEMPENHO DAS SETORIAIS, 43

- 4.1. Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social, 43
- 4.2. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 53
- 4.3. Secretaria das Cidades, 57
- 4.4. Secretaria do Desenvolvimento Agrário, 75
- 4.5. Secretaria da Cultura, 86
- 4.6. Secretaria do Esporte, 95
- 4.7. Secretaria de Infra-Estrutura, 100
- 4.8. Secretaria da Educação, 104
- 4.9. Secretaria de Recursos Hídricos, 110

5. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO, 114

- 5.1. Monitoramento, 114
- 5.2. Avaliação, 119

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS, 121

7. RECOMENDAÇÕES, 122

Apresentação

O Relatório de Desempenho ora apresentado pretende atender aos princípios constitucionais que regem o funcionamento da administração pública, quanto à publicidade e transparência dos atos públicos e ao Decreto n.º29.910 de 29 de setembro de 2009, que no inciso VII do art. 13 determina que o Conselho Consultivo de Políticas e Inclusão Social (CCPIS) deverá dar publicidade aos critérios de alocação e uso dos recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), encaminhando semestralmente, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, a Controladoria Geral do Estado (CGE) e ao Tribunal de Contas (TCE) relatório de desempenho físico-financeiro, no prazo de 60 (sessenta) dias após o encerramento do semestre.

Ressalte-se que a prestação de contas relativa à aplicação dos recursos do FECOP encontra-se disseminada nos diversos órgãos que executaram ações financiadas pelo fundo, não sendo condensada em um único processo, para fins de encaminhamento aos órgãos de controle do Estado do Ceará. O FECOP é considerado uma fonte de receitas (fonte 10) e não uma unidade orçamentária.

Este documento relata as principais atividades desenvolvidas pela Gerência Executiva do FECOP (GEF) e em seguida, disponibiliza informações sobre o desempenho físico-financeiro de cada Secretaria Setorial, por projeto, destacando os municípios e o público-alvo atendidos no período de janeiro a dezembro de 2012.

No ano de 2012 o FECOP financiou 107 projetos apresentados por 09 Secretarias. A execução financeira dos projetos financiados pelo fundo apresentou um índice de 81% com relação ao valor liberado no mesmo período.

O Relatório de Desempenho, além de ser submetido à análise dos órgãos de fiscalização do Estado do Ceará, ficará à disposição da sociedade para consulta via internet, no site [HTTP:\\ fecop.seplag.ce.gov.br](http://fecop.seplag.ce.gov.br) o que confere transparência à ação do Estado no combate à pobreza mediante a utilização de recursos do FECOP.

Introdução

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) ao longo de nove anos de atuação (2004/2012) vem se consolidando como um instrumento de referência no Estado do Ceará, fundamentalmente por oportunizar o desenvolvimento de ações governamentais para fortalecimento da assistência aos pobres, que possibilitem aos seus beneficiários, em curto prazo, as condições mínimas de sobrevivência, e em médio e longo prazo a sua inclusão produtiva, mediante o fortalecimento do capital físico/financeiro, humano e social.

Esse Relatório de Desempenho refere-se ao período janeiro a dezembro de 2012 e corresponde à performance do FECOP no Estado, mostrando o comportamento dos projetos que tiveram recursos liberados pelo CCPIS e os resultados das articulações institucionais, tendo como foco o fortalecimento das ações de combate à pobreza.

Os recursos arrecadados pelo FECOP no ano de 2012 foram da ordem de R\$ 308.296.768,89 (trezentos e oito milhões, duzentos e noventa e seis mil, setecentos e sessenta e oito reais e oitenta e nove centavos), que somados a R\$ 21.946.013,82 (vinte e um milhões, novecentos e quarenta e seis mil, treze reais e oitenta e dois centavos) provenientes dos rendimentos de sua aplicação, totalizaram um montante de R\$ 330.242.782,71 (trezentos e trinta milhões, duzentos e quarenta e dois mil, setecentos e oitenta e dois reais e setenta e um centavos), sendo destinados aos projetos aprovados no ano e executados por nove Secretarias do Estado e suas vinculadas.

1. O Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP): Concepção, Estratégia e Desempenho.

1.1. Concepção

A concepção do FECOP considera que a redução da pobreza e o exercício da cidadania, dependem fundamentalmente do fortalecimento do capital social capaz de superar problemas coletivos que não poderiam ser abordados individualmente, bem como do capital humano e físico/financeiro, assegurados por políticas públicas sociais de caráter universal, tais como: educação, saúde, capacitação, empreendedorismo, assistência técnica, geração de emprego e renda, entre outras.

O FECOP atua, portanto, como um instrumento complementar às ações do Governo do Estado voltadas para a redução da pobreza, por intermédio do financiamento de projetos que contribuem para o incremento nas oportunidades de inclusão social e econômica através da ampliação nas condições de acesso à habitação, saneamento básico, esporte, cultura, educação, saúde, proteção social, assistência técnica, capacitação profissional; e outros. Para alcançar os objetivos propostos, sua implementação segue uma série de princípios norteadores e algumas diretrizes estratégicas, tais como:

a – Transparência - com a disponibilização de informações para a comunidade assistida e para a sociedade sobre a aplicação dos recursos e a provisão dos serviços;

b – Participação - envolvendo os beneficiários em todas as etapas do processo, desde o planejamento, passando pela execução até o acompanhamento/monitoramento;

c – Condições para o monitoramento e a avaliação - com a aplicação de mecanismos que possibilitem a criação de indicadores que possam medir não só quantitativamente os resultados das ações, mas também qualitativamente;

d – Sustentabilidade - através de um planejamento que respeite o saber local, e leve em consideração os problemas, criando oportunidades e aproveitando as potencialidades;

e – Co-responsabilidade social - fortalecendo a participação da comunidade assistida, no sentido de melhorar seu acesso às informações sobre políticas públicas e melhorar sua articulação com outros atores, que direta ou indiretamente estejam envolvidos com atividades fins; e

f – Eficiência, eficácia e efetividade - utilizando os recursos em ações que promovam mudanças favoráveis, que permitam a criação de indicadores para subsidiar uma futura avaliação dos objetivos do FECOP, dos seus impactos sobre a pobreza, da qualidade dos seus resultados, de sua sustentabilidade, como também identificar aspectos inovadores e fatores chaves para lograr bons resultados que sejam úteis para melhorar sua concepção e execução.

1.2. Estratégia de Atuação do FECOP

O FECOP destina-se a financiar integralmente ou de forma complementar projetos de infraestrutura básica, social e produtiva que envolvem atividades que são solicitadas pela comunidade ou propostas pelas Secretarias Setoriais. Os projetos podem ser

executados em parceria com o poder público federal, municipal, ONGs, empresas privadas e comunidades. Inicialmente estes projetos são encaminhados a Gerência Executiva do FECOP – GEF, analisados sob os aspectos técnicos e econômicos e posteriormente são submetidos à aprovação do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS). As ações financiadas são sempre de apoio ao combate à pobreza.

Os critérios técnicos para seleção dos projetos a serem financiados com recursos do FECOP estão definidos na legislação que regulamenta o Fundo, conforme segue:

a) Os projetos, bem como seus detalhamentos operacionais, deverão ser propostos pelas Secretarias Setoriais, a partir de demandas da sociedade ou do corpo técnico próprio da Secretaria;

b) O público-alvo do projeto deve ser representado pela população vulnerável do Estado, que se situa abaixo da linha da pobreza (renda média *per capita* inferior a ½ salário mínimo);

c) O projeto deve apresentar em seu objeto ações assistenciais e/ou estruturantes que promovam o combate à pobreza;

d) As ações assistenciais deverão priorizar os pobres crônicos ou grupos mais vulneráveis com baixa potencialidade de migrar da condição de pobre para não pobre;

e) As ações estruturantes devem estar direcionadas à população pobre para proporcionar condições de acumular meios físico, humano e social, que possibilitem a condição da migração de pobre para não pobre;

f) O projeto deve ser direcionado a municípios de todo o Estado e bairros de Fortaleza, cujas populações estejam situadas abaixo da linha da pobreza;

g) Os recursos do projeto deverão ser aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, saúde, saneamento básico, reforço da renda familiar, e em outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida da população pobre do Estado do Ceará.

1.3. População Alvo

O público-alvo do FECOP são as famílias que estão abaixo da linha de pobreza, não se limitando às famílias de forma isolada, mas sempre que possível, estimulando-se a integração destas por meio de ações comunitárias.

Nos anos recentes, diversos estudiosos do tema tendem a concordar com uma definição abrangente de pobreza, considerando-a como privação do bem-estar, pela ausência dos elementos necessários que permitam às pessoas levarem uma vida digna em uma determinada sociedade. Sob este aspecto, a ausência de bem-estar está associada à insuficiência de renda, à nutrição, à saúde, à educação, à moradia, aos bens de consumo e aos direitos de participação na vida social e política da comunidade em que vivem.

A pobreza também se distingue pela falta de oportunidades e poder, e pela vulnerabilidade de grupos sociais com maior probabilidade de acirarem a sua condição ou de sofrerem risco de entrar na pobreza. A mensuração da pobreza deve captar as suas distintas manifestações, muitas vezes resultado de relações sociais mais abrangentes e complexas, em contraste com situações em que o tratamento da pobreza deve ser focalizado nos próprios grupos desfavorecidos. Trata-se, assim, de diferenciar aspectos individuais e estruturais de maneira a implementar políticas e programas que garantam a melhoria do bem-estar da população.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios – PNAD 2011, 49,4% da população cearense se encontra em situação de pobreza e 10,1% em condição de extrema pobreza. Considerando o período 2004-2011, registra-se uma redução na pobreza e na extrema pobreza de 31,3% e 46%, respectivamente. Essa redução ocorreu devido à redução da desigualdade na distribuição de renda domiciliar per capita, medida pelo índice de Gini, na ordem de 6,5% e um aumento da renda média de 50,7%, no mesmo período.

A Lei Estadual Nº14.859 de 28 de dezembro de 2010 define o conceito de pobreza e por consequência, delimita o público alvo de FECOP. Em seu Art. 1º afirma que “é considerado pobre, para a inscrição em programas sociais, e para a obtenção de benefícios do Estado, toda pessoa que apresente privação acentuada dos elementos básicos para a sobrevivência digna, tais como: alimentação, habitação e vestuário”.

Em seu Art. 2º exige que “a solicitação de qualquer benefício ou serviço público, relacionado à condição de pobreza, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado do Ceará, deverá ser acompanhada de documentação que comprove esse estado.”

2. Rol dos Responsáveis

2.1. Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social

- SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG

Titular: Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho - PRESIDENTE

Endereço Residencial: Av. Beira Mar, 1800 – Apto 902 – Meireles - CEP: 60.165-121

Endereço Comercial: Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n – Ed. SEPLAG 3º andar

Fone: 3101.4520

CPF: 313.254.753-00

E-mail: eduardo@seplag.ce.gov.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

Suplente: Philipe Theophilo Nottingham

Endereço Residencial: Rua Jaime Vasconcelos, 457 – Apto 604 - Varjota

Fone: 3267.5565

Endereço Comercial: Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n – Ed. SEPLAG 3º andar

Fone: 3101.4520

CPF: 107.881.743-09

E-mail: philipe.nottingham@seplag.ce.gov.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

- SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – STDS

Titular: Evandro Sá Barreto Leitão

Endereço Residencial: Rua Dr. Joaquim Frota, 639 - Casa 413 – Alagadiço Novo

Fone: 9983.4807

Endereço Comercial: Rua Soriano Albuquerque, 230 – Joaquim Távora

Fone: 8878.8501

CPF: 258.837.043-87

E-mail: evandro.leitao@stds.ce.gov.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

Suplente: Paulo Henrique Parente Neiva Santos

Endereço Residencial: Av. Senador Virgílio Távora, 99 – Apto 802 - Meireles

Fone: 8878.8503

Endereço Comercial: Rua Soriano Albuquerque, 230 – Joaquim Távora

Fone: 3101.4601 e 3101.4597

CPF: 161.729.143-91

E-mail: pneiva@stds.ce.gov.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

- SECRETARIA DA FAZENDA – SEFAZ

Titular: Carlos Mauro Benevides Filho

Endereço Residencial: Rua Andrade Furtado, 1245 – Apto 1100 – Papicu

Fone: 3262.2233

Endereço Comercial: Av. Alberto Nepomuceno, 2 - Centro

Fone: 3101.9166

CPF: 153.367.351-91

E-mail: mauro.filho@sefaz.ce.gov.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

Suplente: João Marcos Maia

Endereço Residencial: Rua Silva Jataí, 400-Bloco A - Apto1702 - Meireles

Fone: 3248.1102

Endereço Comercial: Av. Alberto Nepomuceno, 2 - Centro

Fone: 3101.9103

CPF: 060.964.683-49

E-mail: joao.marcos@sefaz.ce.gov.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

- CASA CIVIL

Titular: Arialdo Mello Pinho

Endereço Residencial: Rua José Andrade, 500 – Lagoa Redonda

Fone: 3476.1802

Endereço Comercial: Av. Barão de Studart 505 – Palácio da Abolição - Meireles

Fone: 3466.4892

CPF: 025.949.603-06

Período: janeiro a dezembro de 2012

Suplente: Carlos Eduardo Pires Sobreira

Endereço Residencial: Rua Lourival Correia Pinho, 445 - Edson Queiroz

Fone: 3271.3470

Endereço Comercial: Rua Silva Paulet, 400

Fone: 3466.4892

CPF: 048.393.663-49

E-mail: carlos.eduardo@casacivil.ce.gov.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

- SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - SDA

Titular: José Nelson Martins de Sousa

Endereço Residencial: Rua Ipê, 205 – Apto 301 – Torre 3 – São Gerardo

Fone: 3217.1967

Endereço Comercial: Av. Bezerra de Menezes, 1820 – São Gerardo

Fone: 3101.8002

CPF: 228.763.323-53

E-mail: nelson.martins@sda.ce.gov.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

Suplente: Francisco Cristiano Maciel de Goes

Endereço Residencial: Av. Graviolas, 251 - Bloco 13 - Apto 101 - Cidade 2000

Fone: 3249.2276

Endereço Comercial: Av. Bezerra de Menezes, 1820 – São Gerardo

Fone: 3101.8013

E-mail: cristiano.goes@sda.ce.gov.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

- SECRETARIA DA EDUCAÇÃO - SEDUC

Titular: Maria Izolda Cela Arruda Coelho

Endereço Residencial: Rua Livreiro Edésio, 129 – Apto 900 - Dionísio Torres

Fone: 8765.8817

Endereço Comercial: Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n - Ed. SEDUC

Fone: 3101.3894

CPF: 208.730.773-34

E-mail: izolda@seduc.ce.gov.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

Suplente: Andréa Araújo Rocha

Endereço Residencial: Rua Francisco Leandro, 225 – Casa 19 – Condomínio Sun Ville

Fone: 99.55.6565

Endereço Comercial: Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n - Ed. SEDUC

Fone: 3101.3961

CPF: 514.344.073-49

E-mail: andrearocha@seduc.ce.gov.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

- SECRETARIA DA SAÚDE – SESA

Titular: Raimundo José Arruda Bastos

Endereço Residencial: Rua Barbosa de Freitas, 560 - Apto 800 - Meireles

Fone: 8878.8341

Comercial: Av. Almirante Barroso, 600 – Praia de Iracema

Fone: 3101.5129

CPF: 104.630.033-49

E-mail: arruda.bastos@saude.ce.gov.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

Suplente: Vera Maria Câmara Coelho

Endereço Residencial: Rua Ildefonso Albano, 165 - Apto 101 – Praia de Iracema

Fone: 3219.7898

Endereço Comercial: Av. Almirante Barroso, 600 – Praia de Iracema

Fone: 3101.5177

CPF: 081.834.733-34

E-mail: vera.coelho@saude.ce.gov.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

- SECRETARIA DAS CIDADES - SCIDADES

Titular: Camilo Sobreira de Santana

Endereço Residencial: Rua Monsenhor Catão 620 – AP 601 - Meireles

Fone: 3099.6661

Endereço Comercial: Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n-Ed. SEPLAG-1º andar

Fone: 3101.4469

CPF: 289.585.273-15

E-mail: camilo.santana@cidades.ce.gov.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

Suplente: Eleuba Maria Oliveira Magalhães

Endereço: Rua Joaquim Nabuco, 455 – AP 1303 - Meireles

Fone: 9985.1355

Endereço Comercial: Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n - Ed. SEPLAG-1º andar

Fone: 3207.5262

CPF: 111.627.913 - 49

E-mail: eleuba.magalhaes@cidadas.ce.gov.br

Período: janeiro a junho de 2012

Suplente: Mario Fracalossi Júnior

Endereço Residencial: Rua José Vilar, 3005 – Apto 801 - Aldeota

Fone: 3272.4074

Endereço Comercial: Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima s/n - Ed. SEPLAG-1º andar

Fone: 3101.4526

CPF: 261.326.130 -72

E-mail: mario.fracalossi@cidadas.ce.gov.br

Período: julho a dezembro de 2012

- SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA – SECITECE

Titular: René Teixeira Barreira

Endereço Residencial: Rua Silva Jatahy, 250, Apto 1600 – Meireles

Fone: 3248.0390

Endereço Comercial: Av.Dr. José Martins Rodrigues, 150 - Edson Queirós

Fone: 3101.6407

CPF: 018.207.963-53

E-mail: rene.barreira@sct.ce.gov.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

Suplente: Ricardo Costa e Silva Lima

Endereço Residencial: Rua Soriano Albuquerque, 847 – Apto 201 - Joaquim Távora

Fone: 3257.3842

Endereço Comercial: Av. Dr. José Martins Rodrigues, 150 – Edson Queirós

Fone: 3101.6429

CPF: 098.477.073-91

E-mail: ricardo.costa@sct.ce.gov.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

- SECRETARIA DA CULTURA - SECULT

Titular: Francisco José Pinheiro

Endereço Residencial: Rua Jaime Vasconcelos, 150 – Varjota

Fone: 8878.8725

Endereço Comercial: Rua Major Facundo, 500 – 6º Andar – Ed São Luiz - Centro

Fone: 9690.0753

CPF: 805.995.598-53

E-mail: profpinheiro@secult.ce.gov.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

Suplente: Francisca Andrade Moraes

Endereço Residencial: Rua Fonseca Lobo, 50 – Apto 401 - Aldeota

Fone: 8878.8999

Endereço Comercial: Rua Major Facundo, 500 – 6º Andar – Ed São Luiz - Centro

Fone: 8878.8999

CPF: 049.971.743-00

E-mail: maninha.morais@secult.ce.gov.br

Período: janeiro a setembro de 2012

Suplente: Francisco Eduardo Fideles Dutra

Endereço Residencial: Rua 31, nº 671- Nova Assunção -Vila Velha

Fone: 8878-8999

Endereço Comercial: Rua Major Facundo, nº 500 - Ed. São Luís - 6º andar- Gabinete

Fone: 3101-6738 /6737

CPF: 391.401.303-63

E-mail: eduardo.fideles@secult.ce.gov.br/eduardofideles@uol.com.br

Período: setembro a dezembro de 2012

SECRETARIA DO ESPORTE – SESPORTE

Titular: Esmerino Oliveira Arruda Coelho Júnior

Endereço Residencial: Rua José Napoleão, 277 – 7º andar – Meireles

Fone: 3242.1501

Endereço Comercial: Anexo Fares Cândido Lopes – Estádio Castelão – Av. Alberto

Craveiro, 2901 - Estádio Castelão

Fone: 3101.4401

CPF: 020.428.407-42

E-mail: gonyarruda@esporte.ce.gov.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

Suplente: Márcio Eduardo e Lima Lopes

Endereço Residencial: Rua Magistrado Pompeu, 285 - Papicu

Fone: 3067.2681

Endereço Comercial: Anexo Fares Cândido Lopes – Estádio Castelão – Av. Alberto Craveiro, 2901 - Estádio Castelão

Fone: 3101.4401

CPF: 379.607.093-00

E-mail: marcio.lopes@esporte.ce.gov.br

Período: janeiro a junho de 2012

Suplente: Nelci Gadelha de Almeida

Endereço Residencial: Rua Evilásio Almeida de Miranda 181 – Casa 85 - Sapiranga

Fone: 3267.4439

Anexo Fares Cândido Lopes – Estádio Castelão – Av. Alberto Craveiro, 2901

Fone: 3101.4401

CPF: 122.846.023 - 04

E-mail: nelci.gadelha@esporte.ce.gov.br

Período: julho a dezembro de 2012

- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - CEE

Titular: Edgar Linhares Lima

Endereço Residencial: Av. Desembargador Moreira, 1984 – Apto 1001 - Dionísio Torres

Fone: 3261.5364

Endereço Comercial: Rua Napoleão Laureano, 500 – Bairro de Fátima

Fone: 3101.2017

CPF: 016.072.433 - 34

E-mail: presidente@cee.ce.gov.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

- CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDCA

Titular: Mônica Araújo Gomes

Endereço Residencial: Rua Leonardo Mota, 1850 – Apto 1300 - Aldeota

Fone: 3224.3489 e 9983-0454

Endereço Comercial: Av. Dom Luiz, 685 – SI 8 e 9 - Meireles

Fone: 3244-3378 - 3101-1564

CPF: 191.061.143 - 34

E-mail: monicaagomes@hotmail.com

Período: janeiro a dezembro de 2012

Suplente: Margarida Maria de Sousa Pinheiro

Endereço: Rua Barão de Aracati, 160 - Apto 1505 - Meireles

Fone: 3067-3413 -9983-8600

Endereço Comercial: Rua Deputado João Lopes, 83 - Centro

Fone: 3247-1660

CPF: 139.335.583-87

E-mail: cetra1981@cetra.org.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

- CONSELHO ESTADUAL DA SAÚDE - CESAU

Titular: Joaquim José Gomes Nunes Neto

Endereço Residencial: Rua 24 de outubro, 437 – Parque Genibaú

Fone: 3237.4024

Endereço Comercial: Av. Almirante Barroso, 600 – Praia de Iracema

Fone: 3101.5210

CPF: 741.063.253-49

E-mail: cesau@saude.ce.gov.br

Período: janeiro a junho de 2012

Titular: Luis Carlos Schwinden

Endereço Residencial: Rua Carlos Vasconcelos, 2520 – Apto 701 - Aldeota

Fone: 8769.9599

Endereço Comercial: Almirante barroso, 600 – Praia de Iracema

Fone: 3101.5210

CPF: 375.418.890 - 91

E-mail: cesau@saude.ce.gov.br

Período: julho a dezembro de 2012

Suplente: Francisco Luís Neto

Endereço Residencial: Rua Delta,1067 – Vila Manoel Sátiro

Fone: 3484.4594

Endereço Comercial: Rua Barão do Rio Branco, 1071 – Edifício Lobras

Fone: 3226.7287

E-mail: flneto2@yahoo.com.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

- CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEAS

Titular: Francisco Elenilson Gomes do Nascimento

Endereço Residencial: Rua Sílvio Romero, 230 – CEP 60.336-100

Fone: 3237.5754

Endereço Comercial: Rua São Paulo, 32 - sala 410 - 4º andar

E-mail: elenilsogomes@bol.com.br

Fone: 3231.1737

CPF: 479.856.233-53

Período: janeiro a dezembro de 2012

Suplente: Maria Nádia Bezerra Reis

Endereço Residencial: Rua Cel. Pergentino Ferreira, 440 - Apto 1202

FONE: 3227.5143

Endereço Comercial: Av. Gal. Afonso Albuquerque, s/n Cambéba - 2º andar -CPLOG

FONE: 3101.4534

E-mail: nadia.reis@seplag.ce.gov.br

Período: janeiro a junho de 2012

Suplente: Michel Platiny Sousa de Moura

Endereço Residencial: Rua Gen. Murilo Borges, 578 - Serviluz

FONE: 3263.9415

Endereço Comercial: CRAS - Av. Zezé Diogo, S/N - Serviluz

FONE: 3101.1562

CPF: 034.018.643 -78

E-mail: michelluz200@hotmail.com.br

Período: julho a dezembro de 2012

- ASSOCIAÇÃO DOS PREFEITOS DO ESTADO DO CEARÁ - APRECE

Titular: Frank Gomes Freitas

Endereço Residencial: Rua Cel. João B. Lima, 471 – Vila Olímpica – Itaiçaba - CE

Fone: (88)8812.3051

Endereço Comercial: Av. Cel. João Correia, 298 – Centro – Itaiçaba - CE

Fone: (88) 3410.1112

CPF: 203.539.103-25

E-mail: itaicabafrank@hotmail.com

Período: janeiro a dezembro de 2012

Suplente: Cláudio Bezerra Saraiva

Endereço Residencial: Pesqueiro – Zona Rural – Capistrano – CE - CEP: 62748000

Fone: 085 9251-7888

Endereço Comercial: Praça Major José Estelito de Aguiar s/n - Centro - Capistrano CE
CEP 62.748.000

Fone: (85) 3326.1327

Celular:(85)9251.7888

CPF: 229.740.243-00

E-mail: claudiobsaraiva@hotmail.com

Período: janeiro a dezembro de 2012

- CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR – CONSEA

Titular: Emanuel Barreto de Oliveira

Endereço Residencial: Rua dos Tabajaras, 460 - Praia de Iracema

Fone: 3219.26.72

Celular: 99.26.15.14

Endereço Comercial: Av. Visconde do Rio Branco, 2198

Fone: 3231.58.87

CPF: 223.988.214-04

E-mail: emanuel.manu@fetraece.org.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

Suplente: Helena Selma Azevedo

Endereço Residencial: Rua Dom Sebastião Leme, 140 - Apto. 104 - José Bonifácio

Fone: 3254.8246

Endereço Comercial: Rua Pereira Valente, 491 – Aldeota

Fone: 3101.1563

CPF: 090.944.403-00

Período: janeiro de 2012

Suplente: Marta Maria Rebouças de Albuquerque

Endereço Residencial: Rua Capitão Gustavo, 3680 – Bloco B – Apto 206 – Joaquim Távora

Fone: 3257.8869

Endereço Comercial: Av. Gal. Afonso Albuquerque, s/n – Ed SEPLAG - 2º andar

Fone: 3101.4527

CPF: 073.891.403-72

E-mail: marta.albuquerque@seplag.ce.gov.br

Período: fevereiro a dezembro de 2012

2.2. Gerência Executiva do FECOP

- Gerente Executiva: Flávia Roberta Bruno Teixeira

Endereço Residencial: Rua Santa Rosália, 21 - Messejana

Fone: 3274.9117

Endereço Comercial: Av. General Afonso Albuquerque s/n - Ed SEPLAG – 2º andar

Fone: 3101.3820

CPF: 839.887.423-68

E-mail: flavia.teixeira@seplag.ce.gov.br

Período: janeiro a setembro de 2012

- Setor Técnico: Maria Afonsina Braga Barbosa Lima

Endereço Residencial: Rua Carlos Vasconcelos, 350 - Meireles

Fone: 3248.6945

Endereço Comercial: Av. General Afonso Albuquerque s/n-Centro Administrativo Cambéa - Edifício SEPLAG – 2º andar

Fone: 3101.4535

CPF: 102.050.633 – 49

E-mail: afonsina.braga@seplag.ce.gov.br

Período: fevereiro a dezembro de 2012

- Setor Técnico: Maria Aparecida dos Santos

Endereço Residencial: Rua Ramos Botelho, 520 – Apto 402 - Papicu

Fone: 8839.1436

Endereço Comercial: Av. General Afonso Albuquerque s/n-Centro Administrativo Cambéa-Edifício SEPLAG – 2º andar

Fone: 3101.4535

CPF: 073.962.523-34

E-mail: aparecida@seplag.ce.gov.br

Período: janeiro a abril de 2012

- Setor Técnico: Larisa Fátima Martins Bezerra

Endereço Residencial: Rua Antonio de Castro, 387 – Cidade dos Funcionários

Fone: 3239.2430

Endereço Comercial: Av. General Afonso Albuquerque s/n-Centro Administrativo

Cambéba - Edifício SEPLAG – 2º andar

Fone: 3101.4535

CPF: 088.193.513 - 15

E-mail: larisa.martins@seplag.ce.gov.br

Período: junho a dezembro de 2012

- Setor Técnico: Samuel Alves de Oliveira Jr

Endereço Residencial: Rua Silva Jatahy, 200 cob.

Fone: 3248-1622

Endereço Comercial: Av. General Afonso Albuquerque s/n- Centro Administrativo

Cambéba - Edifício SEPLAG – 2º andar

Fone: 3101.45.35

CPF: 113971417353

E-mail: samuel.alves@seplag.ce.gov.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

- Setor Técnico: João Batista Rolim

Endereço Residencial: Av. Visconde do Rio Branco, 2911 – Joaquim Távora

Fone: 3221-6631

Endereço Comercial: Av. General Afonso Albuquerque s/n - Centro Administrativo

Cambéba - Edifício SEPLAG – 2º andar

Fone: 3101.45.35

CPF: 12076945334

E-mail: joao.rolim@seplag.ce.gov.br

Período: janeiro a dezembro de 2012

- Apoio Técnico: Silvana Jereissati Pereira

Endereço Residencial: Rua Mário Alencar Araripe, 1198 - Sapiranga

Fone: 3278.1604

Endereço Comercial: Av.General Afonso Albuquerque s/n-Centro Administrativo
 Cambéba - Edifício SEPLAG – 2º andar
 Fone: 3101.4535
 CPF: 187.730.523-53
 E-mail: Silvana.jereissati@seplag.ce.gov.br
 Período: janeiro a dezembro de 2012

3. Desempenho Financeiro do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP)

3.1. Arrecadação

O volume total de recursos arrecadados pelo FECOP no período de 2004 a 2012, em valores absolutos, registra a importância de R\$ 1.907.957.481,13 (um bilhão, novecentos e sete milhões, novecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e um reais e treze centavos), tendo como origem o adicional de dois pontos percentuais (2.0%) na alíquota do ICMS incidentes sobre os produtos e serviços discriminados no inciso I, do art. 2.º da Lei Complementar nº37, de 26 de novembro de 2003.

No ano de 2012 foram arrecadados R\$ 308.296.768,89 (trezentos e oito milhões, duzentos e noventa e seis mil, setecentos e sessenta e oito reais e oitenta e nove centavos). Foi a maior arrecadação desde a criação do FECOP. Este valor é aproximadamente o triplo do valor arrecadado no primeiro ano de atuação do fundo e 9,1% maior que o valor arrecadado em 2011. O ano de 2012 difere ainda dos demais por apresentar uma distribuição mais equitativa de recursos arrecadados nos dois semestres, o que proporcionou um fluxo de caixa mais constante. O que se observa em anos anteriores é uma maior concentração do recursos arrecadados no segundo semestre.

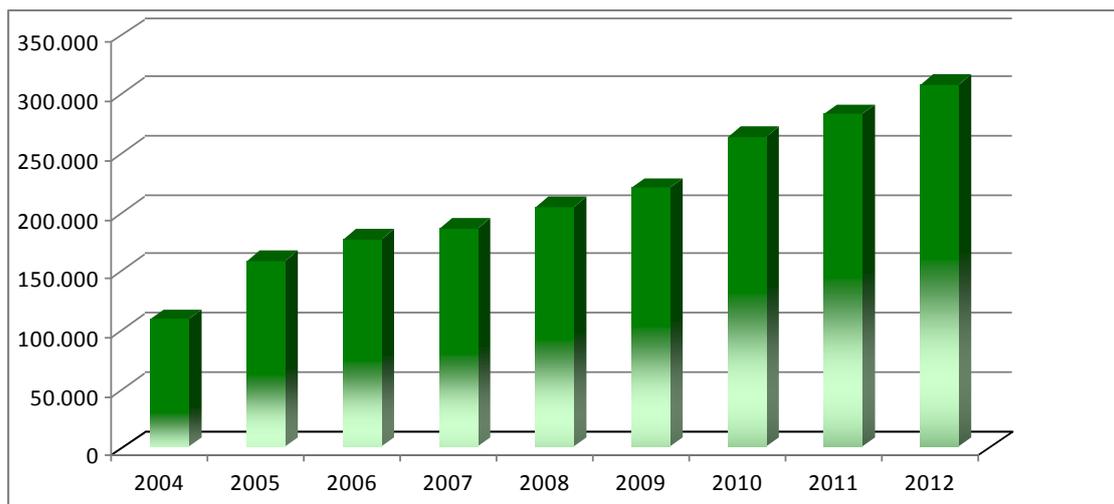
Quadro 1 – Recursos Arrecadados 2004 / 2012

(R\$1.000)

PERÍODO	ANO									Total
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
Semestre										
1º	42.804	76.282	85.646	91.495	97.321	102.969	127.070	132.973	153.950	910.510
2º	65.302	82.190	90.995	94.288	106.627	117.381	136.720	149.597	154.347	997.447
Total Geral	108.106	158.473	176.642	185.783	203.948	220.350	263.790	282.570	308.297	1.907.957

Fonte: SEFAZ

Gráfico 1 – Recursos Arrecadados 2004 / 2012



Fonte: SEFAZ

A evolução observada ao longo dos anos pode ser imputada ao crescimento da arrecadação própria do Estado.

3.2. Liberação dos Recursos

A programação dos recursos do FECOP por secretaria e por projeto sofre variações durante o ano, resultante de decisões de caráter técnico e operacional homologadas em reuniões do CCPIS. Durante o ano são incluídos novos projetos em função de novas demandas ou da necessidade emergencial do desenvolvimento de algumas ações, excluídos projetos aprovados anteriormente que tenham enfrentado problemas de execução, e ainda, modificados os valores de projetos já aprovados.

A programação do ano de 2012 iniciou em dezembro de 2011, quando foi realizada reunião do CCPIS e deliberado os limites financeiros para os projetos a serem executados no ano que se iniciaria. Nesta oportunidade foi aprovada a liberação de R\$ 232.831.892,64 (duzentos e trinta e dois milhões, oitocentos e trinta e um mil, oitocentos noventa e dois reais e sessenta e quatro centavos) a ser aplicado em 39 projetos. Tratava-se, principalmente, de projetos iniciados em anos anteriores (de continuidade) e objetivou-se disponibilizar recursos em tempo hábil, para garantir o desenvolvimento dos mesmos nos primeiros meses do ano.

Em fevereiro foi realizada a primeira reunião do CCPIS no ano de 2012. Foi aprovada a ampliação do valor liberado pelo FECOP em R\$ 95.281.267,47 (noventa e cinco milhões, duzentos e oitenta e um mil, duzentos e sessenta e sete reais e quarenta e

sete centavos) para a inclusão de novos projetos e ajustes nos valores de projetos aprovados na reunião anterior. Como resultado, o fundo passou a financiar, então, 76 projetos com um valor total de R\$ 328.113.130,11.

A segunda reunião do CCPIS em 2012 foi realizada em abril e aprovou a ampliação de R\$ 20.989.038,44 (vinte milhões, novecentos e oitenta e nove mil, trinta e oito reais e quarenta e quatro centavos) ao valor anteriormente liberado, totalizando R\$ 349.102.168,55 (trezentos e quarenta e nove milhões, cento e dois mil, cento e sessenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos). Com esse procedimento o Fundo passou então a financiar 84 projetos.

A terceira reunião do CCPIS foi realizada no mês de junho e resultou na aprovação de R\$ 52.441.919,53 (cinquenta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, novecentos e dezenove reais e cinquenta e três centavos) para ampliação do valor anterior. Nesta ocasião o Fundo passou a disponibilizar um total de R\$401.544.088,08 (quatrocentos e um milhões, quinhentos e quarenta e quatro mil, oitenta e oito reais e oito centavos) para a execução de 103 projetos. Esta foi a situação apresentada no Relatório de Desempenho referente ao primeiro semestre de 2012.

A quarta e última reunião do CCPIS em 2012 foi realizada em setembro e resultou na aprovação de exclusão de alguns projetos que não apresentavam viabilidade de execução no ano, inclusão de novos projetos capazes de serem executados no prazo restante e redução de valores do conjunto dos projetos que pelo desempenho financeiro apresentado até a data da reunião, não teriam possibilidade de aplicar todo o valor programado. Foi diminuído do valor total disponibilizado até então pelo FECOP o valor de R\$ 48.742.528,25 (quarenta e oito milhões, setecentos e quarenta e dois mil, quinhentos e vinte e oito reais e vinte e cinco centavos) e o valor total liberado pelo Fundo foi ajustado para R\$ 352.801.589,83 (trezentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e um mil, quinhentos e oitenta e nove reais e oitenta e três centavos) para financiamento de 107 projetos.

Quadro 2 – Recursos Liberados 2012

Secretarias/Projetos	DELIBERAÇÃO CCPIS 15.12.2011	DELIBERAÇÃO CCPIS 09.2.2012	DELIBERAÇÃO CCPIS 12.4.2012	DELIBERAÇÃO CCPIS 26.6.2012	DELIBERAÇÃO CCPIS 20.9.2012	TOTAL (Soma dos Valores das Deliberações)
1. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS						
Criando Oportunidades: Qualificação Social Profissional do Trabalhador Cearense (Ações de Qualificação)	-	-	2.907.712,90	-	-	2.907.712,90
Criando Oportunidades: Qualificação Social Profissional do Trabalhador Cearense (Qualificação dos Internos dos Centros Educacionais)	-	-	658.350,00	-	-	658.350,00
Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã	3.619.407,37	-	-	-	(1.000.000,00)	2.619.407,37
Estação Família	-	1.385.826,75	-	-	-	1.385.826,75
Novos Caminhos para Proteção e Profissionalização para Mulheres Vítimas de Violência - Casa do Caminho	-	274.000,00	-	-	-	274.000,00
Abrigo de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono - Tia Júlia / ADOC (Abrigo Desembargador Olívio Câmara)	-	4.882.762,50	-	-	-	4.882.762,50
Ceará Espaço de Vida, Arte e Educação	-	6.566.973,00	-	-	-	6.566.973,00
Inclusão Social com Arte, Esporte e Educação – Espaço Viva a Gente	-	1.865.325,00	-	-	-	1.865.325,00
Famílias desafios e Inclusão Social	-	2.304.225,00	-	-	-	2.304.225,00
e-Jovem (Capacitação) JUVEMP	-	1.480.762,50	-	-	-	1.480.762,50
Co-Financiamento de Benefícios Eventuais (Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza)	-	1.206.975,00	-	-	-	1.206.975,00
Fortalecimento da Rede Socioassistencial (Subvenção Social Básica)	-	2.578.537,50	-	-	-	2.578.537,50
Co-Financiamento do Serviço de Proteção e Atenção Integral às Famílias - PAIF	-	4.989.967,50	-	-	-	4.989.967,50
Artesanato Competitivo	-	1.645.875,00	-	-	-	1.645.875,00
Restaurante Popular Mesa do Povo	-	1.426.425,00	-	-	-	1.426.425,00
Fora da Rua, Dentro da Escola	-	6.748.087,50	-	-	-	6.748.087,50
Fortalecimento da Rede de Assistência Social Parceiras da STDS (Ações/Serviços Socioassistenciais Complementares)	-	2.194.500,00	-	-	-	2.194.500,00
Investimento Cidadão	-	658.350,00	-	-	-	658.350,00
Terceira Idade Cidadã	-	1.425.900,00	-	-	-	1.425.900,00
Criando Oportunidades: Qualificação Social Profissional do Trabalhador Cearense (Aquisição dos Kits)	-	-	877.800,00	-	-	877.800,00
Idoso Sujeito Pleno	-	1.848.525,00	-	-	-	1.848.525,00
Primeiro Passo	-	8.393.962,50	-	-	-	8.393.962,50
Bancos Comunitários	-	-	1.070.000,00	-	-	1.070.000,00
Construção e Aquisição de Equipamentos para o Centro de Profissionalização Inclusiva em Fortaleza	1.582.760,26	-	-	-	-	1.582.760,26
Acesso para Pessoas com Deficiência à Inclusão Social (RMF e entorno)	-	493.762,00	-	-	-	493.762,00
Passando a Limpo Beira Mar / Parangaba	-	384.037,50	-	-	-	384.037,50
Garantindo a Acessibilidade	-	1.000.000,00	-	-	-	1.000.000,00
Construção do Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC	-	-	-	-	48.901,33	48.901,33
Construção e Equipamento do Abrigo dos Idosos	400.000,00	420.000,00	-	-	-	820.000,00
Ce Jovem Aprendizagem em Serviço	-	8.242.500,00	-	-	-	8.242.500,00
Inclusão Social e Produtivas de Famílias Cearenses Cadastradas no CadÚnico	419.889,00	-	273.396,00	-	-	693.285,00
Capacitação Integrada com Segurança Alimentar e Nutricional	-	-	-	40.947,55	-	40.947,55
Centro de Referência do Artesanato do Cariri	-	877.800,00	-	-	-	877.800,00
Aquisição de equipamentos do Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC	-	800.000,00	-	-	-	800.000,00
Geração Livre	-	-	-	-	190.000,00	190.000,00
Construção do Centro de Comercialização das Rendeiras do Iguape	-	950.111,28	-	-	-	950.111,28
Política Integrada de Economia Solidária	-	-	-	870.000,00	(370.000,00)	500.000,00
Sub-Total (R\$)	6.022.056,63	65.045.190,53	5.787.258,90	910.947,55	(1.131.098,67)	76.634.354,94

Secretarias/Projetos	DELIBERAÇÃO CCPIS 15.12.2011	DELIBERAÇÃO CCPIS 09.2.2012	DELIBERAÇÃO CCPIS 12.4.2012	DELIBERAÇÃO CCPIS 26.6.2012	DELIBERAÇÃO CCPIS 20.9.2012	TOTAL Soma do Valores das Deliberações
2. Secretaria da Ciencia e Tecnologia - -SECITECE						
Incentivo à Capacitação de Recursos Humanos para Melhoria do Ensino Fundamental e Médio	300.000,00	-	-	-	(48.610,00)	251.390,00
Sub-Total (R\$)	300.000,00	-	-	-	(48.610,00)	251.390,00
3. Secretaria da Cidades - SCIDADES						
Habitacional I – PAC Maranguapinho	-	5.875.151,19	-	-	2.071.787,39	7.946.938,58
Habitacional Pró-Moradia	-	1.655.808,76	-	180.056,25	-	1.835.865,01
Habitacional II – Resolução 460 e PSH	-	-	-	1.593.693,84	-	1.593.693,84
Execução das Obras de Serviços para Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Maranguape II Etapa	-	1.692.228,44	-	-	(1.529.837,09)	162.391,35
Alvorada - Execução de melhorias sanitárias domiciliares, sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário em municípios com menores Índices de Desenvolvimento Municipal – IDM.	2.661.885,05	-	-	-	(1.250.000,00)	1.411.885,05
KfW II - Implantação, Adequação e Ampliação de SAA	11.186.150,06	-	-	(9.698.843,85)	-	1.487.306,21
SES Aracati - Execução das obras e serviços, com fornecimento de materiais e equipamentos, para implantação do Sistema de Água na Cidade de Aracati	3.080.620,89	151.414,31	-	-	-	3.232.035,20
Sistema de Esgotamento Sanitário da Quixadá Execução de Obras e Serviços, com fornecimento de materiais e equipamentos, para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Cidade de Quixadá	-	-	-	270.717,01	(245.000,00)	25.717,01
SES – Sub-Bacia CE-5 – Execução de Obras e Serviços, com fornecimento de materiais e equipamentos para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza	2.186.251,12	-	-	-	(1.794.558,35)	391.692,77
Ampliação do SES da Bacia SE-2 em Fortaleza	-	-	-	2.863.431,04	(1.868.722,29)	994.708,75
KfW II – Implantação, Adequação e Ampliação de SES	-	-	-	1.861.200,00	(1.549.449,00)	311.751,00
Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de água das Localidades de Aprazível e Ipueirinhas no Município de Sobral	1.494.875,13	431.510,35	-	-	(1.926.385,48)	-
Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza - Conjunto Habitacional São Cristóvão	3.362.004,37	-	-	-	(3.362.004,37)	-
Construção de 16.000 Kits Sanitários	1.000.000,00	535.000,00	-	-	-	1.535.000,00
Inserção Produtiva - APL's	-	185.207,01	-	61.099,97	-	246.306,98
Construção de Unidades Sanitárias Domiciliares (Kit Sanitário)	5.000.000,00	1.199.300,00	-	258.000,00	(4.457.300,00)	2.000.000,00
Habitacional: Regime de Mutirão	10.000.000,00	1.033.965,97	-	(6.500.000,00)	(2.000.000,00)	2.533.965,97
Construções de 27.000 fogões com eficiência energética	6.045.165,00	-	-	-	(4.045.165,00)	2.000.000,00
Habitacional VI – Reforma e Melhoria Habitacional	1.500.000,00	-	-	-	-	1.500.000,00
Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda	-	-	-	-	499.200,00	499.200,00
Habitacional FNHIS	-	-	-	354.423,66	-	354.423,66
Projeto Habitacional VII – Rio Cocó	2.500.000,00	-	-	-	-	2.500.000,00
Construção de 2660 unidades habitacionais em 61 municípios com população até 50 mil habitantes Minha Casa Minha Vida 2	-	-	-	7.980.000,00	-	7.980.000,00
Construindo Cidadania na Zona Rural do Ceará	-	-	-	3.736.000,00	-	3.736.000,00
Empreendimento Independência II (240 unidades habitacionais) Minha Casa Minha Vida	-	-	-	784.179,91	-	784.179,91
Sub-Total (R\$)	50.016.951,62	12.759.586,03	-	3.743.957,83	(21.457.434,19)	45.063.061,29

Secretarias/Projetos	DELIBERAÇÃO CCPIS 15.12.2011	DELIBERAÇÃO CCPIS 09.2.2012	DELIBERAÇÃO CCPIS 12.4.2012	DELIBERAÇÃO CCPIS 26.6.2012	DELIBERAÇÃO CCPIS 20.9.2012	TOTAL Soma do Valores das Deliberações
4. Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA.						
Aproveitamento Hidroagrícola do Castanhão	-	388.970,00	-	-	-	388.970,00
Práticas Agrícolas de Convivência com o Semiárido Cearense	13.200.000,00	-	-	-	-	13.200.000,00
ATER aos Agricultores Familiares do Estado do Ceará	16.000.000,00	680.000,00	-	-	-	16.680.000,00
Aquisição e Distribuição de Sementes e mudas	4.043.285,00	745.713,49	-	-	-	4.788.998,49
Habitação Rural nos Assentamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário	2.338.200,00	288.300,00	-	(1.313.250,00)	-	1.313.250,00
Construção de Sistemas de Abastecimento Rural de Água do Plano de Ações de Convivência com a Seca	-	-	-	67.719,76	-	67.719,76
Biodiesel do Ceará	10.500.000,00	-	-	-	(5.051.718,37)	5.448.281,63
Implementação do Garantia Safra no Estado do Ceará	12.240.000,00	-	-	-	(2.448.734,40)	9.791.265,60
Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	-	-	-	999.705,60	300.080,40	1.299.786,00
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	11.500.000,00	1.015.691,45	-	-	(1.397.728,99)	11.117.962,46
Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas	3.839.456,61	60.484,88	1.639.004,54	1.324.932,37	1.063,09	6.864.941,49
Revitalização dos Perímetros Públicos Irrigados	-	-	-	-	468.142,00	468.142,00
Sistema de Abastecimento de Água – Convênio FUNASA	341.278,30	-	-	-	-	341.278,30
Fortalecimento das Ações de ATER nos Territórios Rurais do Estado do Ceará	5.431.387,50	-	-	-	-	5.431.387,50
Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais	-	-	-	4.764.091,34	(2.446.248,81)	2.317.842,53
Construção de Cisternas de Placas	2.103.400,02	472.051,08	-	-	-	2.575.451,10
Ampliação de ATER nos Municípios do Território da Cidadania no Estado do Ceará	11.485.440,00	-	-	-	(4.598.448,00)	6.886.992,00
Implantação de 106 Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais do Ceará (Projeto Excluído)	4.746.974,08	-	-	(3.108.765,40)	(1.638.208,68)	-
Quintais Produtivos Mantidos por Cisternas de Enxurradas	1.487.227,96	-	-	(495.742,65)	-	991.485,31
Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	1.300.000,00	-	-	-	-	1.300.000,00
Casa Digital do Campo	2.000.000,00	380.000,00	-	(1.428.000,00)	-	952.000,00
Construção de Cisternas de Placas	22.000.000,00	-	-	(4.400.000,00)	-	17.600.000,00
Revitalização dos Perímetros Públicos Irrigados	-	-	-	600.000,00	-	600.000,00
Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável PAIS	-	-	1.400.000,00	-	(983.471,08)	416.528,92
Implantação de kits de Irrigação - Quintais Produtivos com Irrigação	-	-	4.162.775,00	(2.775.183,33)	(1.284.354,85)	103.236,82
Construção de 4.200 Cisternas de Enxurrada e 1.500 Barragens Subterrâneas para Quintais Produtivos	9.367.655,18	(224,62)	-	(6.244.953,71)	-	3.122.476,85
Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água	-	-	-	11.292.247,62	(8.980.104,85)	2.312.142,77
Zumbi - Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Quilombolas, no Estado do Ceará	-	-	-	-	200.000,00	200.000,00
Parcela Extra do Programa Garantia Safra	-	-	-	32.637.552,00	-	32.637.552,00
Implantação de 66 Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais - São José 2012	-	-	-	-	4.422.173,41	4.422.173,41
Projetos para Formação de Pastagens para Reserva Alimentar e Convivência com o Semiárido	-	-	-	-	400.000,00	400.000,00
Sub-Total (R\$)	133.924.304,65	4.030.986,28	7.201.779,54	31.920.353,60	(23.037.559,13)	154.039.864,94
5. Secretaria da Cultura - SECULT						
Agentes de Leitura	-	1.500.000,00	-	-	-	1.500.000,00
Qualificação Profissional com base na valorização e difusão do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará	-	434.000,00	-	-	-	434.000,00
Jardim de Gente	-	600.000,00	-	-	-	600.000,00
Sub-Total (R\$)	-	2.534.000,00	-	-	-	2.534.000,00

Secretarias/Projetos	DELIBERAÇÃO CCPIS 15.12.2011	DELIBERAÇÃO CCPIS 09.2.2012	DELIBERAÇÃO CCPIS 12.4.2012	DELIBERAÇÃO CCPIS 26.6.2012	DELIBERAÇÃO CCPIS 20.9.2012	TOTAL Soma do Valores das Deliberações
6. Secretaria do Esporte - SESPORTE						
Viva Mais	-	650.000,00	-	-	-	650.000,00
Segundo Tempo	-	1.736.300,00	-	592.505,83	-	2.328.805,83
Bolsa Esporte	920.000,00	-	-	1.744.947,20	-	2.664.947,20
Sub-Total (R\$)	920.000,00	2.386.300,00	-	2.337.453,03	-	5.643.753,03
7. Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA						
Atendimento com Telefones de Uso Público - TUP'S em Comunidades Rurais do Estado do Ceará não Contempladas pela Plano Geral de Metas para Universalização - PGMU	-	-	-	1.937.500,00	-	1.937.500,00
Sub-Total (R\$)	-	-	-	1.937.500,00	-	1.937.500,00
8. Secretaria da Educação - SEDUC						
Prêmio Escola Nota 10	30.000.000,00	-	-	-	-	30.000.000,00
Construção de Centros de Educação Infantil - CEI (construção, aquisição de bens materiais - equipamentos, mobiliários e consumo), incluindo parque infantil, com capacidade para 208 (duzentas e oito) crianças, bem como a operação dos equipamentos.	-	7.824.906,76	-	-	-	7.824.906,76
Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação e -Jovem	10.348.445,26	-	-	9.719.467,36	(3.067.826,26)	17.000.086,36
	-	-	8.000.000,00	-	-	8.000.000,00
Sub-Total (R\$)	40.348.445,26	7.824.906,76	8.000.000,00	9.719.467,36	(3.067.826,26)	62.824.993,12
9. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH						
Implantação de Sistemas de Abastecimento D'água Simplificado com de Dessalinizador e Chafariz Eletrônico, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	-	-	-	14.956,05	-	14.956,05
Implantação de Sistemas de Abastecimento d'Água com Rede de Distribuição Domiciliar, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	-	-	-	119.062,75	-	119.062,75
Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	-	-	-	1.738.221,36	-	1.738.221,36
Instalação de 100 Sistemas de Abastecimento D'água com Chafariz, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará	1.300.134,48	-	-	-	-	1.300.134,48
Implantação Ações de Abastecimento de Água Humano e Animal das Comunidades ao Longo dos Trechos 1, 2 e 3 do Eixão	-	700.297,87	-	-	-	700.297,87
Sub-Total (R\$)	1.300.134,48	700.297,87	-	1.872.240,16	-	3.872.672,51
TOTAL GERAL (R\$)	232.831.892,64	95.281.267,47	20.989.038,44	52.441.919,53	(48.742.528,25)	352.801.589,83

Fonte: GEF

3.3. Aplicação dos Recursos

No ano de 2012 foram aplicados 76% dos recursos arrecadados da fonte FECOP o que em análise comparativa, demonstra um resultado inferior em comparação com anos anteriores superando apenas os índices de execução financeira dos anos de 2007 e 2008. O primeiro ano citado corresponde ao período de transição de governo, com alternância de seus gestores e o segundo ano foi impactado por ajustes na máquina.

A redução do índice de execução financeira nestes dois anos pode ser explicada, em parte, pelo impacto do reordenamento institucional promovido pelo governo que

assumia, bem como por entraves operacionais relativos à readequação dos procedimentos licitatórios e restrições impostas pelo período eleitoral no ano de 2008.

Em 2010 pela primeira vez foi utilizado o saldo dos superávits acumulados da fonte FECOP e neste ano o índice de execução financeira foi de 114% superando o valor arrecadado no exercício. Em 2011 a execução financeira foi de 90% o que representa um bom índice, embora, por ser o primeiro ano de governo, as propostas tenham sido rediscutidas e reavaliadas, atrasando o início da execução física e financeira dos projetos. A execução financeira de 2012 foi fortemente impactada pela situação climática do Estado. A seca rigorosa refreou muitos investimentos produtivos direcionados ao beneficiamento da agricultura familiar.

Quadro 3 – Desempenho Financeiro 2004 / 2012

Período	Recursos Arrecadados	%	Recursos Aplicados (Pagos)	%	Índice de Execução Financeira (%)
2004	108.106.230,51	6%	92.075.911,35	5%	85%
2005	158.472.722,86	8%	136.565.300,51	8%	86%
2006	176.641.547,50	9%	175.699.124,59	10%	99%
2007	185.782.581,03	10%	139.942.070,87	8%	75%
2008	203.947.870,26	11%	149.753.801,24	9%	73%
2009	220.349.638,71	12%	199.326.302,76	12%	90%
2010	263.789.638,90	14%	300.616.615,64	18%	114%
2011	282.570.482,47	15%	252.907.752,52	15%	90%
2012	308.296.768,89	16%	234.167.210,35	14%	76%
TOTAL	1.907.957.481,13	100%	1.681.054.089,83	100%	88%

Fonte: GEF

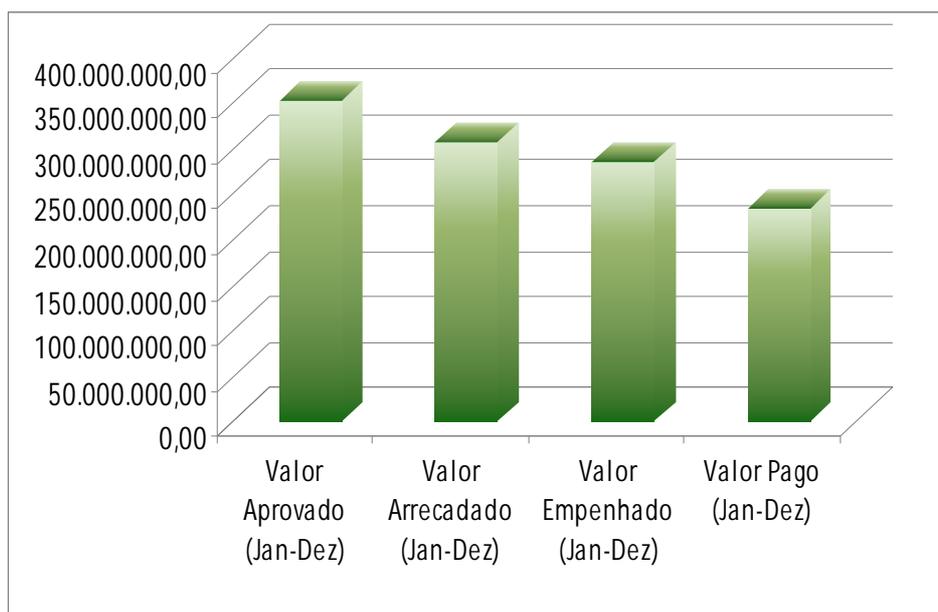
O valor empenhado foi de R\$ 285.250.616,51 (duzentos e oitenta e cinco milhões, duzentos e quarenta e sete mil, seiscentos e dezesseis reais e cinquenta e um centavos) e o valor pago foi na ordem de R\$ 234.167.210,35 (duzentos e trinta e quatro milhões, cento e sessenta e sete mil, duzentos e dez reais e trinta e cinco centavos), correspondendo respectivamente a 81% e 66% do valor aprovado para o período, conforme pode ser observado no Quadro 4.

Quadro 4 – Execução Financeira 2012

Movimentação do FECOP - 2012	
Valor Aprovado (Jan-Dez)	352.801.589,83
Valor Arrecadado (Jan-Dez)	308.296.768,89
Valor Empenhado (Jan-Dez)	285.250.616,51
Valor Pago (Jan-Dez)	234.167.210,35

Fonte: GEF / SEFAZ

Gráfico 2 – Execução Financeira 2012



Fonte: GEF / SEFAZ

Vale ressaltar que as despesas pagas com recursos do FECOP correm à conta de dotações orçamentárias consignadas anualmente nos órgãos e entidades setoriais, denominados de executores locais, responsáveis pela execução das ações financiadas pelo fundo.

Os recursos do Fundo são transferidos diretamente da Secretaria da Fazenda para as secretarias setoriais que, por sua vez, prestam contas de sua aplicação à Gerência Executiva do Fundo, nos termos do Decreto n.º 29.910 de 29 de setembro de 2009, no prazo máximo de sessenta dias após a liberação das parcelas.

Todo esse fluxo (arrecadação, empenho e pagamento) é de responsabilidade da SEFAZ, gestora financeira do fundo. No entanto, a execução financeira dos projetos financiados pelo FECOP só inicia quando da deliberação do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social aprovando o valor do projeto e o cronograma de aplicação.

A GEF acompanha a execução financeira dos projetos em dois momentos: na solicitação das parcelas, quando são verificados o cumprimento do orçamento e do cronograma de desembolso aprovado pelo CCPIS, e na prestação de contas.

3.4. Relatório Financeiro

O Relatório Financeiro é um demonstrativo elaborado trimestralmente, conforme determina o inciso VI, do artigo 13, do Decreto n.º 29.910 de 29 de setembro de 2009. O objetivo desse relatório é evidenciar a movimentação financeira do fundo, confrontando os recursos arrecadados, com o que foi aplicado pelas diversas secretarias setoriais que executam os projetos financiados pelo FECOP. Considera-se aplicado no relatório financeiro o valor pago e não o valor empenhado pelas setoriais. No valor pago está incluso o pagamento referente à execução dos projetos aprovados para o ano de 2012 e de restos a pagar empenhados em anos anteriores.

Este relatório é elaborado com base em informações contábeis, o que pode causar divergências entre o saldo apurado e o saldo bancário, pois parte da arrecadação do mês só é transferida para a conta-corrente do FECOP no início do mês seguinte. Além disso, a aplicação dos recursos é apurada segundo o regime de competência e a compensação bancária poderá ocorrer no mês subsequente.

É importante ressaltar que o ano de 2012 teve início com um saldo de exercícios anteriores no valor de R\$ 251.809.908,01 (duzentos e cinquenta e um milhões, oitocentos e nove mil, novecentos e oito reais e um centavo).

O Quadro 4 revela a movimentação financeira referente a receita e aplicação dos recursos por Secretaria Setorial.

Quadro 5 – Relatório Financeiro 2012

DESCRIÇÃO	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAIS
RECEITA					
Arrecadação	77.945.897,23	76.004.156,31	77.025.000,90	77.321.714,45	308.296.768,89
Rendimentos	6.017.026,24	5.861.563,30	5.116.800,22	4.950.624,06	21.946.013,82
Anulação de Despesas					
TOTAL GLOBAL	83.962.923,47	81.865.719,61	82.141.801,12	82.272.338,51	330.242.782,71
APLICAÇÃO					
Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA	-	-	-	1.395.000,00	1.395.000,00
Secretaria da Educação - SEDUC	443.466,79	4.899.763,39	6.940.599,23	21.871.672,56	34.155.501,97
Secretaria da Cultura - SECULT	601.931,60	1.015.766,16	394.136,31	627.927,20	2.639.761,27
Secretaria da Ciência e Tecnologia - SECITECE	88.710,00	120.495,00	42.185,00	0,00	251.390,00
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	6.538.173,60	11.888.023,72	23.295.404,26	31.290.136,02	73.011.737,60
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	8.067.859,54	26.812.258,78	47.115.515,24	37.609.050,79	119.604.684,35
Secretaria das Cidades - SCIDADES	1.994.716,85	3.911.460,27	2.673.988,86	5.811.118,98	14.391.284,96
Secretaria do Esporte - SESPORTE	219.476,80	979.383,60	1.344.225,80	1.151.033,56	3.694.119,76
Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	299.975,64	194.543,84	332.211,46	540.581,12	1.367.312,06
TOTAL APLICADO	18.254.310,82	49.821.694,76	82.138.266,16	100.296.520,23	250.510.791,97
SALDO	65.708.612,65	32.044.024,85	3.534,96	(18.024.181,72)	79.731.990,74

Fonte: SEFAZ

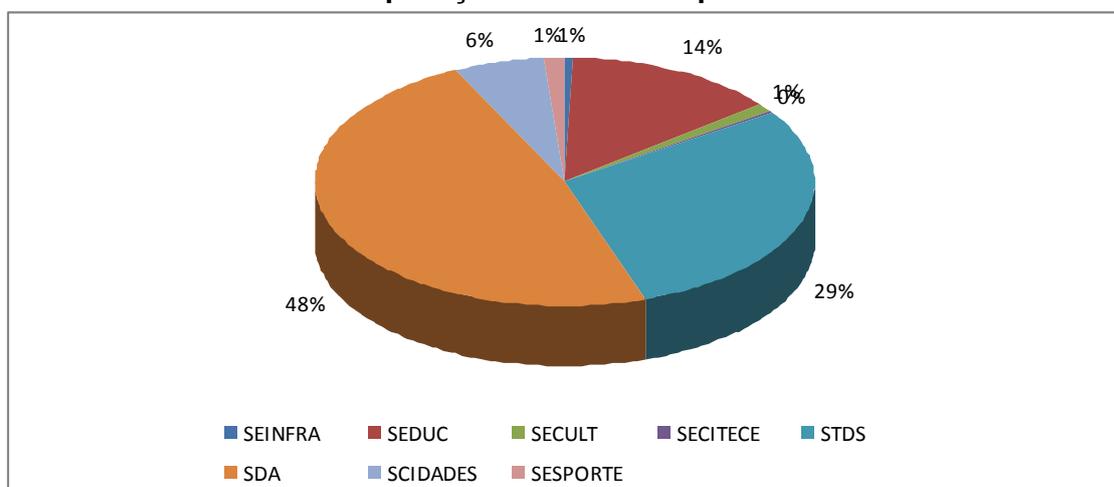
No ano de 2012 é evidente a concentração de recursos em duas Secretarias, que juntas são responsáveis por 77% do valor total aplicado: Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) com 48% e Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) com 29%. Em seqüência, observa-se a representatividade da participação da Secretaria da Educação (SEDUC) com 14% e da Secretaria das Cidades (SCIDADES) com 6% do valor total aplicado.

A predominância da concentração de recursos nestas secretarias pode ser também observada em 2011, no entanto, em uma análise comparativa entre os dois anos, observa-se que em 2012 a participação do valor aplicado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário cresceu 6%, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social cresceu 2%, da Secretaria da Educação (SEDUC) cresceu 2% e da Secretaria das Cidades decresceu 2%.

Registre-se ainda nos dois anos em análise a diminuição do número de secretarias com alocação de recursos do FECOP, que passaram de 11 em 2011 para 09 em

2012, com a exclusão da Secretaria da Saúde e da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Gráfico 3 – Aplicação de Recursos por Setorial 2012



Fonte: GEF / SEFAZ

3.5. Alocação dos Recursos por Setorial

O CCPIS aprovou em 2012 um total de 107 projetos com recursos da ordem de R\$ 352.801.589,83 (trezentos e cinquenta e dois milhões, oitocentos e um mil, quinhentos e oitenta e nove reais e oitenta e três centavos) distribuídos entre nove secretarias setoriais, sendo que 95,96% desses recursos destinaram-se ao financiamento de projetos executados pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (43,66%), Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (21,72%), Secretaria da Educação (17,81%) e Secretaria das Cidades (12,77%).

O resultado geral é consequentemente, impactado pelo desempenho das secretarias melhores posicionadas na alocação de recursos do FECOP. A Secretaria do Desenvolvimento Agrário que conforme citado anteriormente, engloba um elevado percentual do total de recursos de 2012, empenhou 79,71% dos recursos planejados para este período; a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social empenhou 94,27%; a Secretaria da Educação empenhou 93,24% e a Secretaria das Cidades empenhou 46,99% desses recursos.

Os melhores resultados foram obtidos pela Secretaria da Infraestrutura e Secretaria de Ciência e Tecnologia, que empenharam 100% dos recursos alocados para o período.

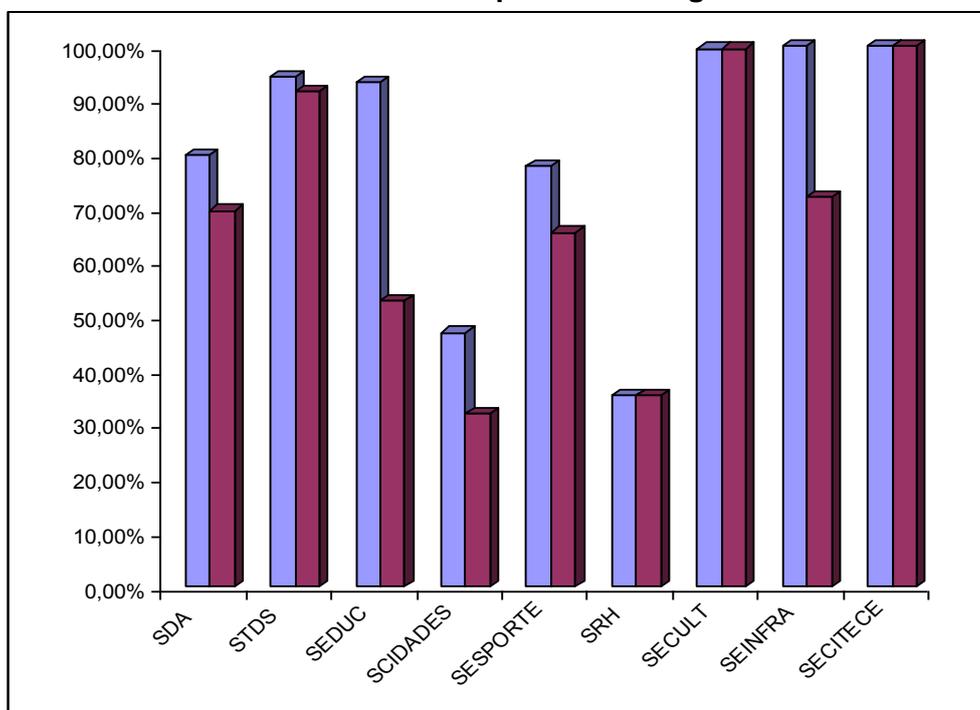
Quadro 6 – Desempenho Financeiro por Setorial 2012

SECRETARIAS		Limite Anual (A)	%	Valor Empenhado (B)	% (B/A)	Valor Pago (C)	% (C/A)
Secretaria de Desenvolvimento Agrário-SDA	SDA	154.039.864,94	43,66%	122.779.563,54	79,71%	107.069.183,34	69,51%
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social STDS	STDS	76.634.354,94	21,72%	72.243.712,60	94,27%	70.259.524,10	91,68%
Secretaria da Educação – SEDUC	SEDUC	62.824.993,12	17,81%	58.583.987,79	93,25%	33.217.888,76	52,87%
Secretaria das Cidades - SCIDADES	SCIDADES	45.063.061,29	12,77%	21.175.520,55	46,99%	14.391.284,96	31,94%
Secretaria do Esporte - SESPORTE	SESPORTE	5.643.753,03	1,60%	4.390.122,60	77,79%	3.694.119,76	65,46%
Secretaria de Recursos Hídricos - SRH	SRH	3.872.672,51	1,10%	1.367.312,06	35,31%	1.367.312,06	35,31%
Secretaria da Cultura - SECULT	SECULT	2.534.000,00	0,72%	2.521.507,37	99,51%	2.521.507,37	99,51%
Secretaria da Infra- Estrutura – SEINFRA	SEINFRA	1.937.500,00	0,55%	1.937.500,00	100,00%	1.395.000,00	72,00%
Secretaria da Ciência e Tecnologia – SECITECE	SECITECE	251.390,00	0,07%	251.390,00	100,00%	251.390,00	100,00%
TOTAL		352.801.589,83	100,00%	285.250.616,51	80,85%	234.167.210,35	66,37%

Fonte: GEF / SEFAZ

O Gráfico 4 evidencia as discrepâncias entre os percentuais empenhados e pagos em quase todas as secretarias, excluindo-se a SRH, SECULT e SECITECE.

Gráfico 4 – Valor Empenhado e Pago 2012



Fonte: GEF / SEFAZ

A SEDUC apresenta a maior diferença entre o valor empenhado e o valor pago em 2012. Todos os projetos desta Secretaria, financiados pelo FECOP deixaram restos a pagar para 2013. O projeto Prêmio Escola Nota 10 pagou apenas 47% do valor

empenhado em função das eleições municipais e posteriormente por alteração nos quadros de gestores das secretarias de educação e unidades escolares. O projeto Construção de Centros de Educação Infantil – CEI pagou 41% do valor empenhado. Neste caso os pagamentos são liberados a medida que a obra vai sendo executada e como todas ainda se encontram em execução o repasse não foi efetivado em sua plenitude. O projeto Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação pagou 83% do valor empenhado e a diferença corresponde a divergências observadas entre o recebimento de frequência e Termo de Compromisso de Estágio de cada beneficiário que estão sendo corrigidas. O projeto e – Jovem pagou 50% do valor empenhado em obediência ao cronograma de desembolso pactuado no contrato de gestão, vínculo jurídico que permite a execução do projeto.

A SEINFRA executou um único projeto com recursos do FECOP: Atendimento com Telefones de Uso Público – TUPs, em Comunidades Rurais do Estado do Ceará, não Contempladas pelo Plano Geral de Metas para Universalização – PGMU. O valor empenhado não foi totalmente pago pois estão aguardando a solução de pendências detectadas em quatorze dos cinquenta TUPs contratados.

A diferença entre o valor empenhado e o valor pago pela SCIDADES é resultante principalmente, do desempenho financeiro do projeto Construção de 2.660 unidades habitacionais em 61 municípios com população até 50 mil habitantes Minha Casa Minha Vida 2. Após a assinatura dos contratos para execução da obra, firmados pelas instituições financeiras credenciadas, construtoras, beneficiários e Governo do Estado, foi empenhado 100% do valor do projeto, no entanto, o pagamento só poderá ser efetuado após a Ordem de Obra ser emitida pelo Governo Federal através do Ministério das Cidades.

A SDA apresentou um valor pago inferior ao valor empenhado em 2012, principalmente em função do desempenho financeiro do projeto Aquisição e Distribuição de Sementes e Mudas. Neste ano houve mudanças na forma de aquisição de sementes e mudas e o cumprimento das exigências legais inerentes ao novo modelo adotado retardou o processo de pagamento, ficando mais de 60% do valor total empenhado para pagamento em 2013.

3.6. Aplicação dos Recursos por Função de Governo

No ano de 2012 as funções de Agricultura, Educação, Assistência Social e Trabalho foram as que tiveram maior aplicação de recursos, concentrando 89% do total aplicado.

Por se tratar de um ano de estiagem severa, foram ampliados significativamente em 2012 os valores destinados a função Agricultura. O pagamento da parcela-extra do Projeto Garantia-Safra aos agricultores familiares, autorizado pela Assembléia Legislativa, representou um desembolso de R\$32.450.788,33 (trinta e dois milhões, quatrocentos e cinqüenta mil, setecentos e oitenta e oito reais e trinta e três centavos) do FECOP. Este valor representou 30% do valor aplicado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário.

A função Educação engloba os recursos aplicados no âmbito da Secretaria de Educação e da Secretaria da Ciência e Tecnologia, com predominância na aplicação de recursos para concessão de bolsa estágio e a concessão de prêmio para escolas públicas municipais que obtiveram os menores resultados em alfabetização, sendo este um projeto concebido no âmbito do regime de colaboração entre o Estado e os Municípios.

As funções Assistência Social e Trabalho, incluem-se na área de atuação da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. Na função Assistência Social registram-se os valores referente a projetos que desenvolvem ações preventivas (Proteção Social Básica), os quais têm como objetivo prevenir a incidência de agravos à vida humana, em face das situações de vulnerabilidade e ações protetivas (Proteção Social Especial), que têm por objetivo a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violações de direitos. Na função Trabalho predominam os projetos de Inclusão Produtiva que têm como foco ações emancipatórias, comprometidas com a criação de condições de autonomização dos mais pobres, através de cursos de qualificação profissional e intermediação de emprego.

É oportuno destacar o que estabelece o art. 1.º da Lei n.º 37 de 26 de novembro de 2003, alterado pela Lei Complementar n.º 89 de 26 de outubro de 2010, quando trata do objetivo do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP:

É instituído no âmbito do Poder Executivo Estadual, o Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, de natureza contábil, com o objetivo de viabilizar para toda a população do Ceará acesso a níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados exclusivamente em **ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida**, conforme disposto no art.82 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT da Constituição Federal. (grifo nosso)

Desta forma, os projetos financiados pelo Fundo não se limitam à satisfação de necessidades básicas e imediatas, mas possibilitam a melhoria da qualidade de vida de seus beneficiários, considerando, assim, o conceito amplo de combate à pobreza, que não está vinculada apenas a renda, mas às limitações impostas pelas privações da capacidade básica de um indivíduo.

Quadro 7 – Aplicação dos Recursos por Função de Governo 2012

Função de Governo	Valor Empenhado	%	Valor Pago	%
Agricultura	121.791.163,54	42,70%	106.534.313,34	45,49%
Educação	58.835.377,79	20,63%	33.469.278,76	14,29%
Assistência Social	41.377.399,05	14,51%	39.944.113,72	17,06%
Trabalho	29.405.508,06	10,31%	28.856.832,63	12,32%
Habitação	19.147.263,69	6,71%	12.824.028,62	5,48%
Desporto e Lazer	4.390.122,60	1,54%	3.694.119,76	1,58%
Saneamento	2.639.990,86	0,93%	2.178.990,34	0,93%
Cultura	2.521.507,37	0,88%	2.521.507,37	1,08%
Comunicações	1.937.500,00	0,68%	1.395.000,00	0,60%
Direitos da Cidadania	1.460.805,49	0,51%	1.458.577,75	0,62%
Organização Agrária	988.400,00	0,35%	534.870,00	0,23%
Gestão Ambiental	704.368,06	0,25%	704.368,06	0,30%
Urbanismo	51.210,00	0,02%	51.210,00	0,02%
Total	285.250.616,51	100,00%	234.167.210,35	100,00%

Fonte: GEF / SEFAZ

3.7. Aplicação dos Recursos por Macrorregião

No ano de 2012, do total de recursos do FECOP que foram empenhados, 35% foram destinados a Região Metropolitana de Fortaleza e 65% as demais regiões do Estado.

A concentração de recursos na Região Metropolitana de Fortaleza pode ser justificada por diversos aspectos, entre eles o financiamento às políticas destinadas ao atendimento às crianças e adolescentes em situação de abandono e idosos (abrigos) e aos deficientes físicos que têm atuação centralizada no município de Fortaleza, apesar de atenderem a um público de todo o Estado. Destaque-se ainda que 41% dos domicílios particulares permanentes da RMF encontram-se abaixo da linha da pobreza (possuem renda nominal mensal per capita inferior a 1/2 salário mínimo) e 17% encontram-se abaixo da linha de extrema pobreza ou indigência (possui renda nominal mensal per capita inferior a 1/4 salário mínimo).

É importante destacar ainda, que a distribuição de recursos por macrorregião apresentada no Quadro 8, foi elaborada de acordo com a dotação orçamentária utilizada no momento do empenho da despesa. Há, portanto, divergências entre essas informações e as disponibilizadas pelas gerências quanto à aplicação dos recursos por município (anexos), devido à utilização da Região 22 – Estado do Ceará, neste momento.

Quadro 8 – Aplicação dos Recursos por Macrorregião 2012

Macrorregião	N.º de Municípios	Empenhado	%	Pago	%
1-RMF	15	101.109.896,33	35,45%	83.150.354,46	36%
2-LITORAL OESTE	27	22.479.649,21	7,88%	18.628.427,00	8%
3-SOBRAL/IBIAPABA	29	30.858.546,43	10,82%	22.620.261,48	10%
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	16	20.928.644,23	7,34%	17.275.455,68	7%
5-SERTÃO CENTRAL	21	28.808.441,67	10,10%	23.408.178,33	10%
6-BATURITÉ	13	7.752.328,18	2,72%	6.594.221,65	3%
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	21	20.789.650,27	7,29%	17.937.886,53	8%
8-CARIRI/CENTRO SUL	42	41.852.582,22	14,67%	33.881.547,25	14%
22-ESTADO DO CEARÁ		10.670.877,97	3,74%	10.670.877,97	5%
TOTAL	184	285.250.616,51	100,00%	234.167.210,35	100%

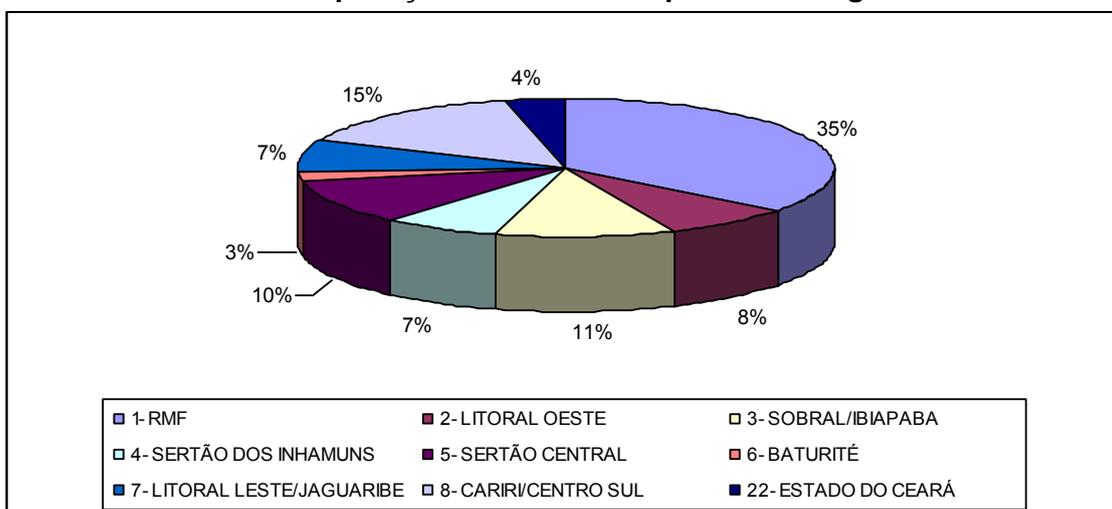
Fonte: SEFAZ

As secretarias que apresentaram valores empenhados na Região 22 – Estado do Ceará em 2012 foram a SDA (84%), SRH (6%), SEDUC (5%) e SECULT (5%).

Na elaboração do Orçamento de 2012 a SDA cadastrou na Região 22 algumas das ações as quais se vinculam projetos financiados com recursos do FECOP e, portanto, empenhou os recursos nesta mesma região. O valor registrado refere-se ao Programa Desenvolvimento Agropecuário (Ação 14209) e ao Programa Enfrentamento à pobreza Rural (Ação 14204) e visaram à execução de atividades por meio do Contrato de

Regime de Cogestão firmado com o Instituto Agropolos. As parcelas para pagamento foram solicitadas por município.

Gráfico 5 – Aplicação dos Recursos por Macrorregião 2012



Fonte: SEFAZ

Quadro 9 – Distribuição da População por Macrorregião 2010

Macrorregião	População	%
1-RMF	3.615.767	43%
2-LITORAL OESTE	834.780	10%
3-SOBRAL/IBIAPABA	837.618	10%
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	411.407	5%
5-SERTÃO CENTRAL	617.540	7%
6-BATURITÉ	230.523	3%
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	566.250	7%
8-CARIRI/CENTRO SUL	1.338.496	16%
TOTAL	8.452.381	100%

Fonte: IPECE / Censo 2010

A proporção de recursos do FECOP aplicados por região guarda estreita correlação com a distribuição proporcional da população do Estado. Apenas no que se refere a Região 2 – Litoral Oeste e Região 5 – Sertão Central, houve divergências. As regiões mais populosas tais como a RMF e Cariri/Centro Sul, foram beneficiadas com o maior volume de recursos.

3.8. Aplicação dos Recursos por Programa de Governo

A distribuição na aplicação de recursos do FECOP por Programa de Governo, guarda estreita correlação com o analisado no item relativo à aplicação de recursos por Função de Governo.

Observa-se que a maior parte dos recursos foram aplicados no âmbito do programa Desenvolvimento Agropecuário, executado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário que somados aos recursos alocados no programa Enfrentamento à Pobreza Rural, também executado pela mesma secretaria, engloba 43% dos recursos empenhados e 46% dos recursos pagos em 2012.

O programa Aprendizagem na Idade Certa, de responsabilidade da Secretaria de Educação, empenhou 12% do valor total empenhado através do FECOP. O programa Assistência Social executado pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, empenhou 10% e o programa multisetorial, Promoção da Juventude empenhou o mesmo percentual. No âmbito deste último programa inclui-se, dentre outros, o projeto Agente de Leitura executado pela Secretaria da Cultura e outros executados no âmbito da STDS que buscam expandir práticas educativas e sociais de incentivo à juventude e ainda, a qualificação e requalificação de trabalhadores buscando sua inserção ou reinserção no mercado de trabalho.

Quadro 10 – Aplicação de Recursos por Programa de Governo 2012

Código	Programas	Empenhado	%	Pago	%
28	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO	96.460.868,00	33,8%	84.032.298,04	35,9%
72	APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA	34.627.418,93	12,1%	15.925.871,86	6,8%
50	ASSISTÊNCIA SOCIAL	29.201.052,46	10,2%	28.954.551,65	12,4%
21	PROMOÇÃO DA JUVENTUDE	27.914.315,13	9,8%	23.868.820,52	10,2%
29	ENFRENTAMENTO À POBREZA RURAL	25.677.046,50	9,0%	22.714.513,83	9,7%
33	HABITACIONAL	19.147.263,69	6,7%	12.824.028,62	5,5%
14	ENSINO MÉDIO ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	15.956.568,86	5,6%	13.292.016,90	5,7%
49	TRABALHO, EMPREGO E RENDA	9.978.820,34	3,5%	9.475.639,52	4,0%
26	ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA	8.879.581,81	3,1%	8.260.652,00	3,5%
71	ESPORTE - EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E LAZER	4.390.122,60	1,5%	3.694.119,76	1,6%
27	ATENÇÃO À PESSOA IDOSA	4.022.698,63	1,4%	3.454.843,92	1,5%
32	SANEAMENTO AMBIENTAL	1.977.046,86	0,7%	1.516.046,34	0,6%
5	INFRAESTRUTURA COMPLEMENTAR DAS REGIÕES DO ESTADO DO CEARÁ	1.937.500,00	0,7%	1.395.000,00	0,6%
51	SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	1.460.805,49	0,5%	1.458.577,75	0,6%
39	TRANSFERÊNCIA HÍDRICA E SUPRIMENTO DE ÁGUA	1.367.312,06	0,5%	1.367.312,06	0,6%
7	INCENTIVO ÀS ARTES E CULTURAS REGIONAIS DO CEARÁ	1.034.000,00	0,4%	1.034.000,00	0,4%
67	DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL	641.649,04	0,2%	322.371,47	0,1%
68	EDUCAÇÃO SUPERIOR	251.390,00	0,1%	251.390,00	0,1%
22	EQUIDADE DE GÊNERO	273.946,11	0,1%	273.946,11	0,1%
34	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	51.210,00	0,0%	51.210,00	0,0%
TOTAL		285.250.616,51	100%	234.167.210,35	100%

Fonte: SEFAZ

4. Análise de Desempenho das Setoriais

4.1. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, como coordenadora estadual das Políticas de Assistência Social, Segurança Alimentar e Emprego, Trabalho e Renda, tem a sua atuação voltada para o desenvolvimento de programas, projetos, benefícios, serviços e ações de enfrentamento à pobreza. Para tanto, contou com os recursos complementares do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, que possibilitaram a execução de 37 (trinta e sete) projetos, que possibilitaram o atendimento a 152.408 pessoas, no âmbito da STDS.

Vale evidenciar que o valor total anual programado para esta setorial foi de R\$ 76.634.354,94. (setenta e seis milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e noventa e quatro centavos). Tais recursos complementam as destinações orçamentárias da União para a execução dos programas federais, potencializando os valores financeiros necessários à implementação das ações programadas, seja na forma de contrapartida ou de repasse direto aos municípios, co-financiados e organizações parceiras, que desenvolvem projetos em parceria com o Estado.

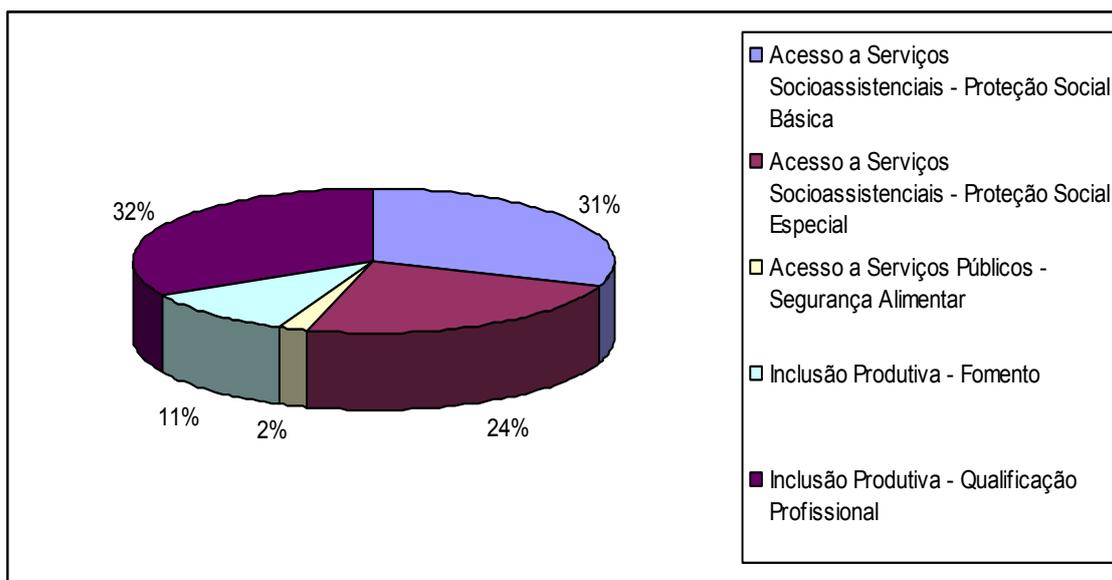
Do total de projetos financiados, vinte (20) são voltados à área de Assistência Social, dois (02) à Segurança Alimentar e quinze (15) à Inclusão Produtiva de seus beneficiários, através de ações de capacitação e de fomento. Apenas os projetos das duas últimas categorias contam com outras fontes de recursos; os demais são executados com recursos exclusivos do FECOP.

Quadro 11 - Recursos Liberados e Empenhados por Categoria de Projetos 2012

Projetos	Limite Anual	%	Valor Empenhado	%
Acesso a Serviços Socioassistenciais - Proteção Social Básica	23.475.841,75	30,63	23.246.827,09	32,18
Acesso a Serviços Socioassistenciais - Proteção Social Especial	18.190.813,83	23,74	16.903.846,52	23,40
Acesso a Serviços Públicos - Segurança Alimentar	1.467.372,55	1,91	1.460.805,49	2,02
Inclusão Produtiva - Fomento	8.197.631,54	10,70	6.277.035,90	8,69
Inclusão Produtiva - Qualificação Profissional	25.302.695,27	33,02	24.355.197,60	33,71
Total	76.634.354,94	100,00	72.243.712,60	100,00

Fonte: GEF

Gráfico 6 - Recursos Liberados e Empenhados por Categoria de Projetos 2012



Fonte: GEF

Projetos de Proteção Social Básica (Ação Preventiva)

Os projetos de Proteção Social Básica têm como objetivo prevenir a incidência de agravos à vida humana, em face das situações de vulnerabilidade que as famílias enfrentam, na trajetória do seu ciclo de vida. Por essa ótica, a família torna-se unidade de referência para todas as ações, e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, torna-se premissa básica para o alcance dos seus propósitos. Além disso, estas intervenções se configuram como direito do cidadão e dever do Estado.

As ações da Proteção Social Básica são prestadas de forma articulada às seguranças alicerçadas pela Política de Assistência Social, por meio da inclusão dos beneficiários e de suas famílias nos serviços socioassistenciais e de outras políticas setoriais; e, dessa forma, fortalecem as potencialidades familiares e ampliam o leque de oportunidades, promovendo a superação das situações de vulnerabilidade e risco social.

Dentre o rol de projetos que compõem essa área, destaca-se o Co-financiamento do Serviço de Proteção Social e Atenção Integral às famílias – PAIF, que consiste no repasse de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, para o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, com vistas a cooperar na provisão desses serviços.

O trabalho social realizado com as famílias é de caráter continuado, e tem como finalidade fortalecer a função protetiva das mesmas, prevenir a ruptura dos seus vínculos e promover o acesso ao usufruto de direitos, contribuindo na melhoria da qualidade de vida.

Inserem-se nessa mesma sistemática de repasse Fundo a Fundo, o Co-financiamento dos benefícios eventuais, cuja finalidade é prover de forma complementar e provisória o atendimento aos indivíduos e famílias em circunstâncias como: nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária ou de calamidade pública.

Além dos projetos acima citados, merece destaque o Projeto Estação Família que apresenta uma metodologia inovadora para ampliar as competências familiares e fortalecer a autonomia do grupo familiar. Além disso, a perspectiva dessa ação é trabalhar a família de forma matricial evitando a fragmentação.

Ressalta-se ainda, a implementação dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, executadas através dos projetos Ceará Espaço de Vida, Arte e Educação, Inclusão Social com Arte Esporte e Educação, Investimento Cidadão, Terceira Idade Cidadã e Acesso para Pessoas com Deficiência à Inclusão Social, voltados para idosos, deficientes, crianças e adolescentes. Tais projetos asseguram aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com as famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco.

Esta área de trabalho recebeu em 2012, apoio financeiro do FECOP, para execução de 10(dez) projetos, cujo orçamento total é de R\$ 23.475.841,75 (vinte e três milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e um reais e setenta e cinco centavos) e executou R\$ 23.243.677,09 (vinte e três milhões, duzentos e quarenta e três mil, seiscentos e setenta e sete reais e nove centavos), que corresponde a 99% do valor planejado para o período em análise. Esses aportes possibilitaram o atendimento de 65.198 pessoas.

Quadro 12 - Recursos Liberados e Empenhados 2012

Secretarias/Projetos	Limite Anual	%	Valor Empenhado	%
Acesso a Serviços Socioassistenciais - Proteção Social Básica				
Estação Família	1.385.826,75	5,90	1.359.093,69	5,85
Ceará Espaço de Vida, Arte e Educação	6.566.973,00	27,97	6.467.057,59	27,82
Inclusão Social com Arte, Esporte e Educação – Espaço Viva a Gente	1.865.325,00	7,95	1.796.488,44	7,73
Famílias desafios e Inclusão Social	2.304.225,00	9,82	2.271.521,57	9,77
Co-Financiamento de Benefícios Eventuais (Assistência Emergencial a Pessoas ou Grupos em Situação de Pobreza)	1.206.975,00	5,14	1.206.973,00	5,19
Fortalecimento da Rede Socioassistencial (Subvenção Social Básica)	2.578.537,50	10,98	2.578.500,00	11,09
Co- Financiamento do Serviço de Proteção e Atenção Integral às Famílias - PAIF	4.989.967,50	21,26	4.989.967,00	21,47
Investimento Cidadão	658.350,00	2,80	658.350,00	2,83
Terceira Idade Cidadã	1.425.900,00	6,07	1.425.900,00	6,13
Acesso para Pessoas com Deficiência à Inclusão Social (RMF e entorno)	493.762,00	2,10	492.975,80	2,12
Sub-Total	23.475.841,75	100,00	23.246.827,09	100,00

Fonte: GEF

Projetos de Proteção Social Especial (Ação Protetiva)

A Proteção Social Especial é um conjunto de serviços, programas e projetos, que têm por objetivo a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e a proteção de famílias e indivíduos, para o enfrentamento das situações de violações de direitos.

As ações de Proteção Social Especial, no âmbito do FECOP, estão voltadas para os serviços de acolhida e abrigo para crianças, adolescentes, idosos, mulheres vítimas de violência e internação para adolescentes, em conflito com a Lei. Cita-se ainda, os serviços de proteção social a crianças e adolescentes em situação de rua. Tais serviços são prestados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), que funcionam como unidades de atendimento especializadas, de abrangência municipal ou regional.

Nesses espaços, são ofertados serviços de proteção a indivíduos e família vítima de violência, maus tratos e outras formas de violação de direitos. Os serviços de PSE são executados, diretamente ligados, com o sistema de garantia de direito, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada com o Poder Judiciário, o Ministério Público e com outros órgãos e ações do Executivo.

Cabe registrar ainda, no segundo semestre a implementação do Projeto Geração Livre, que visa propiciar ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas,

o acesso a direito e oportunidades de superação de sua situação de exclusão social. Para tanto, são desenvolvidas ações socioeducativas, esportivas, oficinas de profissionalização, encontro sistemático com as famílias dos internos e a construção de um projeto de vida que busque a ressignificação e a formação de novos valores para o retorno à vida social/comunitária após o cumprimento da medida.

Em 2012, foram beneficiados com os projetos de abrigamento 234 idosos, 71 mulheres, crianças e adolescentes. Com ações de abordagem de rua foram atendidos 5.226 crianças e adolescentes, através dos Projetos Passando a Limpo Beira Mar e Fora da Rua Dentro da Escola.

Registra-se ainda, a aprovação pelo CCPIS do co-financiamento dos CREAS municipais, em 39 (trinta e nove) municípios. Fato que representa um marco para o avanço da política de Assistência Social no Estado.

Nesta linha de atuação, esta setorial recebeu em 2012 apoio financeiro do FECOP para execução de 10 projetos, cujo orçamento total é de R\$ 18.190.813,83 (dezoito milhões, cento e noventa mil, oitocentos e treze reais e oitenta e três centavos) e executou R\$ 16.903.846,53 (dezesesseis milhões, novecentos e três mil, oitocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e três centavos) no período de janeiro a dezembro, o que representa 93% do valor planejado. O total de beneficiários deste segmento foi de 9.291 pessoas.

Quadro 13 - Recursos Liberados e Empenhados 2012

Projetos	Limite Anual	%	Valor Empenhado	%
Acesso a Serviços Socioassistenciais - Proteção Social Especial				
Novos Caminhos para Proteção e Profissionalização para Mulheres Vítimas de Violência - Casa do Caminho	274.000,00	1,51	273.946,11	1,62
Abrigamento de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono - Tia Júlia / ADOC (Abrigo Desembargador Olívio Câmara)	4.882.762,50	26,84	4.808.543,38	28,45
Fora da Rua, Dentro da Escola	6.748.087,50	37,10	5.660.813,44	33,49
Fortalecimento da Rede de Assistência Social Parceiras da STDS (Ações/Serviços Socioassistenciais Complementares)	2.194.500,00	12,06	2.189.772,25	12,95
Idoso Sujeito Pleno	1.848.525,00	10,16	1.811.773,31	10,72
Passando a Limpo Beira Mar / Parangaba	384.037,50	2,11	384.037,48	2,27
Construção do Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC	48.901,33	0,27	-	-
Construção e Equipamento do Abrigo dos Idosos	820.000,00	4,51	785.025,32	4,64
Aquisição de equipamentos do Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC	800.000,00	4,40	799.935,23	4,73
Geração Livre	190.000,00	1,04	190.000,00	1,12
Sub-Total	18.190.813,83	100,00	16.903.846,52	100,00

Fonte: GEF

Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, prevê a implantação do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional SISAN. O objetivo do SISAN é articular políticas na área, de modo a criar condições de assegurar de forma sustentável, o direito à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade, suficientes à sobrevivência. As ações federais na área de Segurança Alimentar e Nutricional estão organizadas em três eixos de atuação: apoio à produção, comercialização e consumo.

Os projetos dessa categoria, apoiados pela STDS, incluem-se no terceiro eixo, com ações de promoção do direito humano a alimentação adequada, para as pessoas em situação de insegurança alimentar, que fazem suas refeições fora do domicílio através do Restaurante Popular Mesa do Povo, que amplia a oferta de refeições adequadas a preços acessíveis à população de baixa renda. O público beneficiário do restaurante é formado por trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, estudantes, aposentados, moradores de rua e famílias em situação de risco, de insegurança alimentar e nutricional.



Restaurante Popular Mesa do Povo

Merece também destaque as ações do Projeto Capacitação Integrada em Segurança Alimentar e Nutricional, desenvolvidos em parceria com a União/MDS, que visam o fortalecimento da rede operacional dos equipamentos públicos de segurança alimentar, por meio da capacitação em educação alimentar e nutricional dos trabalhadores dos equipamentos sociais de SAN e a sensibilização dos gestores

municipais para a consolidação do sistema de segurança alimentar e nutricional na esfera municipal.

No período de janeiro a dezembro de 2012, foram beneficiadas 17.053 pessoas através do projeto Restaurante Popular Mesa do Povo e 844 beneficiários com as ações do projeto Capacitação Integrada.

Quadro 14 - Recursos Liberados e Empenhados 2012

Secretarias/Projetos	Limite Anual	%	Valor Empenhado	%
Acesso a Serviços Públicos - Segurança Alimentar				
Restaurante Popular Mesa do Povo	1.426.425,00	97,21	1.424.771,81	97,53
Capacitação Integrada com Segurança Alimentar e Nutricional	40.947,55	2,79	36.033,68	2,47
Sub-Total	1.467.372,55	100,00	1.460.805,49	100,00

Fonte: GEF

Projetos de Inclusão Produtiva

Os projetos de Inclusão Produtiva coordenados pela STDS têm como foco ações emancipatórias, comprometidas com a criação de condições de autonomização dos mais pobres, através de cursos de qualificação profissional, intermediação de emprego, ampliação da política de microcrédito, geração de ocupação e renda e incentivo à economia popular e solidária.

Para melhor compreensão da atuação desta setorial no campo da inclusão produtiva, os projetos foram agrupados em dois blocos, a saber: no primeiro bloco, inscrevem-se os projetos mais voltados para impulsionar as atividades que vão gerar bens e serviços, com o objetivo de aumentar as oportunidades de ocupação e renda para os mais pobres; Com essa finalidade destacam-se 8 (oito) projetos, dos quais cita-se os projetos Construção e Aquisição de Equipamentos para o Centro de Profissionalização Inclusiva em Fortaleza, Construção do Centro de Comercialização das Rendeiras do Iguape, Bancos Comunitários e Política Integrada de Economia Solidária, que prevê uma alternativa de geração de trabalho e renda inovadora, que compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas, sob a forma de cooperativas, associações, empresas autogestionárias, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

Estes empreendimentos, após sua implantação, deverão ser importantes polos potencializadores de comercialização e qualificação profissional, para pessoas com deficiência, micro-empresendedores individuais e artesãos dos municípios selecionados.

No segundo bloco, incluem-se 07 (sete) projetos comprometidos com a ampliação do capital humano por meio das ações de qualificações e encaminhamento para o mercado de trabalho. Nesse conjunto merece ênfase os projetos E – Jovem Primeiro Passo, CE – Jovem e Juventude Empreendedora, que se direcionam a capacitação de jovens, inserção no mercado de trabalho, na condição de estagiários ou aprendizes e encaminhamento para o mercado de trabalho. Os citados projetos, além de ampliar conhecimento, aumentam as chances de empregabilidade no mercado de trabalho e conseqüentemente favorecem a elevação da auto-estima dos jovens atendidos.

Quadro 15 - Recursos Liberados e Empenhados 2012

Secretarias/Projetos	Limite Anual	%	Valor Empenhado	%
Inclusão Produtiva - Fomento				
Artesanato Competitivo	1.645.875,00	20,08	1.449.825,00	23,10
Criando Oportunidades: Qualificação Social Profissional do Trabalhador Cearense (Aquisição dos Kits)	877.800,00	10,71	877.500,00	13,98
Bancos Comunitários	1.070.000,00	13,05	1.070.000,00	17,05
Construção e Aquisição de Equipamentos para o Centro de Profissionalização Inclusiva em Fortaleza	1.582.760,26	19,31	1.119.897,44	17,84
Inclusão Social e Produtivas de Famílias Cearenses Cadastradas no CadÚnico	693.285,00	8,46	106.828,00	1,70
Centro de Referência do Artesanato do Cariri	877.800,00	10,71	799.080,00	12,73
Construção do Centro de Comercialização das Rendeiras do Iguape	950.111,28	11,59	794.820,60	12,66
Política Integrada de Economia Solidária	500.000,00	6,10	59.084,86	0,94
Sub-Total	8.197.631,54	100,00	6.277.035,90	100,00
Inclusão Produtiva - Qualificação Profissional				
Criando Oportunidades: Qualificação Social Profissional do Trabalhador Cearense (Ações de Qualificação)	2.907.712,90	11,49	2.802.897,52	11,51
Criando Oportunidades: Qualificação Social Profissional do Trabalhador Cearense (Qualificação dos Internos dos Centros Educacionais)	658.350,00	2,60	644.850,00	2,65
Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã	2.619.407,37	10,35	2.076.372,92	8,53
e-Jovem (Capacitação) JUVEMP	1.480.762,50	5,85	1.480.762,36	6,08
Primeiro Passo	8.393.962,50	33,17	8.154.607,11	33,48
Garantindo a Acessibilidade	1.000.000,00	3,95	999.879,96	4,11
Ce Jovem Aprendizagem em Serviço	8.242.500,00	32,58	8.195.827,73	33,65
Sub-Total	25.302.695,27	100,00	24.355.197,60	100,00

Fonte: GEF

Principais resultados

- 472 pessoas capacitadas que trabalham nos 37 equipamentos públicos de SAN como restaurante popular, cozinha comunitária e bancos de alimentos, em sete municípios;
- 25 projetos apoiados técnica e financeiramente voltados ao atendimento de 1.602 pessoas com deficiência em 25 municípios;

- 60 municípios apoiados técnica e financeiramente nas despesas relativas ao pagamento de auxílio-natalidade e funeral de 7.857 pessoas em situação de vulnerabilidade das áreas referenciadas pelos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS);
- 103 municípios co-financiados de forma regular e automática com o serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), atendendo a 26.709 (vinte e seis mil setecentos e nove) pessoas;
- 347.625 refeições fornecidas atendendo 17.053 pessoas por meio do restaurante popular mesa do povo;
- 6.800 crianças e adolescentes atendidas com ações de inclusão digital, atividades esportivas, artísticas, culturais e sociopedagógicas nas 10 unidades de ABC's, 02 circos e 04 CIP's;
- 7.000 famílias atendidas em abordagens socioassistenciais nos 07 CC's e 4.646 pessoas beneficiadas com expedição de documentos;
- 210 técnicos capacitados dos 70 CRAS potencializando o desenvolvimento dos trabalhos com famílias vulnerabilizadas;
- 68 entidades privadas sem fins lucrativos conveniadas e apoiadas com recursos financeiros e técnicos, favorecendo a ampliação de ações junto a 1.390 pessoas dos segmentos mais vulnerabilizados socialmente;
- 600 pessoas atendidas/mês, sendo 130 crianças, 350 adolescentes e 120 jovens contribuindo para a redução das vulnerabilidades sociais por meio da qualificação profissional e fortalecimento dos vínculos familiares;
- 4.446 trabalhadores qualificados em 37 municípios onde 1.775 dos egressos foram beneficiados com kit instrumental de trabalho;
- 6.685 jovens qualificados nas linhas de ação (bolsista, aprendiz e estagiário) e concessão de 3.525 bolsas;
- 3.531 mulheres beneficiárias do programa bolsa família com conta corrente bancária simplificada (sem custo de manutenção) aberta;
- 1.000 mulheres de baixa renda beneficiadas com o crédito produtivo com valores entre R\$ 300,00 e R\$ 1.000,00;
- 6.191 pessoas capacitadas em gestão de pequenos negócios,
- Inserção de 7.312 jovens como aprendizes e estagiários em empresas públicas e privadas.
- 318 adolescentes e jovens em situação de risco atendidos pelos CREAS em 33 municípios co-financiados;
- 4.634 adolescentes e jovens com direitos sociais garantidos;

- 196 famílias dos jovens internos no Centro Educacional Patativa do Assaré participando do processo socioeducativo de seus filhos.
- 7.400 crianças, adolescentes, jovens e suas famílias com acesso a educação profissional, arte-cultura e esporte;
- 34.000 bolsas aprendizagem concedidas aos jovens.
- 267 cursos de qualificação realizados.
- 1.755 kit's de instrumentais de serviços concedidos
- 182 pessoas com deficiência atendidas e com acesso à educação e tratamento especializado.

Dificuldades Encontradas

- O processo de seleção e celebração de convênio com entidades executoras constituiu uma dificuldade na execução do projeto "Criando Oportunidades Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense";
- A inserção dos jovens qualificados pelo programa no mercado de trabalho formal;
- Morosidade das prefeituras para inscrição do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS no CNPJ e abertura de contas bancárias específicas vinculadas ao CNPJ do FMAS, exigência da Instrução Normativa Nº 1.143 de 01.04.2011, propiciou atraso na implementação de alguns projetos;
- Municípios que não alimentaram o demonstrativo físico financeiro do SECOFI e, por conseguinte, as informações não puderam ser contabilizadas no relatório;
- Eleição municipal de 2012 repercutiu em mudanças nas equipes locais, gerou atraso na execução de alguns projetos e consequentemente a prestação contas dos recursos repassados à administração anterior.
- Redução do espaço físico destinado às atividades esportivas do projeto de inclusão social com arte esporte e educação;
- Inadimplência de alguns municípios no SIAP, impossibilitando a assinatura de convênios dos projetos terceira idade cidadã, investimento cidadão e estação família;
- Demora na contratação das entidades executoras devido aos processos administrativos e jurídicos que devem ser cumpridos pela legislação.

Quadro 16 – Aplicação dos Recursos por Macrorregião 2012

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	50.297.014,59	70%	82.491	54,1%
2-LITORAL OESTE	3.277.769,74	5%	11.544	7,6%
3-SOBRAL/IBIAPABA	3.626.512,16	5%	11.660	7,7%
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	1.840.965,06	3%	6.101	4,0%
5-SERTÃO CENTRAL	2.788.857,14	4%	8.292	5,4%
6-BATURITÉ	2.234.708,23	3%	5.105	3,4%
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	2.278.452,31	3%	5.361	3,5%
8-CARIRI/CENTRO SUL	5.899.433,37	8%	21.828	14,3%
22-ESTADO DO CEARÁ	-	-	-	-
TOTAL	72.243.712,60	100%	152.382	100,0%

Fonte: GEF

A Região Metropolitana de Fortaleza concentra os recursos aplicados pela STDS em 2012 como nos demais anos de execução de projetos financiados pelo FECOP. A justificativa para esta concentração fundamenta-se no fato de que a RMF apresenta a maior concentração populacional do estado, englobando também 1/3 dos domicílios cearenses com renda nominal mensal domiciliar per capita de até ½ salário mínimo, segundo informações do censo 2010.

Ressalte-se ainda que, as políticas destinadas às crianças e adolescentes em situação de abandono, aos idosos e aos deficientes físicos têm atuação centralizada no município de Fortaleza, apesar de atenderem a um público de todo o Estado.

4.2. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior

A SECITECE tem como missão principal coordenar e viabilizar a geração, difusão e aplicação do conhecimento para a melhoria da qualidade de vida da população cearense.

Dentre seus objetivos estão: planejar, fiscalizar, coordenar e supervisionar as atividades pertinentes à educação superior, à educação profissional, à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico do Estado, bem como, formular e implementar as políticas do governo no setor, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - CECT.

O projeto Incentivo à capacitação de recursos humanos para melhoria do ensino fundamental e médio é desenvolvido com recursos do FECOP desde o ano de 2007 e

tem sua sustentação por meio da transferência de bolsas para os professores da rede pública, estudantes carentes, egressos do ensino médio, que ingressem nos cursos promovidos pelas universidades estaduais.

Aperfeiçoar a formação profissional dos professores é uma medida de suma importância em qualquer esforço visando melhorar a qualidade da educação. A valorização e qualificação dos professores é considerada fundamental para a melhoria da qualidade da educação, assumida pelos Estados Membros da UNESCO, incluindo o Brasil em dois dos seis objetivos (objetivos 2 e 6) do Marco de Ação de Dacar (2000 - Declaração sobre Educação para Todos, Dacar).

Convite de Formatura
Os formandos em Licenciatura Plena em Matemática da Universidade Estadual do Ceará - UECE, tem a honra de convidá-lo para participar da solenidade de formatura.

Nome da Turma
Romualdo Lunguinho Leite

Orador Docente
Prof. Lenini e Silva Lavor

Patrono
Paulo Estevam da Silva

Orador Discente
Clovis Rafael Sales Nunes

Paraninfo
Prof. Lenini e Silva Lavor

Juramentista
Jucilea Campos Alves

Local da Colação: EEEP Maria Célia Pinheiro Falcão
Data: 18 de Setembro de 2012.
Horário: 18:00hs

Formandos:
André dos Santos Bandeira
Antônia Eliane da Silva
Antônia Micarla Rufino Leite
Antônio Wagner Carlos Rocha
Ariane Mayre Ferreira de Amorim
Clovis Rafael Sales Nunes

Cosme Wedson Bezerra Fernandes
Fabio Junior Freire Dias
Geraldo Magela Vidal
João Fláudio Nascimento Lima
José Arimatéia de Figueiredo
José de Arimatéia Vidal
José Leandro Alves da Silva

Jucilea Campos Alves
Julio Cesar Alves de Freitas
Luiz Erivan Moreira Bessa
Luzinete Lopes de Lima
Márcio Alves de Negreiros
Marcos Vinicius Oliveira Rezende
Maria Natália Nogueira
Roselino José da Silva

Colação de Grau de 21 novos professores com licenciatura em Matemática, no município de Pereiro em 18 de setembro de 2012.

Quadro 17 - Recursos Liberados e Empenhados 2012

Projetos	Limite Anual	%	Valor Empenhado	%
Incentivo à Capacitação de Recursos Humanos para Melhoria do Ensino Fundamental e Médio	251.390,00	100%	251.390,00	100%
Sub-Total	251.390,00	100%	251.390,00	100%

Fonte: GEF

Desenvolvido exclusivamente com recursos do FECOP, o projeto estipulou como meta para o ano de 2012 beneficiar 164 alunos egressos do nível médio e professores da rede pública municipal dos municípios de menor IDM do Estado do Ceará, integrantes das turmas iniciadas em 2007 e que foram selecionadas através de vestibular.

Concluindo a última etapa do projeto, durante o ano de 2012 houve a finalização das atividades acadêmicas para 09 turmas, totalizando novos 216 formandos, dos quais 124 em Matemática, 36 em Letras, 29 em Química e 27 em Ciências Biológicas.

Com o fechamento das atividades do projeto registrou-se durante todo o tempo de sua implementação a formação de 614 novos professores para a educação básica do estado do Ceará, das 1.121 matrículas iniciais, o que representa 54,7% do contingente ingressante. Ressalta-se que a maior parte dessa evasão ocorreu nos 04 primeiros anos do projeto (2004 a 2008), quando 348 alunos abandonaram seus cursos (68,6% dos evadidos).



Cerimônia de Colação de Grau na Igreja Matriz do município de Potiretama em 19/09/2012

Embora a taxa final de evasão do projeto gire em torno de 45%, encontra-se abaixo da média para o sistema educacional brasileiro, conforme dados oficiais extraídos do Censo da Educação superior, realizado pelo INEP (2007), o qual revelou que no ano de 2004, 4.163.733 indivíduos realizaram matrícula no ensino superior e destes apenas 528.102 concluíram seus cursos, representando 12,7% dos matriculados, resultando taxa de evasão de 87,3%.

A taxa de evasão observada no projeto provavelmente sinaliza para o acerto do seu desenho metodológico, que ao descentralizar os pólos de acesso ao ensino superior cria ambiente favorável aos alunos residentes em municípios distantes das Universidades.

Quadro 18 - Número de Alunos Graduados por Município e por Curso 2012

Município	Curso	Alunos formados	Data da colação de Grau
Amontada	Ciências Biológicas	27	25/09/2012
Hidrolândia	Matemática	22	30/03/2012
Itatira	Matemática	34	10/02/2012
Jaguaretama	Matemática	14	30/08/2012
Morrinhos	Matemática	18	19/01/2012
Pereiro	Matemática	21	18/09/2012
Potiretama	Letras	36	19/09/2012
Tejuçuoca	Matemática	15	20/01/2012
Umirim	Química	29	20/01/2012
Total			216

Quadro 19 – Aplicação dos Recursos por Macrorregião 2012

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	-	0%	-	0%
2-LITORAL OESTE	105.125,00	42%	89	41%
3-SOBRAL/IBIAPABA	-	0%	22	10%
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	-	0%	-	0%
5-SERTÃO CENTRAL	-	0%	34	16%
6-BATURITÉ	-	0%	-	0%
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	146.265,00	58%	71	33%
8-CARIRI/CENTRO SUL	-	0%	-	0%
22-ESTADO DO CEARÁ	-	0%	-	0%
TOTAL	251.390,00	100%	216	100%

Fonte: GEF

O projeto priorizou a oferta de cursos de licenciaturas para habilitar professores para as áreas do conhecimento mais carentes, como Letras, Matemática, Química e Ciências Biológicas. Coube às universidades estaduais UECE, URCA e UVA a implementação e realização desses cursos.

Foram atendidos municípios do estado do Ceará, sem campus universitários formalmente instalados, com o oferecimento de cursos de graduação em licenciatura plena, em caráter de oferta única e fora de sede

Os municípios contemplados localizam-se em diferentes regiões do Estado do Ceará e para a consecução dos objetivos do projeto foram escolhidos segundo seus Índices de Desenvolvimento Municipal.

Este índice, coletado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, engloba 30 indicadores, que são obtidos de diferentes Instituições e Secretarias de Estado, e relaciona-se a diferentes grupos que retratam o desenvolvimento dos municípios cearenses. Congregado em quatro grupos, estão ligados a aspectos fisiográficos, fundiários e agrícolas, demográficos e econômicos, de infraestrutura e sociais.

O IDM é amplamente utilizado no acompanhamento do desempenho de municípios e como instrumento diagnóstico e de referência para a proposição e orientação de políticas públicas.

4.3. Secretaria das Cidades

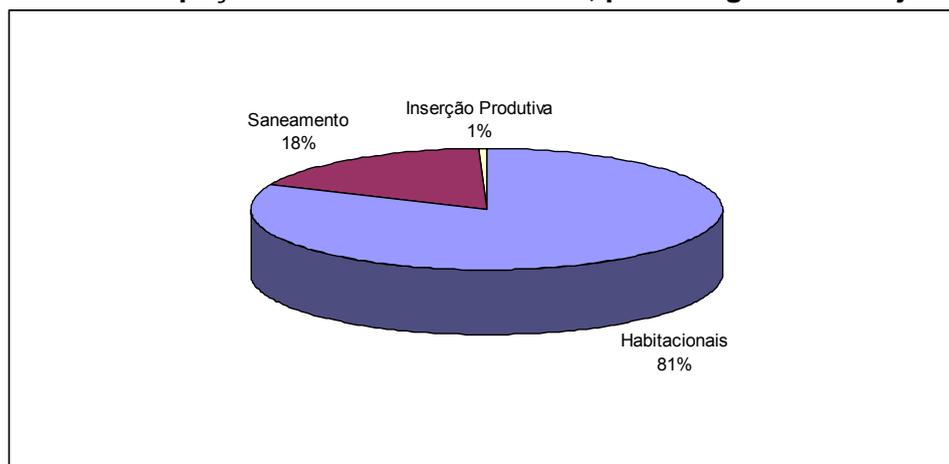
Em 2012, a Secretaria das Cidades apresentou e obteve a aprovação do CCPIS para a execução de 24 projetos com um valor total R\$ 45.063.061,29. Deste total, 81,66% foi alocado em projetos habitacionais, tanto para a produção de novas unidades, quanto para a melhoria ou adequação de unidades já existentes; 17,79% para projetos de saneamento e 0,55% para projetos de inserção produtiva.

Quadro 20 – Valores Liberados e Empenhados, por Categoria de Projetos 2012

Projetos	Limite Anual	%	Valor Empenhado	%
Habitacionais	36.799.266,97	81,66%	19.147.263,69	90,42%
Saneamento	8.017.487,34	17,79%	1.977.046,86	9,34%
Inserção Produtiva	246.306,98	0,55%	51.210,00	0,24%
Total	45.063.061,29	100,00	21.175.520,55	100,00

Fonte: GEF

Gráfico 7 - Participação dos Valores Liberados, por Categoria de Projetos 2012



Fonte: GEF

Projetos Habitacionais

A Constituição do Estado do Ceará determina que “para assegurar, a todos os cidadãos o direito de moradia, fica o Poder Público obrigado a formular políticas habitacionais que permitam o acesso a programas públicos de habitação ou a financiamento público para aquisição ou construção de habitação própria”. A Declaração Universal dos Direitos do Homem afirma que o direito à moradia adequada é essencial para um padrão de vida digno. A Constituição Federal do Brasil incluiu a moradia entre os direitos sociais mínimos, prevendo a promoção de programas de habitação e saneamento básico pelas três esferas de governo.

O Habitat Brasil define a habitabilidade como um conceito bastante complexo que envolve muitos aspectos que afetam a qualidade da moradia, como por exemplo, o tipo de material utilizado para sua construção, área construída, divisões internas e instalações; a segurança da posse da terra; a infraestrutura de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e sistema viário; a forma do bairro; a disponibilidade de equipamentos urbanos e de serviços públicos como transporte, segurança; e existência de áreas de lazer e conveniência comunitária, entre outros.

Os projetos habitacionais executados pela SCidades, com recursos do FECOP, são voltados diretamente para população de baixa renda, propiciando um aumento na oferta de habitações de interesse social adequadas, através da construção de novas unidades e da melhoria das unidades já existentes, contribuindo para a redução do déficit habitacional, quantitativo e qualitativo.

Vale ressaltar que a maioria dos projetos habitacionais inclui em seu escopo a execução de trabalho técnico social. Através deste trabalho, objetiva-se a sustentabilidade social dos empreendimentos, contribuindo para que os imóveis construídos/melhorados, não sejam posteriormente apropriados por especuladores, fortalecendo junto à população um sentimento de pertença que conduza a preservação do bem adquirido e finalmente, desenvolvendo ações para que o acesso à moradia funcione como um fator indutor para a elevação da auto-estima dos moradores, capacitação para ingresso no mercado de trabalho e inclusão social da população beneficiada.

Dentre os projetos habitacionais executados pela SCidades e que contam com recursos do FECOP destacam-se os projetos Habitacional I - PAC Maranguapinho, Construção de 2.660 unidades habitacionais em 61 municípios com população até 50 mil habitantes - Minha Casa Minha Vida 2 e Construindo Cidadania na Zona Rural do Ceará. Juntos estes projetos representam 53,43% dos recursos disponibilizados e 76,95% dos recursos empenhados para esta categoria de projetos no ano de 2012.

Quadro 21 – Recursos Liberados e Empenhados 2012

Projetos	Limite Anual	%	Valor Empenhado	%
Projetos Habitacionais				
Construção de Novas Unidades				
Construção de 2660 unidades habitacionais em 61 municípios com população até 50 mil habitantes Minha Casa Minha Vida 2	7.980.000,00	21,69%	6.264.000,00	32,71%
Habitacional I – PAC Maranguapinho	7.946.938,58	21,60%	7.842.434,00	40,96%
Construindo Cidadania na Zona Rural do Ceará	3.736.000,00	10,15%	627.000,00	3,27%
Habitacional: Regime de Mutirão	2.533.965,97	6,89%	981.000,00	5,12%
Projeto Habitacional VII – Rio Cocó	2.500.000,00	6,79%	-	0,00%
Habitacional Pró-Moradia	1.835.865,01	4,99%	1.245.418,89	6,50%
Habitacional II – Resolução 460 e PSH	1.593.693,84	4,33%	960.331,68	5,02%
Empreendimento Independência II (240 unidades habitacionais) Minha Casa Minha Vida	784.179,91	2,13%	784.063,75	4,09%
Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda	499.200,00	1,36%	-	0,00%
Habitacional FNHIS	354.423,66	0,96%	145.800,37	0,76%
Melhorias Habitacionais				
Construção de Unidades Sanitárias Domiciliares (Kit Sanitário)	2.000.000,00	5,43%	47.215,00	0,25%
Construções de 27.000 fogões com eficiência energética	2.000.000,00	5,43%	-	0,00%
Construção de 16.000 Kits Sanitários	1.535.000,00	4,17%	-	0,00%
Habitacional VI – Reforma e Melhoria Habitacional	1.500.000,00	4,08%	250.000,00	1,31%
Sub total	36.799.266,97	100,00%	19.147.263,69	100,00%

Fonte:GEF

Na área habitacional, a Secretaria das Cidades apresenta como principais resultados de 2012:

- Construção de 1.605 unidades habitacionais através do projeto Habitacional I - PAC Maranguapinho, beneficiando 8.025 pessoas;

- Construção de 376 unidades habitacionais através do projeto Habitacional: Regime de Mutirão, beneficiando 1.880 pessoas;
- Construção de 622 unidades habitacionais através do projeto Habitacional II Resolução 460 – PSH, beneficiando 3.110 pessoas;
- Construção de 2.049 unidades habitacionais, beneficiando 10.245 pessoas, através do projeto Habitacional III - Regime de Mutirão, desenvolvido em parceria com o Governo Federal através do Programa Minha Casa Minha Vida. Este projeto foi beneficiado com recursos do FECOP em 2010 e tinha por meta a construção de 4.500 unidades habitacionais, porém 359 não foram conveniadas. Em 2011 foram construídas 1.495 unidades e 597 tem previsão de conclusão em 2013.
- Execução de 250 reformas domiciliares, beneficiando 1.250 pessoas;
- Construção de 25 unidades sanitárias domiciliares.

Considerando que os projetos executados exibem peculiaridades que ajudam na compreensão da execução dos mesmos, expõe-se o que se segue:

- Projeto: Construção de 2.660 unidades habitacionais em 61 municípios com população até 50 mil habitantes – Minha Casa Minha Vida 2

O projeto inclui-se no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal e estabeleceu como meta para o ano de 2012 aportar recursos financeiros em caráter de subsídio, para a construção de unidades habitacionais para famílias de baixa renda.

Empenhou 78,5% do valor liberado pelo FECOP, mas nada foi pago no ano em análise, ficando como restos a pagar para 2013.

Foram executadas neste ano as seguintes atividades: Seleção e cadastramento de todos os beneficiários do projeto; Realização de capacitação dos técnicos sociais dos 61 municípios para elaboração do Projeto Social para posterior execução; Assinatura dos contratos dos beneficiários iniciada em 2012 (em andamento).

- Projeto: Habitacional I - PAC Maranguapinho

O projeto integra uma proposta ampla que tem como área de abrangência a Região Metropolitana de Fortaleza e inclui ações de estruturação urbana, saneamento básico e construção de unidades habitacionais, destinadas ao reassentamento das famílias que residem, atualmente, em áreas de risco nas margens do rio Maranguapinho.

Os recursos utilizados são oriundos do Governo Federal, através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e do Governo do Estado do Ceará, através do FECOP e Tesouro do Estado.

Com relação às metas estipuladas para 2012 destaca-se que o número de indenizações efetuadas foi limitado pelo valor unitário a ser pago que superou o valor programado e só foi possível a indenização de 76 imóveis. Houve a conclusão e entrega de 1.605 unidades habitacionais, conforme previsto, sendo 1.212 no Residencial Miguel Arraes, 324 no Residencial Raquel de Queiroz e 69 no Residencial Lupe de Paula, beneficiando 8.025 pessoas e a conclusão da drenagem nas ruas do entorno do Residencial Santo Sático no município de Maracanaú-CE, condicionante para a viabilização da implantação deste residencial.



Residencial Miguel Arraes



Residencial Raquel de Queiroz



Residencial Lupe de Paula

- Projeto: Construindo Cidadania na Zona Rural do Ceará.

O projeto é direcionado ao atendimento de agricultores familiares e trabalhadores rurais classificados no Grupo I do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, integrante do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.

O PNHR concede subsídios com recursos do Orçamento Geral da União (OGU) ao beneficiário (pessoa física) agricultor familiar ou trabalhador rural para construção de unidade habitacional em área rural. O valor da subvenção do PNHR é de até R\$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais) para a edificação, até R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para o trabalho social e até R\$ 600,00 (seiscentos reais) para assistência técnica, conforme portaria n.º 229, de 28 de Maio de 2012. O Estado do Ceará complementa o valor da subvenção federal, em até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) por unidade, conforme a Lei N.º 15.143 de 23 de abril de 2012.

No ano de 2012 houve uma previsão de aporte de recursos para contratação de 934 unidades habitacionais pelo PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural. Estes

contratos são formalizados e executados por meio da CAIXA, porém só foi possível à contratação de 209 unidades habitacionais, beneficiando 3 municípios: Massapê (71 U.H contratadas); Milhã (49 U.H contratadas) e Tabuleiro do Norte (89 U.H contratadas).

Só será possível quantificar o número de unidades habitacionais construídas quando cada empreendimento for concluído. Nada foi registrado para 2012.

- Projeto: Habitacional - Regime de Mutirão

O projeto teve início no ano de 2009 e constituiu-se em uma proposta do Governo do Estado para construção de moradias em parceria com municípios, em regime de mutirão. Através dele foram oferecidos às prefeituras, mediante leilão, recursos para construção de lotes de unidades habitacionais de interesse social.

Arremataram os lotes as prefeituras municipais que apresentaram como contrapartida os maiores números de unidades a serem construídas com recursos próprios. No leilão o Governo do Estado obteve para a oferta de 3.000 unidades a serem financiadas com recursos do FECOP, um adicional de 2.192 unidades financiadas com recursos das prefeituras contempladas.

Sua execução foi afetada inicialmente pela morosidade das prefeituras municipais em apresentarem a documentação exigida para a formalização dos convênios e para repasse dos recursos. Desde então, alguns municípios desistiram da parceria com a justificativa de não disporem de recursos financeiros para fazerem frente à contrapartida pactuada no Leilão Habitacional.

Em 2012 foram concluídas 376 unidades habitacionais beneficiando 1.880 pessoas em 09 municípios.



Conjunto Habitacional Luís Inácio dos Santos, Distrito de Dourado, Município de Horizonte, 42 unidades

- Projeto: Rio Cocó

O projeto integra uma proposta mais ampla, de caráter multissetorial e conta com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, Tesouro Estadual e FECOP. Inclui ações de infraestrutura de saneamento, construção de unidades habitacionais de interesse social, dragagem e recuperação ambiental das áreas ribeirinhas. O conjunto de suas intervenções beneficiará cerca de 41.575 mil pessoas que residem no município de Fortaleza.

Apresentou como meta para 2012 o pagamento de indenizações para 125 famílias, quantidade estimada em função do valor aprovado, no entanto, não apresentou execução física por haver dependência desta atividade com outras que exigiam aprovação dos órgãos competentes e não foram obtidas no prazo previsto.

- Projeto: Habitacional - Pró-Moradia

O projeto contempla ações no âmbito de três subprojetos: Farol Novo/Lagoa do Coração/Aristides Barcelos/ Joana D´Arc, Litoral Oeste – Residencial Alves de Lima, Urbanização da Margem Direita – Boulevard Maranguapinho – Curtume.

Os recursos desse projeto são oriundos do Programa Pró-Moradia, financiado pelo Governo Federal, e contrapartida do FECOP.

Engloba a remoção de populações de áreas ocupadas irregularmente e o reassentamento das mesmas em residenciais urbanizados, a realização de melhorias habitacionais e a urbanização da área desocupada.

As atividades planejadas para 2012 no âmbito dos subprojetos Farol Novo/Lagoa do Coração/Aristides Barcelos/ Joana D´Arc, não foram executadas, pois apresentavam características de complementaridade e houve desistência da empresa que foi homologada no processo licitatório para execução dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, inviabilizando todas as demais.

No subprojeto Boulevard Maranguapinho – Curtume foi executado o complemento de 300m da faixa de arruamento da Urbanização da Margem Direita do Rio Maranguapinho e a recuperação da pavimentação de 900m de via.

No subprojeto Litoral Oeste – Residencial Alves de Lima foi efetuada a construção do Reservatório Elevado com capacidade de 70 m³ e a rede de distribuição de água. No entanto, não houve tempo hábil para efetuar as ligações prediais para as 310 famílias que serão computadas como beneficiadas pelo projeto apenas em 2013.

- Projeto: Habitacional II - Resolução 460 e PSH

Através desse projeto, o Estado repassa recursos para as prefeituras municipais, visando auxiliá-las a compor a contrapartida dos contratos firmados diretamente por elas, junto a CAIXA, no âmbito do Programa de Subsídio a Habitação de Interesse Social – PSH e do Programa Operações Coletivas – Resolução 460.

Foram encontradas dificuldades como lentidão e atraso na prestação de contas por parte dos municípios conveniados, ocasionando demora nos repasses subsequentes e também refletindo em Tomadas de Contas Especial, em alguns casos.

Os convênios se encontram em fase de encerramento total ou parcial e foram construídas 622 unidades habitacionais no ano de 2012.

- Projeto: Empreendimento Independência II (240 unidades habitacionais) – Minha Casa Minha Vida

No ano de 2012 houve aporte de recursos financeiros em caráter de subsídio para a construção de 240 unidades habitacionais para famílias de baixa renda no município de Fortaleza e para execução do Trabalho Técnico Social em conjunto com o agente financeiro. Estes contratos são formalizados e executados por meio da CAIXA, e o Estado do Ceará através da Secretaria das Cidades aporta recursos de contrapartida para viabilizar a contratação nos casos em que os recursos federais sejam insuficientes.

Só será possível quantificar a quantidade de unidades habitacionais construídas quando cada empreendimento for concluído, nada sendo registrado para 2012.

- Projeto: Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda

Em 13 de julho de 2011 (D.O. 21/07/11), foi promulgada a lei Nº 14.965 que autorizou o Estado do Ceará a implantar programa de locação social, destinado a subsidiar

aluguel, em caráter provisório em virtude de projetos sociais de responsabilidade do Governo do Estado do Ceará.

O projeto foi formulado e aprovado em 2012 visando efetuar o pagamento do aluguel de 312 famílias residentes na faixa de alagamento em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao rio Maranguapinho e ao rio Cocó, enquanto os residenciais para onde serão removidas não estivessem concluídos.

Após esta aprovação, foi identificada a disponibilidade de unidades habitacionais no Residencial Miguel Arraes que poderiam ser utilizadas e se verificou ainda a inexistência, na ocasião, do Decreto que regulamenta o Aluguel Social. Por esses motivos não houve execução física e financeira do projeto.

- Projeto: Habitacional - FNHIS

Como iniciativa para efetivação de políticas sociais integradas de Combate à Pobreza, o Governo do Estado, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, decidiu disponibilizar recursos do Tesouro do Estado, por meio do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, em caráter de subsídio, para complementação dos recursos federais destinados a produção de unidades habitacionais destinadas as famílias de baixa renda.

A maioria dos municípios contemplados com este projeto teve dificuldade na apresentação da documentação referente aos terrenos destinados à construção das unidades habitacionais, pois os terrenos deveriam ser doados ao Estado do Ceará para que fossem aceitos pelo programa. A não apresentação da documentação ocasionou rescisão dos contratos.

Não houve conclusão de unidades habitacionais em 2012.

- Projeto: Construção de Unidades Sanitárias Domiciliares (Kit Sanitário) Construção de 16.000 Kits Sanitários

Os projetos citados, por serem formatados e executados com as mesmas características, serão analisados em conjunto. Foram idealizados com foco na diminuição do déficit habitacional qualitativo, através da construção de Unidades

Sanitárias Domiciliares, para residências da população de baixa renda do Estado do Ceará.

Os projetos contam exclusivamente com recursos da Fonte FECOP, com contrapartida dos municípios e eram executados através de convênios estabelecidos com prefeituras municipais e associações comunitárias. Competia aos conveniados definir na forma legal, a execução das obras (mediante licitação ou mutirão), executá-las, e enviar documentos de prestações de conta. À Secretaria das Cidades competia o repasse dos recursos conforme plano de trabalho pactuado, após o recebimento e análise dos relatórios de visita técnica realizados pela CAGECE.

Esta estratégia de execução apresentou sérios problemas de implementação e em decorrência a Secretaria das Cidades determinou sua execução mediante processo licitatório para a contratação de empresa especializada.

Em 2012 foi lançado o Edital de Concorrência Pública com a finalidade de contratação de empresa para execução das obras de construção de unidades sanitárias domiciliares. O desembolso financeiro registrado refere-se ao pagamento de parcela referente ao convênio 024/CIDADES/2011 firmado com a Prefeitura Municipal de Boa Viagem. Neste município foram concluídas 25 unidades sanitárias domiciliares em 2012.

- Projeto: Construção de Fogões com Eficiência Energética

A execução do projeto se dava através de convênio firmado entre a SCidades e o IDER - Instituto de Desenvolvimento de Energias Renováveis. A capacidade de execução desta entidade era fragilizada, por se tratar de vários municípios do interior do Estado do Ceará, na Zona Rural.

Em decorrência das dificuldades apontadas na execução do projeto, foi adotado pela Secretaria das Cidades novo processo para execução deste produto, sendo realizado processo licitatório para a contratação de empresa especializada para fornecimento de fogões sustentáveis.

Em 2012 foi lançado Edital de Concorrência Pública com a finalidade de contratação de empresa para fornecimento de fogões com eficiência energética. Com essa

modalidade de execução, espera-se maior celeridade no processo com o intuito de agilizar a entrega do equipamento a família beneficiada. Não houve execução física.

- Projeto: Reforma e Melhoria Habitacional

Com o objetivo de recuperar imóveis inadequados para o uso residencial, o projeto viabiliza um valor de até R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por família, para aquisição de material de construção inerente a reforma demandada. É de responsabilidade de cada família disponibilizar a mão-de-obra necessária.

Atualmente o projeto está sendo executado através de convênio com a CAC. A equipe de acompanhamento da Secretaria, gasta no mínimo, por família, 3 visitas (1 para cadastro técnico social (certificar enquadramento das famílias no perfil FECOP), 1 para registro fotográfico e situação do domicílio antes da reforma e por fim visita final de registro fotográfico e ateste de execução de obra). O tempo de execução do projeto tem sido maior do que o planejado no projeto.

Para novos convênios, a Secretaria das Cidades fará novas exigências potencializando o atendimento às famílias e diminuindo as fragilidades de todo o processo. (O CADIB vai auxiliar no gerenciamento dos beneficiários).

Em 2012 o projeto apresentou um total de 250 famílias beneficiada com reformas domiciliares.



Levantamento e melhoria de coberta, divisão de ambiente e substituição de porta – Trav. Zico, 26 Bairro Alagadiço Novo – Fortaleza

Projetos de Saneamento

Seguindo em conformidade com as diretrizes da Política Nacional de Saneamento Básico, os projetos de saneamento propostos e executados pela SCidades buscam a universalização do acesso à água tratada, a coleta e o tratamento dos esgotos. Os serviços são prestados de forma a promover a saúde pública e à proteção do meio ambiente, e implementados de forma articulada com as ações de desenvolvimento urbano, e habitação. Sua execução contribui para a redução do déficit habitacional qualitativo.

Os projetos desta categoria são executados através da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE), empresa de economia mista vinculada à Secretaria das Cidades e predominam aqueles voltados para o esgotamento sanitário.

No ano de 2012 destacam-se os projetos SES Aracati - Execução das obras e serviços, com fornecimento de materiais e equipamentos, para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário na Cidade de Aracati e KfW II - Implantação, Adequação e Ampliação de SAA. Juntos estes projetos representam 58,86% dos recursos disponibilizados e 64,00% dos recursos empenhados.

Dos oito projetos que tiveram liberação de recursos do FECOP no ano em análise temos o que se segue:

Cinco projetos incluem-se no âmbito do Programa Sanear II executado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos do FECOP compõem a contrapartida do Governo do Estado.

Dois projetos inserem-se no âmbito do Programa de Saneamento Básico Ceará II – KfW II, financiado pelo banco alemão Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) com contrapartida do governo estadual através do FECOP.

Um projeto inclui-se no rol de compromissos do Alvorada, um projeto do Governo Federal iniciado em 2001 no Ceará por meio de convênio firmado entre o Ministério da Saúde, através da Funasa e o Governo do Estado, sendo direcionado a municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Quadro 21 - Recursos Liberados e Empenhados 2012

Projetos	Limite Anual	%	Valor Empenhado	%
Saneamento				
SES Aracati - Execução das obras e serviços, com fornecimento de materiais e equipamentos, para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário na Cidade de Aracati	3.232.035,20	40,31%	562.693,26	28,46%
KfW II - Implantação, Adequação e Ampliação de SAA	1.487.306,21	18,55%	702.652,70	35,54%
Alvorada - Execução de melhorias sanitárias domiciliares, sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário em municípios com menores Índices de Desenvolvimento Municipal - IDM.	1.411.885,05	17,61%	685.983,89	34,70%
Ampliação do SES da Bacia SE-2 em Fortaleza	994.708,75	12,41%	-	0,00%
SES - Sub-Bacia CE-5 - Execução de Obras e Serviços, com fornecimento de materiais e equipamentos para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza	391.692,77	4,89%	-	0,00%
KfW II - Implantação, Adequação e Ampliação de SES	311.751,00	3,89%	-	0,00%
Execução das Obras de Serviços para Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Maranguape - II Etapa	162.391,35	2,03%	-	0,00%
Sistema de Esgotamento Sanitário da Quixadá Execução de Obras e Serviços, com fornecimento de materiais e equipamentos, para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Cidade de Quixadá	25.717,01	0,32%	25.717,01	1,30%
Sub total	8.017.487,34	100,00%	1.977.046,86	100,00%

Fonte: GEF

Programa Sanear II

- Projeto: SES Maranguape - Execução das obras e serviços, com fornecimento de materiais e equipamentos, para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Cidade de Maranguape – 2ª Etapa

O contrato para execução das obras foi paralisado em janeiro de 2012 motivado pela necessidade de readequação do projeto executivo das lagoas de estabilização. A jazida para a execução da Estação de tratamento de Esgotos (ETE), que estava licenciada para a Cagece, foi utilizada na obra da Barragem do Maranguapinho.

A readequação foi concluída e encontra-se em análise o orçamento para posterior aditivo ao contrato. Não houve execução físico-financeira em 2012.

- Projeto: SES Aracati - Execução das obras e serviços, com fornecimento de materiais e equipamentos, para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário na Cidade de Aracati

A obra foi concluída e a CAGECE encontra-se no aguardo da medição final e do termo de recebimento para poder disponibilizar as informações referentes ao número de ligações executadas e número de pessoas beneficiadas.

- Projeto: SES Quixadá - Execução das obras e serviços, com fornecimento de materiais e equipamentos, para implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Cidade de Quixadá

A obra está parcialmente concluída com 60% de funcionalidade. O projeto e o orçamento dos serviços remanescentes foram aprovados pela Caixa e o processo licitatório foi concluído em 26/12/12. O valor empenhado foi pago em serviços remanescentes de 2011.

- Projeto: SES Sub-Bacia CE- 5 – Execução de Obras e Serviços, com fornecimento de materiais e equipamentos, para ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza.

A obra se encontra com 53% executado e está paralisada desde 30/05/2012. A retomada está condicionada a aprovação do aditivo que está em elaboração na Cagece. Em 2012 não houve execução físico-financeira.

- Projeto: Ampliação do SES da Bacia SE-2 em Fortaleza

O contrato para execução da obra foi paralisado em outubro de 2010 em decorrência da necessidade de aditivo contemplando serviços de recomposição asfáltica e reaterro de vala não previstos no contrato. Foi retomada em maio de 2012 e paralisada novamente em outubro por ter sido identificado interferências com outras redes existentes. Não houve execução física e financeira.

Programa KfW II

- Projeto: KfW II - Implantação, Adequação e Ampliação de SAA

As obras do SAA das localidades de Espinheiros, município de Madalena, e Ipiranga, no município de Boa Viagem, encontram-se paralisadas, aguardando, na primeira localidade, readequação de projeto para posterior relicitação da obra e na segunda

localidade conclusão dos processos de aditivo. Como o referido SAA não foi concluído, não se registra execução física em 2012

Foram concluídos os SAA da localidade de Ibicuã no município de Piquet Carneiro que beneficiará 2.576 habitantes, de Capitão Mor Pedra Branca que beneficiará 1.848 habitantes e de Peixes Russas que beneficiará 1.403 habitantes.

- Projeto: KfW II – Implantação, Adequação e Ampliação de SES.

A principal dificuldade encontrada para execução do projeto foi a ausência do levantamento de campo da quantidade necessária dos MSDs, em virtude da priorização da equipe técnica da CAGECE para atendimento de outras demandas urgentes do Programa Ceará II.

Somente no início de julho de 2012, a equipe técnica da CAGECE começou o levantamento da quantidade de MSD's. No segundo semestre foi concluído o levantamento em seis localidades: Guajiru, em Fortim e Outeiro, Tábua Lascada, Córrego dos Fernandes, Santa Teresa e Jirau, em Aracati. Não houve execução físico-financeira.

Programa Alvorada

- Projeto: Alvorada - Execução de melhorias sanitárias domiciliares, sistemas de abastecimento de água e sistemas de esgotamento sanitário em municípios com menores Índices de Desenvolvimento Municipal – IDM.

Apresentou por meta, no ano 2012, implantar 1.184 kits sanitários e 127 ligações prediais de esgoto nos municípios de Cariré e Inhuçu.

A obra do SES de Cariré está paralisada e falta pagamento do que foi medido, além de um aditivo de valor e prazo que está tramitando na Cagece. O SES de Inhuçu não foi iniciado por falta da licença de instalação pela SEMACE.

Foram executadas 388 unidades sanitárias domiciliares (Cariré 119, Coreaú 44, Frecheirinha 140, São Benedito 65, Guaraciaba 20). A meta realizada ficou aquém do previsto em função de algumas empresas contratadas para execução das mesmas

terem apresentado razões que estão sendo analisadas pela CAGECE para a tomada das providências cabíveis.

Projetos de Inserção Produtiva

O apoio aos Arranjos Produtivos Locais é considerado pelo Ministério da Integração Nacional como um dos mais importantes instrumentos de geração de emprego e renda para a estratégia de redução das históricas desigualdades regionais brasileiras. Tem fundamentos apoiados na Teoria do Desenvolvimento Endógeno, ou do Desenvolvimento Local, como é também conhecida.

Teoricamente, é considerado como APL, um espaço construído historicamente, economicamente e socialmente por meio de uma aglomeração de empresas (ou produtores) similares e/ou fortemente inter-relacionadas, ou interdependentes, que interagem numa escala espacial local. A proximidade física permite que os laços de confiança e cooperação entre os agentes se estreitem.

Com isso, abrem-se espaços para a criação de parcerias entre as empresas (ou produtores) por meio de associações e consórcios. Estas, ao compartilharem da qualificação de mão de obra, da compra de matérias-primas, máquinas e equipamentos, serviços especializados de logística etc., estão obtendo acesso às competências, que, individualmente não alcançariam e que lhes proporcionam eficiência, diferenciação, qualidade, competitividade e lucratividade.

Utilizando recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, o Estado tem contribuído para o desenvolvimento produtivo, endógeno dos territórios e para o desenvolvimento de iniciativas regionais, através do apoio técnico e financeiro a APLs selecionados através de editais públicos. Esse instrumento inovador possibilita o acesso democrático de organizações comunitárias e grupos produtivos aos recursos públicos.

A experiência desenvolvida pelo Ceará, para este tipo de seleção foi adotada nos demais estados do nordeste e está sendo estudada pelo BNDES para ser transformada em diretriz a ser aplicada na captação dos recursos do Fundo Social, direcionados aos projetos de desenvolvimento local.

Quadro 22 - Recursos Liberados e Empenhados 2012

Projetos	Limite Anual	%	Valor Empenhado	%
Inserção Produtiva				
Inserção Produtiva - Apoio a APL's	246.306,98	100,00%	51.210,00	100,00%
Sub total	246.306,98	100,00%	51.210,00	100,00%

Fonte: GEF

- Projeto: Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (APLs)

Em 2012, a equipe responsável na Secretaria das Cidades pela execução do projeto direcionou suas atividades ao acompanhamento técnico dos 45 projetos produtivos beneficiados (associações ou cooperativas) e às correções necessárias aos entraves apresentados.

Estava previsto, além do acompanhamento técnico, o repasse de recursos do BNDES e Governo do Estado a 23 projetos produtivos. Destes, ainda 15 receberiam recursos do FECOP.

Diante da dificuldade das associações e cooperativas na execução de seus projetos, notadamente quanto às questões burocráticas exigidas, não foi possível concluir sua execução como previsto inicialmente para 2012.

Entre as principais dificuldades encontradas para a execução dos projetos, impeditivos para o recebimento de recursos, estão a não apresentação das contrapartidas no prazo exigido pelos convênios, entrega incompleta das prestações de contas (ausências de documentos de comprovação das ações previstas: notas fiscais, recibos etc.) e não apresentação das licenças ambientais.

Como consequência, as metas previstas para o ano não foram integralmente atingidas.

Quadro 23 – Aplicação dos Recursos por Macrorregião 2012

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	17.804.420,22	84%	10.320	41%
2-LITORAL OESTE	120.546,79	1%	883	4%
3-SOBRAL/IBIAPABA	805.983,89	4%	2.655	11%
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	205.100,00	1%	220	1%
5-SERTÃO CENTRAL	728.275,14	3%	3.794	15%
6-BATURITÉ	158.898,12	1%	225	1%
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	1.239.602,83	6%	6.411	26%
8-CARIRI/CENTRO SUL	112.693,56	1%	534	2%
22-ESTADO DO CEARÁ	-	-	-	-
TOTAL	21.175.520,55	100%	25.042	100%

Fonte: GEF

Do valor total aplicado pela Secretaria das Cidades mais de 80% foi alocado na RMF que englobou também 40% dos beneficiários situados especificamente no município de Fortaleza. Esta preponderância é resultado do desenvolvimento do projeto PAC Maranguapinho e do projeto Construção de Unidades Habitacionais em Regime de Mutirão que beneficiou que beneficiaram respectivamente 8.390 e 630 pessoas.

A boa situação da região Litoral Leste / Jaguaribe deve-se ao desenvolvimento dos projetos KfW – Implantação de Sistemas de Ampliação de SAA e Construção de Unidades Habitacionais – Resolução 460 / PSH que beneficiaram respectivamente 3.441 e 2.240 pessoas respectivamente.

4.4. Secretaria do Desenvolvimento Agrário

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA tem por missão promover o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, com ênfase nos agricultores familiares, com participação, inclusão e justiça social.

Essa opção se justifica pela constatação que agricultura familiar é responsável pela produção dos principais alimentos consumidos pela população brasileira: 84% da mandioca, 67 % do feijão, 54 % do leite, 49 % do milho, 40 % de aves e ovos e 58 % de suínos. No Nordeste a agricultura familiar é responsável por 82,9 % da ocupação de mão-de-obra no campo. (BNB, Pronaf, agricultura familiar). Para além dos produtos referidos, encontramos produção familiar de arroz, caprinos, algodão, fumo, cana de açúcar, soja, trigo, frutas e produtos diversos provenientes da silvicultura e extrativismo vegetal.

No ano de 2102 a SDA recebeu recursos do FECOP para execução de 30 projetos que totalizaram R\$ 154.039.864,94 (cento e cinquenta e quatro milhões, trinta e nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa e quatro centavos) e empenhou 80% deste valor.

Para efeito de análise agrupou-se os projetos apresentados pela SDA por categoria e os dados resultantes demonstraram que 42% dos recursos foram destinados a projetos de Inclusão Produtiva, 29% para projetos de Segurança Alimentar e Nutricional e 29% para projetos que facilitam aos seus beneficiários o Acesso à Serviços.

Quadro 24 – Recursos Liberados e Empenhados por Categoria de Projetos 2012

Projetos	Limite Anual	%	Valor Empenhado	%
Segurança Alimentar e Nutricional	45.388.298,23	29,47	26.131.682,23	21,28
Primeira Água	29.636.607,87		14.513.638,02	
Produção/Consumo de Alimentos	15.751.690,36		11.618.044,21	
Inclusão Produtiva	63.957.499,11	41,52	52.139.931,57	42,47
Fomento	36.750.363,61		30.374.119,72	
Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER	27.207.135,50		21.765.811,85	
Acesso a Serviços	44.694.067,60	29,01	44.507.949,74	36,25
TOTAL	154.039.864,94	100,00	122.779.563,54	100,00

Fonte: GEF

Projetos de Segurança Alimentar e Nutricional

“A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, reconhecido pela Constituição Federal. De acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), cabe ao poder público assegurá-lo, avançando na institucionalização de uma política de segurança alimentar e nutricional. As ações desenvolvidas têm por objetivo garantir aos cidadãos em insegurança alimentar e nutricional o acesso aos alimentos e à água em quantidade, qualidade e regularidade suficientes”.

A Lei Nº11. 346 de 15 de setembro de 2006 que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, em seu Art. 4º, esclarece que a segurança alimentar e nutricional abrange “a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda”.

- Primeira Água

Os projetos dessa categoria incluem-se no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, na linha de atividade Acesso à Água e são de fundamental importância para a população pobre das áreas rurais do estado do Ceará que tem aproximadamente 93% de seu território inserido no semiárido nordestino.

Do ponto de vista climático, o semiárido é caracterizado pela forte insolação, baixa nebulosidade, elevadas taxas de evaporação, temperaturas constantes relativamente

altas, regime de chuvas marcado pela irregularidade. Em toda região, os recursos hídricos superficiais e subterrâneos tendem para a insuficiência ou se exibem com níveis comprometedores de poluição.

As chuvas são concentradas em um período de três a quatro meses do ano e ocorrem normalmente sob a forma de fortes aguaceiros de pequena duração. Essas características, aliadas à baixa taxa de infiltração no solo, resultam no rápido escoamento superficial e, conseqüentemente, no agravamento das condições de acesso a recursos hídricos.

Segundo estudos da Embrapa (CPATSA/Embrapa), no semi-árido, apenas 60 dias após o encerramento do período chuvoso, 550 mil dos 2,6 milhões de estabelecimentos rurais da região passam a viver sem qualquer fonte própria de água para o consumo humano ou animal. Se considerarmos um período de 120 dias após o término das chuvas, podemos projetar que mais de 1 milhão de estabelecimentos fiquem sem qualquer fonte de água no período de seca.

Ressalte-se ainda, que a seca provoca conseqüências sociais graves e duradouras. A desnutrição e o consumo de água de baixa qualidade são os dois principais fatores para que a taxa de mortalidade infantil na região seja historicamente a maior do país.

O Ceará registrou este ano a sexta pior seca desde 1950, ano em que a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) passou a computar dados sobre chuvas no Estado. O período “invernoso” no Ceará concentra-se nos primeiros seis primeiros meses do ano e em 2012 as precipitações observadas neste período ficaram 50,7% abaixo da média histórica.

A SDA apresentou e recebeu autorização do CCPIS para o desenvolvimento de sete projetos destinados a disponibilizar água para consumo humano, tanto através da construção de cisternas quanto da implantação de pequenos sistemas de captação e distribuição de água, englobando 19% dos recursos do FECOP liberados para a SDA em 2012. Destes projetos, apenas três apresentaram execução física e financeira.

As ações executadas resultaram na implantação de 30 sistemas de abastecimento de água em comunidades rurais e na construção de 17.532 cisternas que beneficiaram 32.032 pessoas.

Dentre os problemas que impediram o alcance das metas projetadas merece destaque o entrave provocado por medida cautelar expedida pelo Tribunal de Contas do Estado, que definindo que os recursos e novos convênios só poderiam ser executados quando todas as prestações de contas estivessem devidamente analisadas e aprovadas. Esta análise perdurou por aproximadamente 5 meses.



- Produção / Consumo de Alimentos

Os cinco projetos elencados nesta categoria têm por objetivo garantir alimentos para as famílias beneficiadas e paralelamente viabilizar a geração de um excedente comercializável. Desta forma, poderiam estar incluídos também na categoria Inclusão Produtiva. Dado a importância dos mesmos para a garantia da segurança alimentar dos seus beneficiários, optou-se por esta categorização.

Dentre os projetos financiados em 2012, projeta-se tanto pelo volume de recursos alocados como por sua importância econômica e social, o projeto Incentivo a Produção e ao Consumo de Leite.

O projeto inclui-se no âmbito do Programa Leite Fome Zero desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, e vem desde 2004, incentivando a produção e o consumo do leite no Estado do Ceará, fortalecendo tanto a cadeia produtiva, garantindo emprego e renda ao agricultor familiar, quanto reduzindo a fome e a desnutrição da população carente que se encontra em estado de insegurança alimentar e nutricional.

No setor primário, o projeto tem aspectos contributivos relacionados ao aumento da produtividade do leite bovino e incentivo ao incremento da produção de leite caprino com ações estruturantes de inserção tecnológica para a atividade pecuária,

oportunizando assim uma maior competitividade. Com o projeto, ocorreu um equilíbrio do preço do leite pago aos pequenos produtores de leite da agricultura familiar, e isso, gerou mais renda e deu maior estabilidade ao homem no campo. Outra vertente do projeto refere-se à distribuição gratuita do leite junto a população que se encontra em estado de insegurança alimentar e nutricional e que estejam em conformidade com os critérios estabelecidos pelo mesmo.

No ano de 2012 dentre outras ações, foram adquiridos e distribuídos 437.925 litros de leite caprino e 22.501.836 litros de leite bovino atingindo um total e 81.809 beneficiários.

É importante ressaltar que o ano de 2012 o projeto enfrentou sérios problemas que dificultaram o alcance pleno das metas programadas. Entre estes, destacou-se a falta de chuvas que além de comprometer a produção de leite para abastecer o projeto, gerou um grande desequilíbrio entre o preço pago por ele e o preço praticado no mercado. A estiagem provocou um aumento considerável nos preços dos insumos como milho, trigo e soja e conseqüentemente, os custos com o processo de produção ficou ainda mais oneroso, logo o preço pago pelo projeto no estado do Ceará ficou inferior ao pago no mercado local.

Os demais projetos inclusos nesta categoria referem-se ao incentivo para exploração de pequenas áreas com atividades consorciadas. Essa tipologia de projetos visa introduzir técnicas de cultivo por meio de ações e mecanismos de transferência de tecnologias com baixo custo financeiro. Objetivam complementar a alimentação e a renda das famílias através da produção de hortaliças, frutas e a criação de pequenos animais. Pretende ainda, minimizar os impactos ambientais com o aproveitamento do lixo orgânico para adubação e melhorar a qualidade de vida através da formação dessas novas áreas verdes.

O quadro de estiagem prejudicou a execução de todos estes projetos apenas dois apresentaram execução financeira e foram beneficiadas 1.132 pessoas através do projeto Quintais Produtivos Mantidos por Cisternas de Enxurradas. Neste projeto foram realizados investimentos para a construção das cisternas e distribuídos parte dos insumos, porém os quintais produtivos não foram implantados.

Como entraves adicionais destaca-se no âmbito do projeto Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável – PAIS, a não contratação do

convênio de receita entre a Secretaria do Desenvolvimento Agrário e a Fundação Banco do Brasil e no projeto Implantação de kits de Irrigação - Quintais Produtivos com Irrigação não contratação do convênio de receita entre a Secretaria do Desenvolvimento Agrário e o Ministérios de Integração. O projeto Construção de 4.200 Cisternas de Enxurrada e 1.500 Barragens Subterrâneas para Quintais Produtivos teve recursos empenhados em ações de capacitação e investimento realizados apenas no final do segundo semestre de 2012 e por isso ainda não foi possível uma mensuração da execução física.



Quadro 25 - Recursos Liberados e Empenhados 2012

Projetos	Limite Anual	%	Valor Empenhado	%
Primeira Água				
Construção de Sistemas de Abastecimento Rural de Água do Plano de Ações de Convivência com a Seca	67.719,76	0,23	-	-
Sistema de Abastecimento de Água – Convênio FUNASA	341.278,30	1,15	-	-
Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais	2.317.842,53	7,82	1.776.559,10	12,24
Implantação de 66 Sistemas de Abastecimento Dágua em Comunidades Rurais - São José 2012	4.422.173,41	14,92	-	-
Implantação de Cisternas de Polietileno e Sistemas de Abastecimento de Água	2.312.142,77	7,80	-	-
Construção de Cisternas de Placas	2.575.451,10	8,69	2.087.819,24	14,39
Construção de Cisternas de Placas	17.600.000,00	59,39	10.649.259,68	73,37
Sub - total	29.636.607,87	100,00	14.513.638,02	100,00
Produção/Consumo de Alimentos				
Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	11.117.962,46	70,58	7.584.490,34	65,28
Implantação de Projetos de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável - PAIS	416.528,92	2,64	-	-
Quintais Produtivos Mantidos por Cisternas de Enxurradas	991.485,31	6,29	946.767,66	8,15
Implantação de kits de Irrigação - Quintais Produtivos com Irrigação	103.236,82	0,66	-	-
Construção de 4.200 Cisternas de Enxurrada e 1.500 Barragens Subterrâneas para Quintais Produtivos	3.122.476,85	19,82	3.086.786,21	26,57
Sub - total	15.751.690,36	100,00	11.618.044,21	100,00
Total	45.388.298,23		26.131.682,23	

Fonte: GEF

Projetos de Inclusão Produtiva

Segundo o MDS, “compreende-se como inclusão produtiva, todo processo conducente à formação de cidadãos integrados ao mundo pelo trabalho e tem como perspectiva a conquista de autonomia para uma vida digna sustentada por parte de todas as pessoas apartadas ou fragilmente vinculadas à produção de renda e riqueza.”

- Fomento

Considerou-se na categoria fomento os projetos que englobam além de ações de capacitação (comum a todos eles), o aporte de recursos para a disponibilização de infraestrutura, equipamentos, implementos, sementes e/ou animais com o objetivo de propiciar ou ampliar as condições de produção dos agricultores de base familiar.

Com esta finalidade a SDA obteve recursos para o desenvolvimento de sete projetos os quais sofreram com diferentes graus de intensidade a falta de chuvas registradas em 2012. Alguns deles, tais como o projeto Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas apresentou uma boa execução financeira, porém o retorno dos investimentos em termos de produção, terão que aguardar o próximo ano.

É necessário destacar o projeto Aquisição e Distribuição de Sementes e Mudas que apresentou uma execução física bem próxima da meta planejada e, no entanto a área plantada de grãos sofreu uma redução de plantio de 28,7%. Pode-se supor que parte das sementes recebidas pelos agricultores foi utilizada para o consumo humano, animal e/ou venda, resultando nesta diferença.

A execução dos projetos desta categoria beneficiou um total de 181.906 pessoas.

- Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o principal objetivo dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER), é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos

de trabalho, a agro-industrialização e outras formas de agregação de renda à produção primária, assim como o desenvolvimento de atividades rurais não agrícolas.

Dentre os pilares fundamentais que sustentam a Política de ATER, destaca-se o respeito à pluralidade e às diversidades sociais, econômicas, étnicas, culturais e ambientais do país, o que implica na necessidade de incluir enfoques de gênero, de geração, de raça e de etnia nas orientações de projetos e programas. Sobretudo, cabe enfatizar que a busca da inclusão social da população rural brasileira mais pobre é o elemento central de todas as ações orientadas pela Política Nacional de Ater.

Para prestação de serviços de ATER, a SDA conta com recursos do FECOP alocados em cinco projetos que atingiram um total de 449.506 beneficiários.

Além da estiagem, problema que atingiu todos os projetos uniformemente, alguns problemas específicos foram identificados tais como:

- O projeto Práticas Agrícolas de Convivência com o Semiárido Cearense registrou a demora da documentação para formalização do convênio por partes das Prefeituras e Associações;
- O projeto ATER aos Agricultores Familiares do Estado do Ceará ressaltou a rotatividade elevada dos agentes rurais, provocada pelo exíguo tempo de permanência como bolsista;
- O projeto Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará identificou que grande parte dos assentamentos é oriunda dos programas de compra de terra (São José Ação Fundiária, Banco da Terra/Cédula da Terra e Crédito Fundiário), com suas associações tendo obrigações de pagamento da terra. A indefinição do quadro social das mesmas repercute fortemente nas ações, sobretudo nas que se referem aos aspectos produtivos;
- O projeto Ampliação de ATER nos Municípios do Território da Cidadania no Estado do Ceará registra que no período de janeiro a junho houve um déficit no número de bolsistas contratados para o Pacto Federativo, principalmente no quadro dos Técnicos em Agropecuária e que em junho. As atividades de ATER realizadas pelos bolsistas contratados foram paralisadas devido o encerramento das bolsas junto à FUNCAP, porém a SDA lançou o Edital N° 12/2012 para contratação dos bolsistas que após a capacitação inicial, assumiram seus postos de trabalho em novembro.

Quadro 26 - Recursos Liberados e Empenhados 2012

MAPP	Projetos	Limite Anual	%	Valor Empenhado	%
	Fomento				
2	Aproveitamento Hidroagrícola do Castanhão	4.788.998,49	13,03	3.005.818,00	9,90
14	Aquisição e Distribuição de Sementes e Mudanças	16.680.000,00	45,39	13.918.212,90	45,82
37	Biodiesel do Ceará	5.448.281,63	14,83	4.697.548,63	15,47
86	Aquisição de Tratores e Implementos Agrícolas	6.864.941,49	18,68	6.857.952,48	22,58
337	Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais	1.300.000,00	3,54	641.649,04	2,11
121	Revitalização dos Perímetros Públicos Irrigados	468.142,00	1,27	468.142,00	1,54
357	Revitalização dos Perímetros Públicos Irrigados	600.000,00	1,63	584.796,67	1,93
387	Zumbi - Desenvolvimento de Atividades Produtivas em Comunidades Quilombolas, no Estado do Ceará	200.000,00	0,54	200.000,00	0,66
418	Projetos para Formação de Pastagens para Reserva Alimentar e Convivência com o Semiárido	400.000,00	1,09	-	-
	Sub - total	36.750.363,61	100,00	30.374.119,72	100,00
	Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER				
3	Práticas Agrícolas de Convivência com o Semiárido Cearense	388.970,00	1,43	370.470,00	1,70
5	ATER aos Agricultores Familiares do Estado do Ceará	13.200.000,00	48,52	12.001.570,00	55,14
41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	1.299.786,00	4,78	1.299.786,00	5,97
183	Fortalecimento das Ações de ATER nos Territórios Rurais do Estado do Ceará	5.431.387,50	19,96	5.423.467,50	24,92
240	Ampliação de ATER nos Municípios do Território da Cidadania no Estado do Ceará	6.886.992,00	25,31	2.670.518,35	12,27
	Sub - total	27.207.135,50	100,00	21.765.811,85	100,00
	Total	63.957.499,11		52.139.931,57	

Fonte: GEF

- Acesso a Serviços

A Categoria Acesso aos Serviços engloba quatro projetos de natureza diferenciada que beneficiaram 437.359 pessoas no ano de 2012.

O projeto Construção de Habitações nos Assentamentos Rurais no Estado do Ceará beneficiou 777 pessoas com a construção de 181 unidades habitacionais.

O público alvo do projeto é constituído por agricultores familiares, com baixa renda, reunidas em associações e beneficiadas com financiamento de imóveis rurais, através do Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF.

Este projeto depende, portanto, do desempenho do Projeto de Crédito Fundiário e em conseqüência, as metas programadas para 2012 não foram plenamente atingidas. O acesso a terra depende da demanda dos agricultores e constitui-se em processo burocrático, em virtude da documentação exigida das partes (proprietários e beneficiários), fugindo ao controle da SDA.

O projeto Implantação de 247 Casas Digitais do Campo é desenvolvido em parceria com o Ministério das Comunicações – MC e tem como principais beneficiários os assentados da reforma agrária, agricultores familiares e comunidades tradicionais (quilombola, indígena, ribeirinhos, seringueiros e pescadores) residentes nos territórios rurais. A Casa Digital do Campo é um espaço público, gratuito de gestão compartilhada entre várias faixas etárias, contemplando crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, que querem contribuir para que o “povo do campo” tenha a inclusão digital como ferramenta na busca do desenvolvimento para superar as dificuldades de permanecer no meio rural.

Em 2012, beneficiou 196.600 pessoas nas comunidades onde foi desenvolvido. Sua execução foi impactada pelo atraso por parte do Ministério das Comunicações na instalação dos equipamentos e a não entrega das antenas de captação do sinal de internet, o que inviabilizou a realização das capacitações "in loco". Atrelado a este fato houve também problemas no processo de contratação das empresas vencedoras dos processos licitatórios devido a não adequação por parte destas empresas às exigências para a efetiva contratação.

Dois dos projetos elencados nessa categoria fazem parte do Garantia Safra (GS): projetos Implementação do Garantia Safra no Estado do Ceará e Parcela Extra do Programa Garantia Safra

O Garantia Safra é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) voltada para os agricultores familiares localizados na região Nordeste, majoritariamente semiárida, que sofrem perda de safra por motivo de seca ou excesso de chuvas.

Para participar do Garantia-Safra, é necessário que, anualmente, estados, municípios e agricultores localizados na área de atuação da SUDENE façam adesão ao GS.

Os agricultores que aderirem ao GS nos municípios em que forem detectadas perdas de, pelo menos, 50% da produção de algodão, arroz, feijão, mandioca, milho ou outras atividades agrícolas de convivência com o Semiárido, recebem a indenização prevista pelo Garantia - Safra. O valor do FECOP vinculado a esses projetos integram o aporte do Estado para a implementação da ação.

Considerando o ano de seca e o impacto da mesma, principalmente para a agricultura familiar o recurso previsto no início do ano para esse projeto foi totalmente desembolsado e fez-se necessário ainda uma parcela extra para fazer frente aos prejuízos resultantes da estiagem.

Apenas os dois projetos dessa categoria foram responsáveis pelo desembolso de aproximadamente 28% do valor total anual do FECOP autorizado para a Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA.

A meta inicial do Programa Garantia Safra previa a quantidade a beneficiar de 300.000 agricultores, mas as inscrições dos agricultores foram influenciadas em virtude do bom inverno do ano anterior (2011). Este fato gerou entre os agricultores a esperança de o ano de 2012 repetir este desempenho e diminuiu o número de agricultores que aderiram ao Programa.

Também foi realizado um trabalho da equipe do Garantia Safra junto aos municípios, no sentido da qualificação dos agricultores para participar do programa, observando os critérios exigidos para a inscrição dos agricultores.

Quadro 27 - Recursos Liberados e Empenhados 2012

Projetos	Limite Anual	%	Valor Empenhado	%
Habitação Rural nos Assentamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário	1.313.250,00	2,94	1.188.400,00	2,67
Casa Digital do Campo	952.000,00	2,13	890.732,14	2,00
Implementação do Garantia Safra no Estado do Ceará	9.791.265,60	21,91	9.791.265,60	22,00
Parcela Extra do Programa Garantia Safra	32.637.552,00	73,02	32.637.552,00	73,33
Sub - Total	44.694.067,60	100,00	44.507.949,74	100,00

Fonte: GEF

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário empenhou em 2012 recursos da fonte FECOP em todas as macrorregiões administrativa do estado, atendendo a um total de 1.425.770 pessoas. De forma coerente com a natureza de suas funções, a RMF, apesar da sua importância relativa na população do Estado foi uma das regiões que apresentaram o menor número de beneficiários. A região de Baturité também apresenta uma participação percentual reduzida entre os beneficiários dos projetos

desenvolvidos pela SDA, mas deve-se destacar que a sua população corresponde a 3% da população total do Estado.

Com relação ao número de beneficiários, sobressaem-se o projeto Garantia Safra que beneficiou 239.982 pessoas e o mesmo número com uma parcela extra, o projeto ATER para Agricultores Familiares do Estado do Ceará com 412.232 beneficiários, o projeto Casa Digital no Campo com 196.600 beneficiários e o projeto Aquisição de Sementes e Mudanças com um total de 125.810 beneficiários.

Quadro 28 – Aplicação dos Recursos por Macrorregião 2012

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	9.976.150,82	8%	94.722	7%
2-LITORAL OESTE	12.596.499,78	10%	148.402	10%
3-SOBRAL/IBIAPABA	16.028.557,69	13%	170.896	12%
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	17.690.417,79	14%	175.347	12%
5-SERTÃO CENTRAL	20.986.472,16	17%	267.595	19%
6-BATURITÉ	4.235.790,61	3%	58.430	4%
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	14.106.998,76	11%	135.789	10%
8-CARIRI/CENTRO SUL	27.158.675,93	22%	374.589	26%
22-ESTADO DO CEARÁ	-	-	-	-
TOTAL	122.779.563,54	100%	1.425.770	100%

Fonte: GEF

4.5. Secretaria da Cultura

A Secretaria da Cultura (SECULT) tem como missão formular a política cultural do Estado do Ceará, compreendendo o amparo à cultura, promoção, documentação e difusão das atividades artísticas e culturais, a defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Paisagístico, Artístico e Documental.

Como estratégia de atuação a SECULT investe em ações de inclusão cultural com o objetivo de produzir novas formulações culturais, tratar os indivíduos como cidadãos, criadores de cultura e portadores de direitos.

Os valores liberados pelo FECOP em 2012 totalizaram R\$ 2.534.000,00 (dois milhões quinhentos e trinta e quatro mil reais) e permitiram a execução de três projetos que já vem sendo em anos anteriores financiados pelo fundo. O projeto Agentes de Leitura é executado diretamente pela Secult e iniciou em 2006. Os demais são realizados através do Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC) que se constitui em uma Organização Social (OS) responsável pela gestão do Centro Cultural Bom Jardim e da

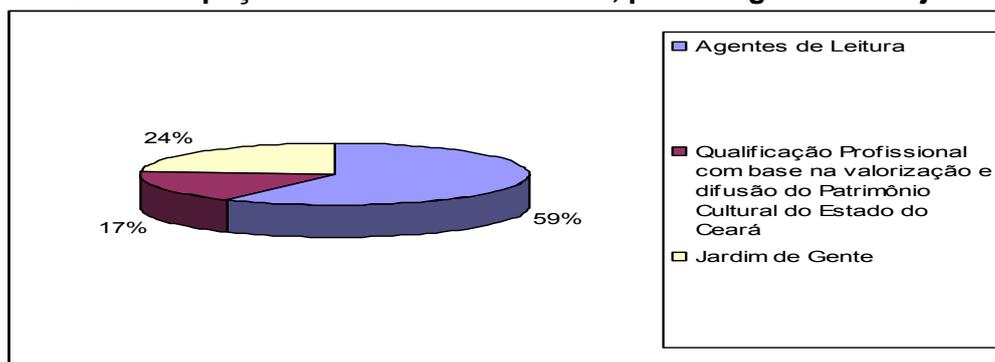
Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho, responsáveis pela execução dos projetos Jardim da Gente e Qualificação profissional com base na valorização e difusão do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará, respectivamente.

Quadro 29 – Recursos Liberados e Empenhados por Categoria de Projetos 2012

Projetos	Limite Anual	%	Valor Empenhado	%
Agentes de Leitura	1.500.000,00	59,19	1.487.507,37	58,99
Qualificação Profissional com base na valorização e difusão do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará	434.000,00	17,13	434.000,00	17,21
Jardim de Gente	600.000,00	23,68	600.000,00	23,80
Sub-Total	2.534.000,00	100,00	2.521.507,37	100,00

Fonte: GEF

Gráfico 9 - Participação dos Valores Liberados, por Categoria de Projetos 2012



Fonte: GEF

Projeto: Agentes de Leitura

O projeto Agentes de Leitura abrange quarenta e um municípios do interior do Estado que apresentaram baixos índices de desenvolvimento em leitura. Tem por missão promover a cidadania, a inclusão e o desenvolvimento social por meio do incentivo à leitura, com vistas à democratização do acesso aos livros e atividades de socialização de acervo bibliográfico (por meio de leituras e empréstimos) e experiências de leitura compartilhada (rodas de leitura, contação de histórias, oficinas, dentre outras).

Em 2012, o projeto foi desenvolvido por 280 agentes de leitura e 10 agentes articuladores, em 41 dos municípios. Cada agente de leitura acompanha em média 25 famílias escolhidas pelas Secretarias Municipais de Educação e ou Cultura, e são supervisionados pelos agentes articuladores.

Com os recursos alocados pelo FECOP o projeto efetua o pagamento de bolsas no valor de R\$ 400,00 / mês para jovens que cursaram o ensino médio e no valor de R\$ 1.140,00 / mês para articuladores que devem ser graduados em Ciências Humanas e Sociais. O projeto lhes fornece ainda o material necessário ao desenvolvimento do trabalho (mochilas, blusas, bonés, bicicleta) e disponibiliza o acervo bibliográfico. Inclui-se ainda nos seus custos a realização de encontros periódicos dos Agentes com o objetivo de trocarem experiências exitosas e discutirem seus problemas e entraves.

Desde sua criação o projeto utiliza o sistema de Edital Público para seleção dos Agentes de Leitura e realiza capacitação para os agentes selecionados visando instrumentalizá-los para o desempenho de suas funções em duas fases (Habilitação e Avaliação Técnica).

Em 2012 instituiu-se que a atuação dos agentes de leitura fosse, principalmente, em localidades onde não existissem bibliotecas e a meta de 188 localidades a serem beneficiadas foi amplamente superada tendo o projeto sido desenvolvido em 927 localidades, beneficiando 33.375 pessoas e realizando 43.892 empréstimos de livros.



Algumas dificuldades no desenvolvimento das ações do projeto são elencadas a seguir:

- Mudança no quadro de agentes de leitura e de agentes articuladores (alguns tiveram que ser substituídos);
- Pouco acompanhamento por parte dos agentes de leitura articuladores e pela gestão municipal da Cultura e/ou Educação.
- Pouca divulgação do projeto no município;

- Dificuldades de locomoção/deslocamento (alguns agentes atendem famílias distantes de sua casa e embora recebam bicicletas, as condições de acesso e o clima exigem outro tipo de deslocamento);
- Necessidade de mais recursos tais como protetor solar, crachás de identificação para os agentes, fantoches e xerox (para as atividades nas famílias);
- Poucos livros de literatura infantil e de cordel no acervo disponibilizado;
- Dificuldade de envolvimento das famílias (ausência de familiares nos dias combinados para as visitas, dispersão na hora da leitura, pais que não incentivam os filhos a lerem)

Entre as realizações do projeto e que não podem ser quantificadas, observou-se o crescimento da motivação das crianças para a leitura, o aumento no interesse e participação no decorrer das visitas e o mais significativo, mães e pais retornando à escola, para prosseguimento dos estudos através da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Projeto: Jardim da Gente

O projeto tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento social e sustentável do Grande Bom Jardim, através de ações de formação voltadas para o fortalecimento da cidadania e a geração de trabalho e renda na área da cultura.

O projeto é desenvolvido pelo Centro Cultural Bom Jardim um equipamento da Secretaria da Cultura que possui uma completa infra-estrutura para abrigar as mais diversas formas de manifestação cultural, além de fornecer formação para crianças, jovens, adultos e terceira idade. Administrado por meio de Contrato de Gestão com o Instituto de Arte e Cultura do Ceará (IACC), a atuação do Centro tem sido pautada na valorização da educação e da arte como mecanismos erradicadores da pobreza e fortalecedores de uma sociedade mais justa.

A área de abrangência do projeto, o Grande Bom Jardim, compreende cinco bairros, Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira e reflete uma cidade desigual. Esse é um território que aglutina sobre seu espaço mais de 38 comunidades que formam limites sociológicos e territoriais intra-bairros, formados em grande medida por processos e lutas de ocupação no sentido de garantir o direito à moradia. Esse território engloba 8,33% da população de Fortaleza e concentra os piores indicadores sociais e econômicos.

Ao longo do ano de 2012 foram realizadas formações nas várias linguagens artísticas (música, pintura em tela, dança, teatro, coral, leitura e literatura, jogos digitais, dentre outros), que totalizaram 4.950 horas-aulas.

Dentre as realizações do ano em análise projetam-se 353 oficinas/cursos para um número de 4.323 participantes ativos, 01 formação de 32h/a denominada “Estratégias Didáticas para o Uso da Memória” para os professores do Projeto, o estabelecimento de 18 parcerias, sendo 16 entidades para aplicação de cursos/oficinas e 02 parcerias institucionais que fortaleceram a atuação do projeto e a construção do plano político pedagógico do Projeto “Jardim de Gente”.

Merece destaque ainda a realização do evento Culminância 2012, cujo foco era apresentar todos os produtos materiais e/ou imateriais feitos pelos alunos em seus cursos ao longo do projeto e que teve um público de 3.345 pessoas.

Para atingir os seus objetivos, o Projeto também superou algumas dificuldades. As principais delas foram: a demora no repasse do recurso no início do projeto geral; a falta de recurso para construção de uma cozinha própria para os cursos de Gastronomia; detalhes da estrutura física do Centro Cultural Bom Jardim, tais como a falta de isolamento acústico na sala de dança, equipamentos técnicos do teatro em falta ou obsoletos, instrumentos musicais necessitando de reparos ou em falta, iluminação inapropriada, limitações estruturais; alguns equipamentos técnicos escassos, como a única linha telefônica e espaço físico inapropriado para a quantidade de pessoas da equipe; e por último, a falta de carro disponível por todo o tempo suficiente para atender a demanda do projeto que envolve no seu dia-a-dia o trabalho junto a outras 18 instituições parceiras.

As alternativas utilizadas na solução dessas dificuldades foram o estabelecimento de parceria com a Universidade Federal do Ceará para cessão da cozinha/laboratório para os cursos de Gastronomia; a parceria com instituições do Grande Bom Jardim, que cederam espaços e, às vezes, materiais para realização de oficinas, possibilitando maior abrangência do projeto e utilização de espaços maiores; adequação das oficinas aos espaços e equipamentos existentes, limitando o número de alunos quando necessário ao bom desenvolvimento das aulas; definição de escala para utilização do telefone, priorizando ligações da produção (horário comercial) e deixando para o turno da noite as ligações para alunos e professores. Sobre o carro, a solução encontrada

foi agendar apenas para os dias de uso do carro todas as atividades, o que por vezes acarretou atrasos nas ações.



Projeto: Qualificação profissional com base na valorização e difusão do Patrimônio Cultural do Estado do Ceará,

O projeto é desenvolvido pela Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho, que funciona sob a gestão do IACC e parte da premissa de que o desenvolvimento (econômico, educacional ou social) só se realiza com igualdade e justiça, mediante o fortalecimento da cultura. Nesse sentido, as ações educativas desenvolvidas tiveram o propósito de despertar o sentimento de pertença, aumentar a autoestima, ampliar a capacidade de fazer escolhas e os repertórios culturais individuais e coletivos.



Em sintonia com a política estadual de combate a pobreza, as ações do projeto foram além da transferência de renda. Buscaram alternativas para que os seus participantes valorizassem o seu próprio potencial de forma autônoma, propositiva e criativa. Essa educação que prepara o educando para ser e estar no mundo de modo crítico, autônomo, cooperativo e transformador, completou-se com a qualificação profissional para atuar no mercado dos bens culturais, seja como pesquisador ou mediador em atividades que envolvam a conservação de bens culturais e educação patrimonial.

Os jovens atendidos no projeto têm entre 18 e 29 anos, são oriundos de escolas públicas, comprovaram sua participação em trabalhos sociais / comunitários e possuem renda familiar per capita inferior ou igual a meio salário mínimo.

As ações do projeto são planejadas e executadas através de dois Programas: Aperfeiçoamento em Contexto de Trabalho e Programa Patrimônio para Todos.

No âmbito do Programa Aperfeiçoamento em Contexto de Trabalho foram selecionados em Fortaleza 10 jovens, os quais foram qualificados através de um curso básico de Aperfeiçoamento em Contexto de Trabalho com 320 horas e receberam fardamento, ajuda de custo, vale transporte e lanche para acompanhamento das atividades didáticas.

Vivenciando as demandas cotidianas de museus, bibliotecas, centros culturais e outros equipamentos do Estado do Ceará, os jovens tiveram oportunidades de qualificação profissional, desenvolvendo atividades que envolviam a conservação de bens culturais. Com a supervisão de um orientador, foram capacitados ainda para atuar como facilitadores das ações de educação patrimonial nesses equipamentos. Desenvolveram também projetos de pesquisa na área de patrimônio e memória produzindo conhecimento e revertendo suas atividades em ações concretas de preservação do patrimônio cultural do Ceará.

O Programa Patrimônio para Todos envolve ações educativas que geram oportunidades para os jovens investigarem, conhecerem e problematizarem as relações que envolvem o patrimônio cultural (material e imaterial) do Ceará. No processo de pesquisa esses jovens aprendem, trocam e multiplicam saberes que permitem a elaboração de uma visão crítica dos contextos sócio-culturais, instigando-os à busca de novas alternativas para a superação das situações de pobreza, ao mesmo tempo em que desperta o senso de responsabilidade para a preservação e difusão do patrimônio cultural do nosso Estado.

Através dele foram selecionados 47 jovens, os quais foram beneficiados diretamente com transferência de renda, sendo 26 multiplicadores e 21 articuladores / mobilizadores.

Em Fortaleza, realizaram 10 oficinas de educação patrimonial, com pelo menos 240 horas de aula total que beneficiaram 188 jovens nos bairros Pici, Jardim América, Montese, Sabiaguaba, Joaquim Távora / Piedade.

No interior do Estado foram realizadas 16 oficinas de educação patrimonial com pelo menos 384 horas de aula beneficiando aproximadamente 288 jovens dos seguintes municípios e comunidades: Poranga (etnias Tabajara e Kalabaça) e Monsenhor Tabosa (etnias Potiguara, Tabajara, Gavião e Tubiba-Tapuia), Itarema (etnia Tremembé), Aratuba (etnia Kanindé), Horizonte (comunidade quilombola de Alto Alegre), Tururu (comunidades quilombolas de Águas Pretas e Conceição dos Caetanos), Iracema (comunidade quilombola de Batiões).

Os participantes das oficinas recebem kits didáticos personalizados, composto por sacola, caixa de memórias, caderneta de anotações, apostila, caderno de campo,

canetinhas, giz de cera, caneta, borracha, lápis, conjunto de lápis de cor, bandana e camisa ou camiseta e lanche diariamente.

O projeto disponibiliza também um blog no seu site onde são publicados textos, registros, fotografias, depoimentos, e outras informações sobre as manifestações culturais e patrimoniais. Constitui-se em um espaço colaborativo no qual os participantes publicam os resultados das ações de identificação e registro do patrimonial cultural do Estado. Trata-se de uma importante ferramenta de comunicação na qual os jovens são os principais protagonistas na difusão e promoção das referências culturais de suas localidades. Em 2012, foram feitas 181 postagens no blog as quais tiveram 18.159 visualizações.

Quadro 30 – Aplicação dos Recursos por Macrorregião 2012

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	1.084.400,00	43%	7.992	94%
2-LITORAL OESTE	98.400,00	4%	138	2%
3-SOBRAL/IBIAPABA	96.800,00	4%	29	0%
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	204.900,00	8%	133	2%
5-SERTÃO CENTRAL	95.600,00	4%	27	0%
6-BATURITÉ	-	0%	36	0%
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	87.560,00	3%	57	1%
8-CARIRI/CENTRO SUL	317.340,00	13%	84	1%
22-ESTADO DO CEARÁ	536.507,37	21%	-	-
TOTAL	2.521.507,37	100%	8.496	100%

Fonte: GEF

A forte concentração de recursos e de beneficiários dos projetos executados pela SECULT com recursos do FECOP na Região Metropolitana de Fortaleza é consequência do que se segue: O projeto Escola de Artes e Ofícios Thomas Pompeu Sobrinho tem abrangência estadual, mas a maioria dos recursos empenhados e do público beneficiado situa-se na RMF, mais especificamente no município de Fortaleza. O Projeto Centro Cultural Bom Jardim tem foco exclusivo em Fortaleza.

O desempenho apresentado para as demais regiões administrativas deve-se fundamentalmente a execução do projeto Agente de Leitura que tem penetração em diversos municípios do interior do estado, conforme analisado anteriormente.

4.6. Secretaria do Esporte

O Estado do Ceará, no contexto nacional, vem se destacando por seu esforço na área do esporte e lazer, particularmente no que diz respeito à implementação de políticas públicas inclusivas e de afirmação de esporte e lazer como direitos sociais dos cidadãos, colaborando para o desenvolvimento humano, gerando oportunidades de inserção social de crianças, adolescentes e jovens da Região Metropolitana de Fortaleza e do interior do Estado.

Essa é uma tarefa de grandes dimensões porque passa pelo reconhecimento do papel que a atividade esportiva e de lazer desempenha na vida do ser humano. Trata-se de quebrar mitos e preconceitos e de assegurar maior transparência e participação popular no processo de gestão esportiva e de lazer.

Nesse contexto o Governo do Estado, por meio da Secretaria do Esporte assumiu grandes responsabilidades, no intuito de assegurar as conquistas e a continuidade do desenvolvimento do esporte e do lazer no Ceará. Esse ambiente desafiador se materializa nas propostas contidas no Plano Plurianual 2012-2015, onde estão definidos os futuros rumos das políticas de esporte e lazer a serem consubstanciados no quadriênio do Plano.

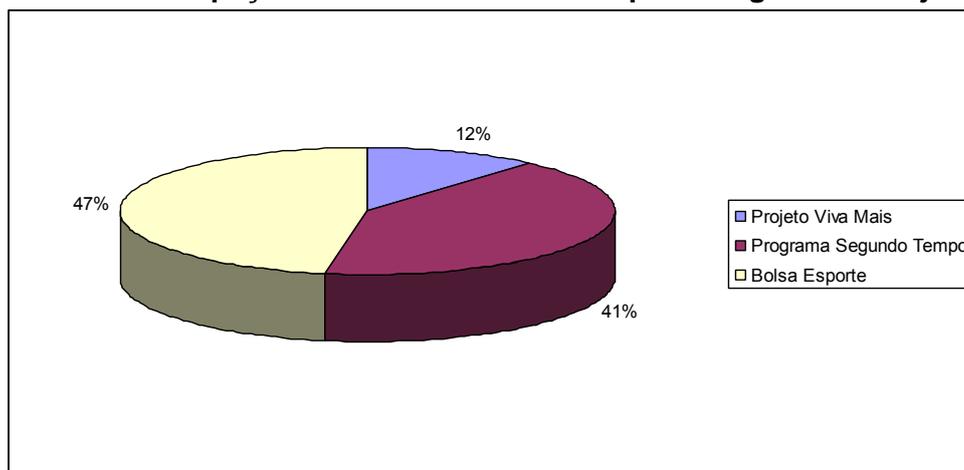
No ano de 2012 a SESPORTE contou com o apoio do FECOP para o desenvolvimento de 03 projetos que totalizaram R\$ 5.643.753,03 (cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil, setecentos e cinqüenta e ter reais e três centavos).

Quadro 31 – Recursos Liberados e Empenhados por Categoria de Projetos 2012

Projetos	Limite Anual	%	Valor Empenhado	%
Projeto Viva Mais	650.000,00	11,52	650.000,00	14,81
Programa Segundo Tempo	2.328.805,83	41,26	1.336.961,40	30,45
Bolsa Esporte	2.664.947,20	47,22	2.403.161,20	54,74
Sub - Total	5.643.753,03	100,00	4.390.122,60	100,00

Fonte: GEF

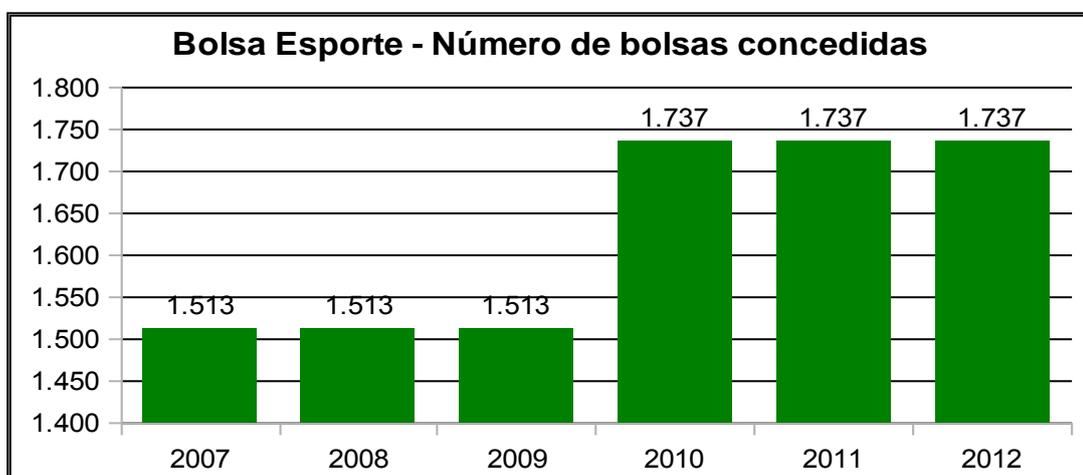
Gráfico – 10 - Participação dos Valores Liberados por Categoria de Projetos 2012



Fonte: GEF

A atual gestão privilegiou a expansão da oferta de bolsas de esporte, hoje com 1.737 atletas beneficiados na categoria estudante, tendo o **projeto Bolsa Esporte** assegurado renda fixa às crianças, adolescentes e jovens atletas de talentos, ao mesmo tempo em que propiciou a tranquilidade aos atletas para treinar e dedicar-se ao seu aperfeiçoamento.

Gráfico 11 – Evolução temporal do número de bolsas concedidas pelo projeto Bolsa Esporte



Fonte: SESPORTE

Buscando fortalecer e ampliar cada vez mais a prática esportiva educacional e de lazer, a SESPORTE conta com o **projeto Segundo Tempo**, que visa, em síntese, suprir a carência de políticas públicas e sociais que atendam às necessidades e demandas da população por atividades esportivas de lazer e educacional, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social e econômica, que reforçam as condições de injustiça e exclusão social a que estão submetidas.



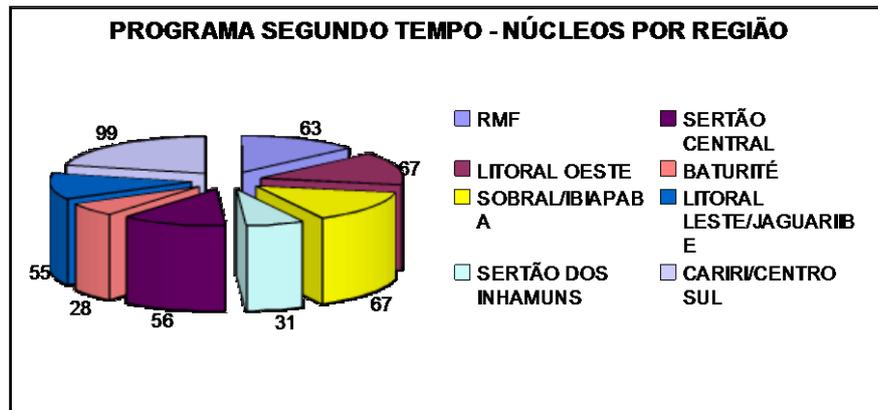
Alunos de Araras, Município de Barroquinha



Alunos do Município de Frecheirinha

Democratizar o acesso às práticas esportivas por meio de atividades de esporte e de lazer, realizadas no contra-turno escolar é o foco do **projeto Segundo Tempo**, realizado mediante convênio celebrado com o Ministério do Esporte e em parceria com os municípios, que vem proporcionando a inclusão social, bem-estar físico, promoção da saúde, desenvolvimento intelectual e humano de crianças na faixa etária de 7 a 12 anos, além de colaborar com o exercício da cidadania. Em 2012, o projeto efetivou 184 parcerias com os municípios cearenses para atendimento a 466 núcleos de esporte e lazer e com previsão de beneficiar um universo de 46.600 crianças, garantindo o acesso às atividades esportivas complementares e de ocupação e geração de emprego e renda para 958 profissionais envolvidos.

Gráfico 12 – Distribuição dos núcleos do projeto Segundo Tempo por Região Administrativa



Sob a ótica da inclusão social, destaca-se o **projeto Viva Mais**, que atende a adolescentes, jovens e adultos moradores de rua. As ações do projeto visam, sobretudo, a inclusão e melhoria da qualidade de vida dos jovens, em situação de risco social e pessoal, residentes na Região Metropolitana de Fortaleza. O projeto Viva Mais conta com 10 núcleos funcionando nos bairros Autran Nunes, Aerolândia, Bom Jardim, Cidade 2.000, Itaperi, Jangurussu, Mucuripe, Pirambu, Timbó e Rodolfo Teófilo, na Região Metropolitana de Fortaleza, com um atendimento diário – de segunda a sábado - de 100 jovens por núcleo, das 21horas à 01hora, horário considerado de maior vulnerabilidade social.

Além de fomentar a inclusão social, os núcleos desenvolvem atividades esportivas, recreativas e lúdicas, monitoria de atividades físicas, desportivas e de lazer. As atividades esportivas compõem-se de futsal, basquetebol, voleibol, handebol, futebol, jogos de xadrez, dama e jogos pedagógicos. As ações promovidas são desenvolvidas de forma integrada com diversas Secretarias e Órgãos do Governo do Estado tais como: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, da Segurança Pública e Defesa Social, da Saúde, da Justiça e Cidadania, Polícia Militar / Ronda do Quarteirão e Corpo de Bombeiros.

Principais dificuldades encontradas / saídas na execução dos Projetos

Ao longo de 2012, foram encontrados alguns obstáculos durante a gestão dos programas. Estes obstáculos decorrem de fatores estruturais e conjunturais que residem no percurso entre a concepção e a execução dos programas. Ao encontrar estes obstáculos, cabe aos gestores dos programas tomar providências, com o intuito de superar tais amarras. O desafio enfrentado no processo de gestão dos programas consiste na capacidade de equacionar as variáveis que compõem os obstáculos, e de

propor e implementar medidas de superação. Sendo assim, seguem alguns dos maiores obstáculos surgidos ao longo do ano de 2012:

- a) de caráter logístico: a Secretaria do Esporte não possui ainda um quadro de pessoal e um número de veículos que possibilitem o acompanhamento, monitoramento e avaliação dos projetos, especialmente do Segundo Tempo e Bolsa Esporte. Com relação ao Segundo Tempo, o governo do Estado aprovou verba para realização do monitoramento e avaliação. Para isso, foi realizada a licitação e homologada no final do exercício de 2012, ficando para 2013 a contratação da empresa vencedora do certame licitatório.
- b) de caráter burocrático: atraso nos procedimentos licitatórios, seleção e edital para os beneficiados do Bolsa Esporte.

Quadro 32 - Aplicação dos Recursos por Macrorregião 2012

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	3.349.262,60	76%	8.267	17%
2-LITORAL OESTE	229.240,00	5%	6.904	14%
3-SOBRAL/IBIAPABA	106.490,00	2%	6.795	14%
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	83.500,00	2%	3.176	6%
5-SERTÃO CENTRAL	113.320,00	3%	5.702	12%
6-BATURITÉ	60.390,00	1%	2.847	6%
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	241.790,00	6%	5.696	12%
8-CARIRI/CENTRO SUL	206.130,00	5%	10.080	20%
22-ESTADO DO CEARÁ	-	-	-	-
TOTAL	4.390.122,60	100%	49.467	100%

Fonte: GEF

A distribuição dos valores dos projetos financiados pelo FECOP e desenvolvidos pela SESPORTE, revela que a maior parte dos recursos foram empenhados na Região Metropolitana de Fortaleza.

O projeto Viva + participou com 14,8% do total empenhado e tem por área de abrangência a RMF, o projeto Segundo Tempo participou com 30,4% e teve valores empenhados e beneficiários em todas as regiões de forma equilibrada.

O projeto Bolsa Esporte engloba o maior volume de recursos disponibilizados para a SESPORTE e foi responsável por 54,7% dos valores empenhados por esta secretaria em 2012. A Região Metropolitana de Fortaleza englobou 57% do volume de recursos empenhados por este projeto e é onde se situa 49% de seus beneficiários. Este fato é

justificado pela maior demanda da região por este projeto e por melhor enquadramento dos demandantes no perfil exigido pelo edital de seleção dos atletas.

4.7. Secretaria da Infraestrutura

O ano de 1997 marcou o início do processo de desestatização das empresas de telefonia no Brasil. Com isso, em 1998, a prestação dos serviços telefônicos, destinados ao uso público em geral, foi concedida a empresas privadas, através do “Plano Geral de Outorgas”, aprovado pelo Decreto Nº 2.537 de 02 de abril de 1998.

Em contrapartida, as empresas concessionárias assumiram o compromisso de expandir a oferta dos serviços através do cumprimento do Decreto Nº 2.592, de 15 de maio de 1998 (Anexo I), que aprovava o “Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU”.

Este plano estabeleceu metas a serem cumpridas pelas concessionárias, de forma progressiva, nas áreas de acessos individuais (telefones residenciais e comerciais) e de acesso coletivo (telefones de uso público – TUP’s).

Especificamente na área de telefonia pública, o Decreto citado determina, em seu Capítulo III - Das Metas de Acessos Coletivos, Artigo 12º que: “Cada localidade ainda não atendida pelo Serviço Telefônico Fixo Comutado deverá dispor de pelo menos um Telefone de Uso Público instalado em local acessível vinte e quatro horas por dia, com capacidade de originar e receber chamadas de longa distância nacional e internacional, observado o seguinte cronograma:

- I - até 31 de dezembro de 1999, todas as localidades com mais de mil habitantes;
- II - até 31 de dezembro de 2001, todas as localidades com mais de seiscentos habitantes;
- III - até 31 de dezembro de 2003, todas as localidades com mais de trezentos habitantes;
- IV - até 31 de dezembro de 2005, todas as localidades com mais de cem habitantes;”.

O Decreto em questão define, ainda, em seu Capítulo I – Das Disposições Gerais, Artigo 3º, item III, “localidade” como sendo; “... toda a parcela circunscrita do território nacional que possua um aglomerado permanente de habitantes, caracterizada por um conjunto de edificações, permanentes e adjacentes, formando uma área

continuamente construída com arruamentos reconhecíveis, ou dispostas ao longo de uma via de comunicação, tais como Capital Federal, Capital Estadual, Cidade, Vila, Aglomerado Rural e Aldeia;”.

Em 27 de junho de 2003 foi publicado o Decreto Nº 4.769 (Anexo II) que aprovava o novo “Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU”, revogando o Decreto Nº2.592 a partir de 01 de janeiro de 2006.

A empresa TELEMAR Norte Leste S. A. foi detentora do direito de concessão para o estado do Ceará, dando início ao cumprimento das obrigações estabelecidas no Plano Geral de Metas. Entretanto, com o início do cumprimento destas metas, especificamente do atendimento com telefonia pública na área rural, foi observado que as moradias na zona rural do estado do Ceará, assim como no nordeste brasileiro, por tratarem-se, na maioria dos casos, de sedes de fazenda, sítios ou de divisões de áreas entre familiares, estavam distribuídas de forma pulverizada, ou seja, guardando distâncias consideráveis entre elas.

Assim, grande parte destas comunidades não se enquadrava nas características de população e/ou espacialização de edificações, da definição de ‘localidade’, constante no Plano Geral de Metas de Universalização – PGMU, mesmo existindo uma considerável demanda por este serviço tão valioso nos dias de hoje.

Esta constatação motivou o Governo do Estado a envidar esforços visando suprir esta lacuna, com a criação do Programa “Alô Ceará”, criado para atender, com a implantação de Telefones de Uso Público – TUP’s, as comunidades rurais do estado do Ceará não contempladas pelo Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Fixo Comutado prestado em Regime Público – PGMU, por não atenderem às características de população e/ou espacialização das edificações determinadas no Decreto Nº 4.769, contribuindo assim para a universalização dos serviços de telefonia comunitária no estado.

O Programa, em sua etapa inicial, executada entre os anos de 2000 e 2005, contou com parceria entre o Governo do Estado e a TELEMAR, tendo como objetivo a instalação de 1.400 Telefones de Uso Público - TUP's em “Comunidades Mudadas” do interior do Estado.

Em 2006, foi firmado novo contrato com a mesma empresa, tendo como objeto a implantação de 320 (trezentos e vinte) Telefones de Uso Público - TUP's a serem instalados em localidades do estado não atendidas pelo Plano Geral de Metas. O cronograma, estabelecido no contrato, previa sua conclusão para o início de 2007, porém, devido a dificuldade na identificação de localidades com possibilidade de atendimento via WLL, tecnologia de menor custo e, por este motivo, com maior número de atendimentos contratados, teve seu prazo prorrogado. Até dezembro de 2010 foram executados 298 destes atendimentos, sendo 83 via WLL e 215 via Rádio Freqüência. No ano de 2011, foi celebrado novo contrato, patrocinado com recursos do FECOP sendo executados mais 48 (quarenta e oito) atendimentos, sempre priorizando as comunidades mais carentes do interior cearense.

Em 2012 a SEINFRA obteve a aprovação do CCPIS para dar continuidade ao projeto tendo por meta a instalação de 50 TUPS.

Quadro 33 – Recursos Liberados e Empenhados 2012

Projetos	Limite Anual	%	Valor Empenhado	%
Atendimento com Telefones de Uso Público - TUP'S em Comunidades Rurais do Estado do Ceará não Contempladas pela Plano Geral de Metas para Universalização - PGMU	1.937.500,00	100%	1.937.500,00	100%
Sub - Total	1.937.500,00	100%	1.937.500,00	100%

Fonte: GEF

Realizações em 2012

Em julho de 2012, foi publicada a inexigibilidade e celebrado contrato para instalação de 100 (cem) telefones de uso público – TUPs (Contrato Nº 010/SEINFRA/2012), sendo 50 com instalação prevista para 2012 e 50 para 2013.

Dos 50 previstos para 2012, foram aprovadas, recebidas e pagas 36 (trinta e seis) instalações ou 72% do total, sendo 22 (vinte e duas) em setembro e 14 (quatorze) em dezembro de 2012. Restam serem atestadas, recebidas e pagas 14 (quatorze) instalações não aprovadas pela fiscalização até o final de 2012. As pendências detectadas nestas instalações foram informadas à contratada e têm previsão de nova fiscalização de recebimento para final de fevereiro de 2013.

Resultados Alcançados

Com a implantação, em 2012, de Telefones de Uso Público – TUP's em 36 (trinta e seis) localidades não atendidas pelo Plano Geral de Metas, distribuídas em 31 (trinta e um) municípios do estado do Ceará, estima-se ter o Projeto disponibilizado o serviço para uma população de, aproximadamente, 10.800 (dez mil e oitocentos) habitantes. As instalações previstas para 2012 deverão ser concluídas até o final de fevereiro/2013, com o recebimento das 14 (quatorze) restantes, totalizando 50 (cinquenta) localidades atendidas e 15.000 usuários beneficiados. Desta forma, o Projeto continua a contribuir para a universalização do atendimento com os serviços de telefonia comunitária, ampliando a cobertura do serviço de telefonia pública para localidades não contempladas pelo Plano Geral de Metas e proporcionando, com os serviços de telecomunicações, a infraestrutura necessária à melhoria da qualidade de vida do cidadão e estimular atividades geradoras de emprego e renda.

Quadro 34 – Aplicação dos Recursos por Macrorregião 2012

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	193.750,00	10%	1.200	8%
2-LITORAL OESTE	193.750,00	10%	1.800	12%
3-SOBRAL/IBIAPABA	387.500,00	20%	3.000	20%
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	193.750,00	10%	1.500	10%
5-SERTÃO CENTRAL	348.750,00	18%	2.700	18%
6-BATURITÉ	38.750,00	2%	300	2%
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	193.750,00	10%	1.500	10%
8-CARIRI/CENTRO SUL	387.500,00	20%	3.000	20%
22-ESTADO DO CEARÁ	-	-	-	-
TOTAL	1.937.500,00	100%	15.000	100%

Fonte: GEF

As regiões e municípios beneficiados são definidos a partir de demandas encaminhadas para a SEINFRA e analisadas para garantir sua adequação aos critérios do projeto. Coerentemente com estes critérios não se observa o predomínio da RMF que embora concentre a maioria da população do estado tem praticamente todo o seu território contemplado pelo Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Fixo Comutado prestado em Regime Público – PGMU.

4.8. Secretaria da Educação

De acordo com relatório da UNESCO – órgão das Nações Unidas para educação, ciência e cultura, a educação ajuda a combater a pobreza e capacita as pessoas com o conhecimento, habilidades e a confiança que precisam para construir um futuro melhor. Ciente desta assertiva, o Governo do Ceará tem desenvolvido programas e projetos que visam contribuir para a inclusão social da população pobre do Estado, por meio de ações que ampliam as oportunidades de acesso a escola pública e melhoram a qualidade do ensino prestado.

Partindo também da premissa que uma das melhores estratégias de combate a pobreza e as desigualdades sociais é a disponibilização de um ensino público de qualidade, a Secretaria da Educação (SEDUC) tem desenvolvido e implementado uma política educacional embasada na formação plena do educando, ou seja, relacionando as competências pessoal, social, produtiva e cognitiva.

Dentre as diversas fontes de recursos para o desenvolvimento de suas atribuições, a SEDUC conta com o Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECOP), que disponibilizou em 2012 um total de R\$ 62.824.993,12 (sessenta e dois milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e três reais e doze centavos) para execução de 04 Projetos que serão a seguir analisados.

Quadro 35 – Recursos Liberados e Empenhados por Categoria de Projetos 2012

Projetos	Limite Anual	%	Valor Empenhado	%
Prêmio Escola Nota 10	30.000.000,00	47,75	28.579.375,00	48,78
Construção de Centros de Educação Infantil - CEI (construção, aquisição de bens materiais - equipamentos, mobiliários e consumo), incluindo parque infantil, com capacidade para 208 (duzentas e oito) crianças, bem como a operação dos equipamentos.	7.824.906,76	12,46	6.048.043,93	10,32
Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação e -Jovem	17.000.086,36	27,06	15.956.568,86	27,24
	8.000.000,00	12,73	8.000.000,00	13,66
Sub-total	62.824.993,12	100,00	58.583.987,79	100,00

Fonte: GEF

Projeto: Prêmio Escola Nota 10

O Prêmio Escola Nota Dez engloba 48% do valor total liberado pelo FECOP e constitui-se em um projeto de continuidade que vem recebendo recursos do fundo desde que foi instituído por meio da Lei 14.371, de 19 de junho de 2009. Tem por

objetivo fortalecer, valorizar e ampliar o trabalho empreendido pelas escolas em relação aos resultados de alfabetização.

O prêmio foi concebido no âmbito do regime de colaboração entre o Estado e os municípios, buscando valorizar a gestão educacional com foco na aprendizagem do aluno. Funciona como indutor para as escolas melhorarem seus resultados; apoiador para as escolas com menores resultados e está subsidiado em um modelo de aprendizagem institucional focado na disseminação de boas práticas de gestão e pedagógica.

Dentre os obstáculos vivenciados no ano de 2012 pode-se destacar a morosidade no credenciamento das unidades executoras na entrega dos planos de aplicação dos recursos financeiros e as alterações nos quadros de gestores das secretarias de educação e unidades escolares resultante das eleições municipais.

Para superação dos problemas enfrentados foram realizados encontros sistemáticos com os gestores das unidades executoras, acompanhamento intensivo das Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDE) aos trâmites financeiros e jurídicos das escolas; fortalecimento da função dos gerentes municipais através de intercâmbio permanente de apoio técnico e de informações; orientações aos gestores, presidentes das unidades executoras e CREDES durante os encontros e contatos sistemáticos evidenciando a necessidade de verificação e manutenção constantes da conta bancária.

O projeto beneficiou no ano em análise 444 escolas do 2º ao 5º ano e a SEDUC aponta 273.294 pessoas beneficiadas.



Escola de Ensino Fundamental Manoel Moreira Pequeno, distrito de Santarém, Orós

Projeto: Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação

O projeto foi concebido em caráter inovador em 2010 no âmbito da Secretaria da Educação do Estado do Ceará, beneficiando as primeiras turmas que concluíram os cursos técnicos das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP). Neste ano, as bolsas foram custeadas com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Profissional da Educação (FUNDEB). Em 2011 passou a ser custeado com recursos do FECOP.

O projeto se apóia na evidência de que a demanda do mercado de trabalho por maior educação acaba por agir como um mecanismo de exclusão para aqueles que não contam com ela. Compreendendo essa condicionante, o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação tem ampliado o número de Escolas Estaduais de Educação Profissional, e desenvolvido o Projeto e-Jovem como política de qualificação. O objetivo é tornar seus educandos mais preparados para o mundo laboral tendo por vertentes a associação entre estudo e o trabalho. Esta política possibilita a seus beneficiários um diferencial na sua formação, constituindo-se em importantes estratégias de impacto econômico e social.

Seus beneficiários são alunos do 3º ano do Ensino Médio das EEEP e alunos do e-Jovem oriundos da rede pública estadual de ensino. Com raras exceções, os alunos da escola pública são oriundos de famílias de baixa renda, ou seja, da população pobre, apresentando dificuldades variadas no seu processo de aprendizagem e que ao buscar emprego tem maior dificuldade, gerando um ciclo de “manutenção da pobreza”.

O estágio, ao final do curso, possibilita aos educandos o desenvolvimento das potencialidades individuais, incentivando o surgimento de profissionais empreendedores, capazes de adotar modelos de gestão, métodos e processos inovadores, novas tecnologias e metodologias técnicas científicas. Ele, também diminui o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional, bem como incentiva o exercício da observação, do senso crítico, da criatividade e do relacionamento.

Como obstáculo ao alcance das metas programadas em 2012, projeta-se o insuficiente número de vagas disponibilizadas nos setores empresarial, governamental e sociedade civil para receber os estagiários – a rede de contatos de instituições e

parceiros já esta sendo criada pelo desempenho dos estagiários de anos anteriores, mas em alguns municípios do Estado ainda se tem dificuldade na inserção dos estagiários no tempo programado.

Foram concedidas 1.385 bolsas de estágio para os educandos do projeto e-Jovem e 12.512 bolsas de estágio para os educandos das EEEP cumprirem seu estágio curricular obrigatório.

Projeto: e-Jovem

O Projeto e-Jovem visa articular a formação de nível médio com o ensino profissional e o mundo do trabalho. É pautado na idéia de que a educação de qualidade é um forte instrumento de mudanças individuais, refletindo diretamente na vida em sociedade e no desenvolvimento regional econômico-social, sendo implementado com o objetivo de beneficiar jovens que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Sua proposta é oferecer formação complementar para concluintes do ensino médio e egressos da rede pública através da capacitação em Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e Empreendedorismo, nas diversas comunidades de Fortaleza e municípios do Estado do Ceará.

Os obstáculos encontrados na execução do projeto em 2012 foram a morosidade dos trâmites de instrução e publicação do vínculo jurídico, instrumento que permite execução das metas do projeto; precariedade da estrutura física dos laboratórios de informática das escolas e falta de pessoal qualificado para assumir a função de estagiário/instrutor no interior do Estado.

O projeto beneficiou 6.497 jovens em 2012 sendo que 4.347 destes, além de serem beneficiados com capacitação em TIC, encontram-se em processo de qualificação em empreendedorismo social.



Escola Figueiredo Correia

Projeto: Construção de Centros de Educação Infantil (CEI)

Os Centros de Educação Infantil (CEI) são construídos e equipados com ambiente físico e social capaz de propiciar o desenvolvimento das dimensões do cuidar e educar de todas as crianças que a eles tiverem acesso. O projeto é executado com recursos oriundos da operação de crédito contratada junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com contrapartida do Estado e em parceria com os municípios.

Nesse contexto, as principais dificuldades vivenciadas foram o descumprimento pelos municípios, dos prazos estabelecidos para entrega de documentações; atraso dos municípios no pedido pelo da Licença de Instalação junto a SEMACE; fluxo entre Município e Unidade de Gerenciamento de Projetos/SEDUC.

Para resolver esses obstáculos a SEDUC contratou a empresa CONCREMAT, que está fazendo o monitoramento das ações pertinentes a execução do projeto tais como: visitas mensais às obras em execução; elaboração de relatórios mensais com informação sobre o andamento das obras; averiguação da vigência dos documentos

exigidos para o andamento da obra e liberação de pagamentos de acordo com as medições das obras.

Os Centros de Educação Infantil (CEI) são construídos mediante edital. O primeiro edital, lançado em 2009, estipulava que para cada CEI construído pelo Estado o município construiria um com recursos próprios. O segundo edital foi lançado em 2010 e o terceiro edital em 2011 e nestes foi estipulado uma participação de 50% dos recursos do Estado e 50% do Município. No total foram conveniados 25 municípios e iniciadas as obras de 51 CEIs. Apenas um CEI foi concluído (contrapartida de um município conveniado no primeiro edital), 46 encontra-se em obras e 04 estão paralisados.

Quadro 36 – Aplicação dos Recursos por Macrorregião 2012

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	22.143.237,21	38%	95.712	33%
2-LITORAL OESTE	5.969.204,82	10%	34.099	12%
3-SOBRAL/IBIAPABA	10.184.490,29	17%	52.031	18%
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	2.194.231,82	4%	14.811	5%
5-SERTÃO CENTRAL	5.617.483,43	10%	28.654	10%
6-BATURITÉ	1.082.706,61	2%	7.286	2%
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	2.529.683,82	4%	9.591	3%
8-CARIRI/CENTRO SUL	8.862.949,79	15%	51.504	18%
22-ESTADO DO CEARÁ	-	-	-	-
TOTAL	58.583.987,79	100%	293.688	100%

Fonte: GEF

O projeto Concessão de Bolsas de Estudo para Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional apresenta distribuição espacial de seus beneficiários compatível com a distribuição da população do Ceará, por região administrativa. Desta forma a RMF absorveu o maior número de beneficiários (41%) pelo projeto sendo seguido pela Região Cariri / Centro Sul (17%).

O projeto E-Jovem também apresentou a RMF como a região que concentrou o maior número de beneficiários (36%), seguido pela região de Sobral / Ibiapaba (15%).

O projeto referente à construção dos CEIs empenhou recursos em praticamente todas as regiões para início e/ou continuidade de obras que ainda não foram concluídas e que, portanto não registram beneficiários.

4.9. Secretaria dos Recursos Hídricos

A Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH tem por missão promover a oferta, a gestão e a preservação dos recursos hídricos de forma participativa e descentralizada, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará.

A Secretaria tem como vinculada a Superintendência de Obras Hidráulicas – SOHIDRA, cuja missão é executar, supervisionar e acompanhar empreendimentos de infraestrutura hídrica, incrementando a oferta d'água subterrânea e superficial, qualitativa e quantitativamente, preservando o meio ambiente, visando atender a população em seus múltiplos usos e contribuir para o desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará.

No exercício de 2012 o sistema SRH teve a aprovação pelo CCPIS para execução de 05 (cinco) projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate a Pobreza - FECOP, destinados ao abastecimento d'água das diversas comunidades do interior do Estado que sofrem com a escassez de água de boa qualidade.

O Estado do Ceará possui uma população total de 8.448.055 habitantes, sendo que destes, 2.104.065 residem na zona rural. O abastecimento de água dessas populações, embora tenha melhorado significativamente ao longo destes 12 anos (2000/12), conforme análise realizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), ainda apresenta grandes problemas. Existe um significativo percentual de domicílios que não são conectados a rede geral de distribuição e encontram dificuldades para obterem água para o consumo humano.

Este contingente populacional abastece-se com água de poços, cacimbas, barreiros e apresenta um alto índice de vulnerabilidade que se agrava em períodos de estiagem prolongada. Sabe-se que o território do Estado do Ceará tem aproximadamente 75% de sua área inserida no cristalino semiárido, onde a escassez de água é uma constante. As águas subterrâneas encontradas no cristalino estão armazenadas em fendas e fraturas, e geralmente apresentam concentrações de salinidades elevadas, não sendo, portanto, recomendadas para o consumo humano.

Para enfrentamento deste problema, o Governo do Estado, através da SRH, desenvolve uma política de construção de poços tubulares profundos e instalação de sistemas de abastecimento de água simplificado com dessalinizadores de água e chafarizes eletrônicos quando a água apresenta teores de sais elevados, imprópria,

portanto, para o consumo humano, tornando-a potável e adequada para abastecimento dessas populações.

No ano de 2012 o FECOP contribuiu com um valor total de R\$ 3.872.672,51 para o desenvolvimento dos projetos sob a responsabilidade da SRH. Foi empenhado 50% do valor programado para o período. Um projeto é executado diretamente pela SRH e quatro através da sua vinculada Superintendência de Obras Hidráulicas – SOHIDRA.

Foi programado para 2012 a implantação de um total de 108 sistemas de abastecimento d'água beneficiando 18.394 pessoas através da execução dos projetos elencados.

Quadro 37 - Recursos Liberados e Empenhados por Categoria de Projetos 2012

Projetos	Limite Anual	%	Valor Empenhado	%
Implantação de Sistemas de Abastecimento D'água Simplificado com de Dessalinizador e Chafariz Eletrônico, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	14.956,05	0,39	14.956,05	1,09
Implantação de Sistemas de Abastecimento d'Água com Rede de Distribuição Domiciliar, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	119.062,75	3,07	15.980,88	1,17
Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.	1.738.221,36	44,88	-	0,00
Instalação de 100 Sistemas de Abastecimento D'água com Chafariz, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará	1.300.134,48	33,57	673.431,13	49,25
Implantação Ações de Abastecimento de Água Humano e Animal das Comunidades ao Longo dos Trechos 1, 2 e 3 do Eixão	700.297,87	18,08	662.944,00	48,49
Sub-total	3.872.672,51	100,00	1.367.312,06	100,00

Fonte: GEF

Os quatro primeiros projetos registrados no quadro anterior são executados pela SOHIDRA e o último é executado diretamente pela SRH.

- Projeto: Implantação de Sistemas de Abastecimento D'água Simplificado com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.

A execução física deste projeto foi concluída em fevereiro de 2011 e suas realizações foram computadas neste mesmo ano. O valor liberado para 2012 foi destinado ao pagamento de um saldo contratual da empresa executora dos serviços.

- Projeto: Implantação de Sistemas de Abastecimento D'água com Rede de Distribuição Domiciliar, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará

Este projeto foi iniciado em 2010 tendo executado até o final de 2011 um total de 37 sistemas de abastecimento de água simplificado com distribuição domiciliar beneficiando 2.252 famílias.

O valor do FECOP disponibilizado em 2012 tinha por finalidade o pagamento de obras realizadas na Comunidade de Pé de Serra, no município de Tururu e o replanilhamento de obra realizada no município de Crateús na localidade Vila Graça.

O projeto beneficiou 125 pessoas no município de Tururu. O replanilhamento da obra de Crateús não foi possível devido ao vencimento do contrato.

- Projeto: Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água com Dessalinizador e Chafariz Eletrônico em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.

Apresentou como meta para 2012 instalar 33 (trinta e três) sistemas simplificados de abastecimento de água com dessalinizadores e chafarizes eletrônicos atendendo uma população de 5.732 habitantes de comunidades / localidades do meio rural do Estado do Ceará.

O projeto foi apresentado e aprovado pelo CCPIS no final de junho e devido a morosidade do processo licitatório não apresentou realizações físico-financeira.

- Projeto: Instalação de 100 Sistemas de Abastecimento D'água com Chafariz, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará.

Apresentou como meta instalar 100 sistemas simplificados de abastecimento de água em comunidades de 33 municípios do interior do Estado do Ceará.

Em 2012 foram executados 88 sistemas nas seguintes localidades: Alto Santo (2), Apuiarés (1), Araripe (6), Campo Sales (4), Caririaçu (4), Crateús (9), Hidrolândia (4), Ibareta (1), Independência (2), Ipueiras (1), Irauçuba (1), Itapipoca (7), Jaguretama (1), Lavras da Mangabeira (2), Madalena (3), Maranguape (1), Mauriti (4), Miraíma (1), Ocara (1), Quiterianópolis (2), Saboeiro (5), Salitre (4), São Benedito (2), Tejuçuoca (5), Tururu (1), Viçosa do Ceará (2), Coreaú (5), Frecheirinha (5) e Itapajé (2). Com as obras executadas foram beneficiadas 15.777 pessoas.

A meta não foi plenamente atingida devido ao atraso da licitação e as mudanças e alterações nos valores orçamentados.

- Projeto Implantação Ações de Abastecimento de Água Humano e Animal das Comunidades ao Longo dos Trechos 1, 2 e 3 do Eixão.

O projeto apresentou como meta em 2012 instalar 19 sistemas de abastecimento de água em comunidades as margens do Eixão, ao longo dos Trechos I, II e III.

No ano de 2012 todas as obras foram concluídas. Dos 3.186 beneficiários previstos, 2.494 receberam acesso a água. Os demais (692) ainda não possuem o serviço em função da não ligação dos sistemas a rede elétrica local. Foi solicitado junto a concessionária de energia (COELCE) as ligações e foi informado que o serviço seria realizado dentro do cronograma do programa de universalização da energia.

Quadro 38 – Aplicação dos Recursos por Macrorregião 2012

Macrorregião	Empenhado	%	População Beneficiada	%
1-RMF	22.375,00	2%	95	1%
2-LITORAL OESTE	142.867,05	10%	2.915	16%
3-SOBRAL/IBIAPABA	144.860,24	11%	1.760	10%
4-SERTÃO DOS INHAMUNS	107.519,34	8%	3.400	18%
5-SERTÃO CENTRAL	29.884,73	2%	2.700	15%
6-BATURITÉ	25.818,28	2%	289	2%
7-LITORAL LESTE/JAGUARIBE	668.780,77	49%	2.600	14%
8-CARIRI/CENTRO SUL	225.206,65	16%	4.637	25%
22-ESTADO DO CEARÁ	-	-	-	-
TOTAL	1.367.312,06	100%	18.396	100%

Fonte: GEF

- O projeto Implantação de Ações de Abastecimento de Água Humana e Animal das Comunidades ao Longo dos Trechos 1, 2 e 3 do Eixão, de forma coerente, concentra recursos e beneficiários na Região Litoral Leste/Jaguaribe nos municípios atravessados pelos trechos explicitados. O projeto de Instalação de 100 Sistemas de Abastecimento D'água com Chafariz, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará apresentou distribuição espacial de beneficiários e valores empenhados, equilibrada por todo o território estadual. Sua concepção priorizou o atendimento da população difusa residente em comunidades do interior do estado onde é mais grave o problema da escassez hídrica.

5. Monitoramento e Avaliação

5.1. Monitoramento

Durante o ano de 2012 foram monitorados por Comissão eleita pelo CCPIS 8 projetos financiados pelo FECOP. A GEF coordenou e participou das visitas aos projetos selecionados. A síntese dos relatórios é apresentada a seguir.

- **Projeto: Incentivo a Produção e ao Consumo de Leite**

Responsável: Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA

O projeto inclui-se no âmbito do Programa Leite Fome Zero do Governo Federal e tem por objetivo fortalecer a cadeia produtiva do leite, beneficiando a agricultura familiar, e reduzir a fome e a desnutrição da população carente que se encontra em estado de insegurança alimentar e nutricional.

Do ponto de vista do beneficiário consumidor, o Projeto contribui para o aumento do consumo de leite, atuando, conseqüentemente, na melhoria da qualidade de vida da população atendida.

Na perspectiva do beneficiário produtor, o Projeto dinamiza a economia da agricultura familiar. De forma complementar, ao pagar o beneficiamento do produto, fortalece os laticínios e concorre para o fortalecimento da bacia leiteira da região.

Observou-se ainda que a articulação entre as políticas de segurança alimentar, saúde, assistência social e econômica possibilita aferir resultados mais significativos para um efetivo combate à pobreza, considerando que esta tem um caráter multidimensional.

- **Projeto: Construção de Cisternas de Placas**

Responsável: Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA

O projeto se inscreve entre as ações de Acesso à Água do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e é direcionado especificamente para o semi-árido, sendo desenvolvido através de Convênio firmado entre o MDS e o Governo do Estado.

Objetiva a construção de cisterna para armazenamento de água das chuvas e a capacitação das famílias beneficiadas para a convivência com o semi-árido e melhor gestão dos recursos hídricos disponíveis.

Foi evidente o benefício proporcionado pelo projeto para as famílias visitadas. Observou-se no decorrer da visita que a implementação do projeto permite uma vida mais saudável. Além do consumo de água de melhor qualidade, as pessoas podem se dedicar a outras atividades, porque não precisam mais fazer longas e sofridas caminhadas para pegar água. Com isso, ganham dignidade e cidadania.

- **Projeto: Habitação Rural nos Assentamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário**

Responsável: Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA

O projeto é desenvolvido em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, e tem por objetivo contribuir com a melhoria das condições habitacionais nas áreas dos assentamentos no âmbito do Programa Nacional do Crédito Fundiário – PNCF, mantendo essas famílias na zona rural em condições dignas.

A qualidade das construções na área visitada é muito boa, as casas são claras e ventiladas oferecendo conforto aos seus moradores. São dotadas de banheiro e caixa d'água, mas não tem água encanada. A fonte de abastecimento de água para consumo humano é um poço profundo. Nesta área evidenciou-se a necessidade de integração de projetos a exemplo da construção de cisternas, para potencialização dos benefícios e, conseqüentemente, para maior eficiência e eficácia no combate à pobreza.

- **Projeto: Construção de Sistemas de Abastecimento de Água na Área Rural**

Responsável: Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA

O projeto se insere no âmbito do Programa de Combate à Pobreza Rural - PCPR, conhecido como Projeto São José, o qual visa apoiar pequenos produtores e grupos comunitários, através de suas associações representativas.

Na área visitada, o sistema implantado é administrado pelo Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar). O Sisar beneficia pequenas comunidades e visa garantir, a longo prazo, o desenvolvimento e manutenção dos sistemas implantados de forma

auto-sustentável. Cada um desses sistemas constitui uma Organização Não Governamental sem fins lucrativos, formada pelas associações comunitárias representando as populações atendidas, com a participação e orientação da Cagece.

Um dos destaques do Sisar é o valor da conta paga, que é muito abaixo do valor normal cobrado por uma conta de água. Isso se deve, ao fato de a comunidade dividir as despesas com energia elétrica, salário do operador da estação de tratamento e manutenção do Sisar. O operador do sistema visitado foi eleito pela comunidade e recebe remuneração de um salário mínimo mensal. Tem por atribuição articular com o Sisar para a resolução de qualquer problema técnico, encaminhar mensalmente à CAGECE a quantidade total de água consumida (hidrômetro localizado na saída do reservatório geral), ratear o valor entre os beneficiários (a partir dos hidrômetros de cada residência), receber os valores devidos e efetuar o pagamento à CAGECE. É de sua responsabilidade, inclusive, efetuar o corte dos serviços em caso de inadimplência. O valor mensal pago situa-se em torno de R\$14,00 por beneficiários.

- **Projeto: Reforma e Melhoria Habitacional**

Responsável: Secretaria das Cidades

O projeto objetiva a adequação de unidades habitacionais com padrões construtivos inadequados e/ou sub-dimensionadas para o número de pessoas residentes e tem por público alvo famílias com renda per capita de até 0,5 salário mínimo.

Apresentou como estratégia de execução a parceria com entidades sem fins lucrativos, com experiência no movimento social de habitação e de reconhecida capacidade de atuação e articulação junto à comunidade onde atua. Sua área de abrangência é a Região Metropolitana de Fortaleza.

O projeto tem grande relevância social. O modo de seleção das famílias evita favorecimentos, as obras são necessárias e impactam positivamente na melhoria da auto-estima e da qualidade de vida dos seus beneficiários.

Identificou-se a necessidade de intensificar a assistência técnica para acompanhamento das obras e a contratação de mão de obra para a execução das reformas nas casas visitadas, quando as mesmas deveriam ser realizadas pelas famílias beneficiadas.

- **Projeto: Construção e Aquisição de Equipamentos para o Centro de Profissionalização Inclusiva para Pessoas com Deficiência em Fortaleza**

Responsável: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

O projeto tem por objetivo construir e equipar o Centro de Profissionalização Inclusiva de Fortaleza situado no Planalto Goiabeiras – Barra do Ceará, obedecendo a todas as normas de acessibilidade, e adquirir equipamentos e mobiliários necessários para suas atividades de acordo com o projeto arquitetônico e pedagógico.

O Centro possui capacidade para atender anualmente cerca de 1200 pessoas, oferecendo qualificação profissional, encaminhamento para o mercado de trabalho e acompanhamento dos beneficiários nos postos de trabalho, prestando orientação e suporte.

O Centro está concluído em conformidade com as normas de acessibilidade para Pessoas com Deficiência – PCD (sinalização, rampas, etc), tem um projeto arquitetônico esteticamente bonito, e um padrão construtivo muito bom. Toda a sinalização e cuidados especiais foram tomados para dar conforto aos seus beneficiários. Apresenta como lacuna a inexistência de um local destinado para atendimento ambulatorial de primeiros socorros, considerando que existe toda uma área voltada para a prática esportiva, inclusive com uso de piscina. Este fato preocupa principalmente pelo perfil da clientela, mais suscetível a ocorrência de acidentes.

Os equipamentos e o mobiliário em sua maioria já foram adquiridos e são de excelente qualidade, faltando apenas alguns itens complementares. Os recursos para custeio do Centro já foram estimados e encontra-se em fase de negociação.

- **Projeto: Restaurante Popular Mesa do Povo**

Responsável: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social

O projeto pretende garantir o funcionamento do Restaurante Popular “Mesa do Povo” em Parangaba, que atende 1.400 pessoas diariamente com refeições de alto valor nutritivo e baixo custo, beneficiando pessoas pobres e extremamente pobres, moradoras de Fortaleza.

Em suas instalações são realizados também eventos de capacitação junto aos usuários, com temáticas direcionadas à educação alimentar e o desenvolvimento de hábitos saudáveis de alimentação e consumo.

O projeto apresenta largo alcance social. A maioria dos frequentadores são aposentados, idosos ou desempregados que são atendidos em fila e por ordem de chegada. Como existe um número fixo de refeições diárias e a demanda é superior a este número, as filas começam a se formar muito cedo, sendo grande o desconforto para aqueles que querem ser atendidos e que precisam esperar no sol.

A localização do prédio é excelente, mas sua dimensão é insuficiente para o que se propõe. Embora tenha sofrido algumas adaptações, ainda não apresenta as condições ideais de atendimento. A refeição é saborosa, variada e nutritiva sendo servida em quantidade suficiente. Os elogios são muitos e as reclamações dos usuários se restringem às instalações físicas.

A equipe técnica do restaurante referiu-se ainda à necessidade de investimentos na parte elétrica do restaurante e de reposição de equipamentos e material de consumo. A segurança é fraca e extremamente necessária, pois o restaurante tem entre seus beneficiários dependentes químicos que por vezes chegam sob os efeitos de drogas.

- **Projeto: Agentes de Leitura**

Responsável: Secretaria da Cultura

Os Agentes de Leitura percorrem os municípios e distritos fazendo atendimentos domiciliares, familiares e comunitários, realizando empréstimos de livros e promovendo cirandas e rodas de leituras, movimentando o acervo bibliográfico, interdisciplinando ações voltadas à qualidade de vida e seus respectivos encaminhamentos, e despertando o interesse e o gosto pela leitura de maneira prazerosa, crítica, dinâmica e reflexiva.

Os Agentes de Leitura são selecionados por meio de edital e passam por processo de formação. Cada agente acompanha o processo leitor de 25 famílias (em média) escolhidas pelas secretarias municipais de Educação, e por ele cadastradas.

As famílias beneficiadas devem ter renda per capita abaixo de $\frac{1}{2}$ salário mínimo e possuir um de seus integrantes, em 2012, cursando o segundo ano do Ensino

Fundamental. O valor da bolsa é de R\$400,00 mensais e os Agentes de Leitura recebem como aporte para o trabalho bicicleta, mochila, camisa e boné.

Segundo depoimentos das famílias visitadas, o projeto vem atingindo os objetivos a que se propôs e tem contribuído para a proficiência leitora de seus beneficiários.

5.2. Avaliação

Durante o ano de 2012 foram concluídas as avaliações de seis projetos financiados com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza.

O processo de avaliação foi conduzido pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), por demanda da Gerência Executiva do Fundo (GEF).

Para tanto, o IPECE, por meio de Edital de concorrência pública, contratou os serviços de consultoria para Avaliação de Resultados e Impactos dos projetos selecionados pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS). A avaliação foi contratada em dois lotes de projetos.

O primeiro lote licitado incluiu o projeto Incentivo à Capacitação de Recursos Humanos para a Melhoria do Ensino Fundamental e Médio, executado pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o projeto Bolsa Esporte, executado pela Secretaria dos Esportes, e o projeto Agente de Leitura, executado pela Secretaria da Cultura.

O segundo lote licitado incluiu o projeto e-Jovem 1º Passo, o projeto Inclusão Social com Arte, Esporte e Educação e o projeto Fortalecimento da Rede de Atendimento Socioassistencial Básica, todos executados pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

As avaliações foram apresentadas às secretarias responsáveis pela execução dos projetos selecionados e foram recebidas e registradas as considerações de cada uma delas com relação aos resultados obtidos. O documento resultante encontra-se em anexo.

Encontra-se também em processo de conclusão a avaliação dos projetos Aquisição e Distribuição de Leite, Distribuição de Sementes e Agente Rural, todos executados pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA.

As maiores dificuldades para realização das avaliações estão relacionadas a não conclusão dos processos licitatórios nas datas previstas e a dificuldade de obtenção de dados sobre os beneficiários dos programas avaliados. Em muitos casos, os dados inexistiam na forma adequada para realização de avaliação de impacto e, quando havia uma base de dados sistematizada, os dados precisavam ser tratados por técnicos do IPECE para a manutenção do sigilo das informações, o que demandou maior tempo para a conclusão da avaliação.

O primeiro Edital foi publicado com 3 lotes sendo que somente 1 lote obteve licitante habilitado, a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC), e os outros 2 lotes foram fracassados. Após a publicação da homologação da licitação foi firmado o Contrato nº 18/2010 entre o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC).

A ordem de serviço nº 01/2010, datada em 27 de dezembro de 2010, autorizou o início dos serviços de consultoria para avaliação dos 3 (três) projetos: 1) INCENTIVO À CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A MELHORIA DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO; 2) BOLSA-ESPORTE; 3) AGENTES DE LEITURA. Devido a dificuldade de obtenção de dados, a FCPC solicitou, ainda com o contrato nº 01/2010 em andamento, a prorrogação do contrato por mais 2 (dois) meses.

Em virtude dos 2 (dois) lotes da licitação anterior terem sido fracassados, o IPECE elaborou e publicou um novo Edital, divididos em 2 lotes, contendo 3 (três) projetos em cada lote. Com a conclusão do processo licitatório nº 10324490-5 foi constatado a participação de fornecedor somente para 1 lote, sendo o outro lote fracassado. O vencedor do Lote 1 foi o Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da UECE (IEPRO), que ficou responsável pela avaliação dos projetos: 1) E JOVEM – 1º PASSO; 2) INCLUSÃO SOCIAL COM ARTE, ESPORTE E EDUCAÇÃO; 3) FORTALECIMENTO DA REDE DE SOCIOASSISTÊNCIA BÁSICA.

Com isso, foi elaborado o Contrato nº 03/2011 e firmado entre o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) e o Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da UECE (IEPRO). Em conformidade com a ordem de serviço nº 01/2011,

datada em 15 de março de 2011, o IPECE autorizou o início dos serviços de consultoria para avaliação dos 3 (três) projetos constantes no objeto do referido contrato. Devido a dificuldade de obtenção de dados, o IEPRO solicitou a prorrogação do contrato nº 03/2011 por mais 2 (dois) meses.

Visto que o lote do segundo processo licitatório foi fracassado o IPECE iniciou e publicou novamente um Edital nº 20110001- IPECE, processo nº 10324153-1/SPU para a elaboração da Avaliação dos últimos 3 (três) projetos: 1) DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES; 2) AGENTE RURAL e 3) AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE LEITE. A empresa BMR Consultoria e Treinamento em Planejamento e Gestão Ltda, foi o licitante vencedor da referida licitação. Após a publicação da homologação foi assinado o contrato nº 12/2011 com a referida empresa e o IPECE, bem como assinado a Ordem de Serviço nº 02/2011 datada em 25 de agosto de 2011.

Com o intuito de realizar a avaliação de impacto, a empresa necessitou de dados das setoriais. Logo o IPECE emitiu documento solicitando a disponibilidade do banco de dados. Por tratar-se de dados sigilosos, o IPECE teve que tratar os referidos dados para em seguida disponibilizar somente o necessário a BMR. Tendo em vista o exposto acima, a BMR solicitou a prorrogação do contrato nº 12/2011 por mais 6 (seis) meses.

Na apresentação dos resultados durante os workshops de avaliação os representantes dos projetos verificaram que a base de dados repassada pela SDA/EMATERCE estava incompleta. Diante desse fato, tornou-se necessário a reconstrução da base de dados. Isto fez com que a BMR solicitasse mais dois adiamentos de prazo que corresponderam a mais 5 meses para a conclusão da avaliação, cujo prazo foi fixado para janeiro de 2013.

6. Considerações Finais

Tendo como referência os dados físicos e financeiros do exercício de 2012, foi evidenciado que:

Existe uma séria discrepância entre os valores programados/liberados no início do ano e a execução físico-financeira dos projetos;

Foram priorizados projetos em andamento, que já contavam com recursos do FECOP em anos anteriores;

Os recursos do FECOP foram liberados para 107 projetos executados por 09 Secretarias de Estado e suas vinculadas;

Dos projetos que tiveram recursos liberados 17 não apresentaram execução físico-financeira;

As Secretarias do Desenvolvimento Agrário, Trabalho e Desenvolvimento Social, Educação e Cidades foram beneficiadas com 96% dos recursos liberados pelo FECOP;

O conjunto de projetos financiados com recursos do FECOP em 2012 beneficiou um total de 1.989.502 pessoas nos diversos municípios do Estado do Ceará;

A distribuição territorial dos recursos do FECOP em 2012 apresentou estreita correlação com a população de cada região;

Foi realizado em parceria com a Escola de Gestão Pública (EGP) e IPECE um curso com duração de 40 horas/aula, direcionado aos responsáveis pela elaboração de projetos financiados pelo FECOP, buscando capacitá-los para o exercício de 2013. Foram realizadas 27 inscrições e capacitados 19 técnicos.

7. Recomendações

- Padronizar e melhorar a consistência interna dos projetos financiados pelo FECOP, delimitando de forma clara seus objetivos e metas, visando dar maior transparência às ações programadas.
- Priorizar projetos estruturantes, com a finalidade de viabilizar a migração do público alvo do FECOP da condição de pobre para não pobre.
- Fortalecer a integração intra-setorial e intersetorial dos projetos financiados pelo FECOP, otimizando os recursos disponíveis para a superação da situação de pobreza de seus beneficiários.

- Implantar e manter um sistema informatizado de acompanhamento unificado para os projetos financiados pelo FECOP, compatibilizando-o com o CADÚNICO do Governo Federal, visando dar maior focalização no seu público alvo.
- Intensificar a atividade de monitoramento dos projetos financiados pelo FECOP, visando o aprimoramento das ações desenvolvidas no âmbito dos projetos e buscando maior efetividade na aplicação dos recursos.
- Realizar a avaliação dos projetos ao longo do tempo, permitindo a seleção natural de atividades mais exitosas do ponto de vista socioeconômico.
- Promover eventos de capacitação para o corpo técnico / operacional das setoriais que têm projetos financiados pelo FECOP.



GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ
Secretaria do Planejamento
e Gestão